



ACADEMIA MILITAR

**DO MODELO DE POLICIAMENTO TRADICIONAL AO
MODELO INTELLIGENCE-LED POLICING: ESTUDO
COMPARATIVO**

Autor: Aspirante-Aluna Infantaria da GNR Ana Rosa Pires Pereira

**Orientador: Tenente-Coronel AdMil (Doutor) David Miguel Pascoal
Rosado**

**Coorientador: Tenente-Coronel de GNR Infantaria Paulo Miguel Lopes
de Barros Poiars**

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020



ACADEMIA MILITAR

DO MODELO DE POLICIAMENTO TRADICIONAL AO MODELO INTELLIGENCE-LED POLICING: ESTUDO COMPARATIVO

Autor: Aspirante - Aluna de GNR Infantaria Ana Rosa Pires Pereira

**Orientador: Tenente-Coronel AdMil (Doutor) David Miguel Pascoal
Rosado**

**Coorientador: Tenente-Coronel de GNR Infantaria Paulo Miguel Lopes
de Barros Poiares**

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020

EPÍGRAFE

“Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória conquistada sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas.”
(Tzu, 2006, p. 23).

AGRADECIMENTOS

Embora seja um trabalho de carácter individual, a verdade é que a sua realização não teria sido possível sem o contributo de vários interlocutores, que direta ou indiretamente influenciaram a sua elaboração.

Gostaria de inicialmente agradecer ao meu orientador, Tenente-Coronel AdMil (Doutor) David Miguel Pascoal Rosado, por toda a sua atenção e disponibilidade prestada. O seu apoio permanente, a confiança transmitida, o seu sentido crítico e orientações cedidas ao longo da realização deste trabalho, demonstraram-se cruciais.

Ao meu coorientador Tenente-Coronel de GNR Infantaria Paulo Miguel Lopes de Barros Poiares, gostaria de agradecer, por toda a sua atenção e disponibilidade prestada. A sua experiência na temática permitiu uma vasta partilha de informação e o fornecimento de elementos de apoio. Agradeço por todas as orientações facultadas ao longo do trabalho.

De seguida, apresento os meus agradecimentos ao Coronel Pedro Manuel Sequeira Estrela Moleirinho, ao Coronel José Moisés, ao Tenente-Coronel Rogério Paulo Magro Copeto, ao Tenente-Coronel João Firmino Nortadas, ao Tenente-Coronel Pedro Daniel Macedo Fernandes, ao Tenente-Coronel António Duarte Rodrigues Lobo de Carvalho, ao Tenente-Coronel Diogo Almeida e Brito Moreira Dore, ao Major Jorge Miguel Sanches e Silva, ao Major Tiago Miguel Gonçalves da Silva, ao Major Adriano Ferreira da Rocha, ao Major Jorge António de Jesus Soares da Cunha dos Santos Cardoso, ao Major Bruno Miguel Passos Baraças, ao Major Gonçalo Nuno Correia Zambujo Serrão, ao Capitão Nelson Garcia Jacinto e à Capitã Andreia Filipa Duarte Vieira, por toda a disponibilidade e atenção dispensada, bem como, pelos esclarecimentos e sugestões prestadas, antes, durante e após a realização das entrevistas.

Agradeço também a todos os militares, civis e trabalhadores dos estabelecimentos onde efetuei parte da minha recolha bibliográfica, bem como aos meus camaradas de curso. Por último, mas não menos importante, muito pelo contrário, gostaria de agradecer aos meus amigos e familiares pela motivação e apoio incansável demonstrado, fundamentais para a conclusão desta investigação. Um agradecimento especial ao meu sobrinho, o meu incentivo especial, durante todos estes anos de carreira militar.

Bem hajam!

RESUMO

Este Trabalho de Investigação Aplicada encontra-se subordinado ao tema “Do modelo de policiamento Tradicional ao modelo *Intelligence-Led Policing*: Estudo Comparativo”.

A presente investigação estuda dois modelos de policiamento de forma sistemática e isolada, permitindo a realização de uma comparação entre ambos. Contudo, não se limita à mera comparação de modelos, apresenta como objetivo geral a análise do emprego de um policiamento orientado pelas informações na Guarda Nacional Republicana, com o intuito de perceber se este se apresenta benéfico, bem como, a pergunta de partida desta investigação é remetida para a aplicabilidade do modelo referido.

No que concerne à metodologia empregue, esta segue o método dedutivo, tendo a investigação o intento de dar resposta a quatro perguntas derivadas e à pergunta de partida da investigação. O quadro teórico e concetual que sustenta o presente estudo, resulta da pesquisa bibliográfica e análise de documentos institucionais. Por fim, a investigação empírica apoia-se na realização de entrevistas, seguindo assim este estudo, uma abordagem qualitativa.

Finda a investigação, conclui-se que têm vindo a ser empregues na Guarda Nacional Republicana metodologias referentes ao modelo *Intelligence-Led Policing*. Todavia esta tipologia de trabalho encontra-se em desenvolvimento, não sendo ainda aferido este modelo de forma estruturada, assumido oficialmente pela Instituição. Nesta senda, é delineado o investimento tecnológico, nomeadamente em tecnologias de vigilância e na interoperabilidade dos Sistemas de Informações, além de uma formação abrangente às diversas classes sobre a temática, uma estrutura de informações presente em todos os níveis funcionais da Guarda Nacional Republicana e o comprometimento institucional para com o modelo, como requisitos necessários à implementação do mesmo por parte de toda a estrutura da Guarda.

Palavras-chave: Guarda Nacional Republicana; Informações; Modelos de Policiamento; *Intelligence-Led Policing*.

ABSTRACT

This Applied Research Work is under the subject “From the Traditional policing model to the Intelligence-Led Policing model: Comparative Study”.

The presente investigation studies two policing models in a systematic and isolated way, allowing for a comparison between both. However, it is not limited to the mere comparison of models. It presents, as a general objective, the analysis of the employment of information-oriented policing in the Republican National Guard, in order to understand if it is beneficial, as well as the starting question of this investigation is referred to the applicability of the referred model.

With regard to the methodology used, it follows the deductive method, wherefore the investigation has the intention of answering the starting question and four derived questions. The theoretical and conceptual framework that supports the present study, results from the bibliographic research and analysis of institutional documents, and, finally, the empirical investigation is based on conducting interviews, thus following the study, a qualitative approach.

After the investigation, it is concluded that methodologies referring to the Intelligence-Led Policing model have been employed in the Republican National Guard. However, this work typology is currently under development, and this model has not yet been developed in a structured way, as to be officially assumed by the Institution. In this path, technological investment is outlined, namely in surveillance technologies and in the interoperability of Information Systems, comprehensive training on the subject for the various classes, an information structure presente at all functional levels of the Republican National Guard and the institutional commitment to the model, as necessary requirements for its implementation by the entire structure.

Keywords: Republican National Guard; Information; Policing Models; Intelligence-Led Policing.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
ÍNDICE GERAL.....	v
ÍNDICE DE FIGURAS.....	vii
ÍNDICE DE QUADROS.....	viii
ÍNDICE DE TABELAS.....	ix
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	3
CAPÍTULO 1 – O POLICIAMENTO EXECUTADO PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA.....	3
1.1. Segurança.....	3
1.1.1. Segurança Pública.....	4
1.1.2. Segurança Interna.....	5
1.2. Polícia.....	6
1.3. Evolução das estratégias de policiamento.....	7
1.3.1. Sistema de Policiamento Português.....	8
1.3.2. Modelos de policiamento como estratégias de combate à criminalidade.....	9
CAPÍTULO 2 – MODELO DE POLICIAMENTO TRADICIONAL.....	10
2.1. A origem do Modelo de Policiamento Tradicional.....	10
2.2. Modelo de Policiamento Tradicional em Portugal.....	11
2.3. Vantagens e Desvantagens.....	12
CAPÍTULO 3 – MODELO INTELLIGENCE-LED POLICING.....	13
3.1. O papel das informações na tomada de decisão.....	13
3.2. A origem do Modelo <i>Intelligence-Led Policing</i>	14
3.3. Aplicabilidade: Reino Unido.....	17
3.4. Vantagens e Desvantagens.....	20
CAPÍTULO 4 – A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA COMO ÓRGÃO DE POLÍCIA CRIMINAL.....	22
4.1. A Guarda Nacional Republicana.....	22
4.2. A estratégia de policiamento aplicada na Guarda Nacional Republicana.....	23
4.3. O Modelo de Policiamento Tradicional na Guarda Nacional Republicana.....	24
4.4. <i>Intelligence-Led Policing</i> na Guarda Nacional Republicana.....	24
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO.....	27
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	27

5.1. Metodologia de Abordagem à Investigação.....	27
5.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados	28
5.2.1. Entrevistas.....	28
5.2.2. Recolha de dados	29
5.3. Composição e Justificação da Amostra.....	30
CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
6.1. Análise das entrevistas	31
6.1.1. Questão n.º 1	31
6.1.2. Questão n.º 2	32
6.1.3. Questão n.º 3	32
6.1.4. Questão n.º 4	33
6.1.5. Questão n.º 5	34
6.1.6. Questões n.º 6 e 7	35
6.1.7. Questão n.º 8	37
6.1.8. Questão n.º 9	38
6.1.9. Questão n.º 10	38
6.1.10. Questão n.º 11	39
6.1.11. Questão n.º 12	39
6.1.12. Questão n.º 13	40
6.2. Conclusão das Entrevistas.....	42
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	47
APÊNDICES.....	56
APÊNDICE A – Quadro Síntese do Ciclo de Produção de Informações	57
APÊNDICE B – Carta de Apresentação	58
APÊNDICE C – Guião de Entrevistas	59
APÊNDICE D – Quadro Resumo das Perguntas de Investigação e das Entrevistas	60
APÊNDICE E – CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA DAS ENTREVISTAS	61
APÊNDICE F – ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS ENTREVISTAS.....	62
ANEXOS.....	74
ANEXO A – Quadro Comparativo dos Diferentes Sistemas Policiais	75
ANEXO B – Comparação das características de diferentes modelos de policiamento	76
ANEXO C – Ciclo de Produção de Informações	77
ANEXO D – Organograma da GNR.....	78

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – *The 4-i model: intent, interpret, influence and impact*

Figura n.º 2 – Posição da Guarda no Sistema Nacional de Forças

Figura n.º 3 – Carta de Apresentação

Figura n.º 4 – Guião de Entrevista

Figura n.º 5 – Quadro Comparativo dos Sistemas Policiais

Figura n.º 6 – Características de diferentes Modelos de Policiamento

Figura n.º 7 – Ciclo de Produção de Inteligência

Figura n.º 8 – Organograma da GNR

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Critérios para a aplicação do Policiamento Orientado pelas Informações

Quadro n.º 2 - Caracterização da Amostra

Quadro n.º 3 - Fases do Ciclo de Produção de Informações

Quadro n.º 4 - Perguntas da Investigação e das Entrevistas

Quadro n.º 5 - Codificação Alfanumérica das Entrevistas

Quadro n.º 6 - Análise das Respostas às Entrevistas

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 - Resultados da Questão n.º 1 da Entrevista

Tabela n.º 2 - Resultados da Questão n.º 2 da Entrevista

Tabela n.º 3 - Resultados da Questão n.º 3 da Entrevista

Tabela n.º 4 - Resultados da Questão n.º 4 da Entrevista

Tabela n.º 5 - Resultados da Questão n.º 5 da Entrevista

Tabela n.º 6 - Resultados da Questão n.º 6 e n.º 7 da Entrevista

Tabela n.º 7 - Resultados da Questão n.º 8 da Entrevista

Tabela n.º 8 - Resultados da Questão n.º 9 da Entrevista

Tabela n.º 9 - Resultados da Questão n.º 10 da Entrevista

Tabela n.º 10 - Resultados da Questão n.º 11 da Entrevista

Tabela n.º 11 - Resultados da Questão n.º 12 da Entrevista

Tabela n.º 12 - Resultados da Questão n.º 13 da Entrevista

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndices:

Apêndice A - Quadro Síntese do Ciclo de produção de Inteligência

Apêndice B - Carta de Apresentação

Apêndice C - Guião de Entrevistas

Apêndice D - Quadro Resumo das Perguntas de Investigação e das Entrevistas

Apêndice E - Codificação Alfanumérica das Entrevistas

Apêndice F - Análise das Respostas às Entrevistas

Anexos:

Anexo A - Quadro Comparativo dos Diferentes Sistemas Policiais

Anexo B - Características de diferentes modelos de policiamento

Anexo C - Ciclo de produção de Inteligência

Anexo D – Organograma da GNR

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AR - Assembleia da República
CCTV - Closed-Circuit Television
CEPOL - European Police College
CI - Centro de Informações
CINGOp - Centro Integrado Nacional de Gestão Operacional
CRP - Constituição da República Portuguesa
DSS - Decision Support Systems
EU - Unidades de Enumeração
FSS - Forças e Serviços de Segurança
GNR - Guarda Nacional Republicana
HI - Hipóteses de Investigação
HUMINT – Human Intelligence
ILP - Intelligence-Led Policing
IMINT – Imagery Intelligence
INTERPOL – International Criminal Police Organization
MOPREVIS - Modelação e Predição de Acidentes de Viação no Distrito de Setúbal
N.º - Número
NAIIC – Núcleos de Análise de Informações e Informação Criminal
NCIS - National Criminal Intelligence Service
NEP - Norma de Execução Permanente
NIM - National Intelligence Model
OE - Objetivo Específicos
OG - Objetivo Geral
OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OSINT – Open Source Intelligence
PD - Pergunta Derivada
PIIC - Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal
PIIC - Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal
POI - Policiamento Orientado pelas Informações
POP - Policiamento Orientado para os Problema
PP - Pergunta de Partida

PSP - Polícia de Segurança Pública

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEI - Sistema Estratégico de Informação

SI - Sistemas de Informação

SIIC - Secção de Informações e Investigação Criminal

SIIO - Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia

SIRESP - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal

SIRP - Sistema de Informações da República Portuguesa

UNT - Unidade Nacional de Trânsito

UR - Unidades de Registo

ViCLAS - Violent Crime Linkage Analysis System

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação aplicada, intitulado “Do modelo de policiamento Tradicional ao modelo *Intelligence-Led Policing*: Estudo Comparativo”, é o culminar de cinco anos de formação e visa a obtenção do grau mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança, enquanto ciclo de estudos ministrado na Academia Militar. Nesta investigação foi realizada uma análise comparativa entre dois modelos de policiamento, sendo um de índole reativo e outro preventivo/preditivo.

Ao longo dos anos tem-se assistido ao fenómeno de globalização, que gera um aumento do fluxo de pessoas, bens e capitais entre Estados, originando uma maior entrada nas suas fronteiras. Este fenómeno não só contribui para o desenvolvimento e bem-estar das populações, mas também torna as fronteiras permeáveis a novas ameaças. De forma a combater a criminalidade, os órgãos de polícia criminal, têm vindo a adequar a sua atuação face à diversidade de *modus operandi* criminais. Assim sendo, torna-se imprescindível a realização periódica de uma análise do modelo de policiamento em vigor.

A escolha deste tema surgiu pela relevância que este contexto tem para a Guarda Nacional Republicana, relevando o policiamento, o combate à criminalidade e a salvaguarda do bem-estar dos cidadãos. Além do explanado, o tema torna-se pertinente uma vez que, evidencia, por natureza, diversas limitações, mas também oportunidades, designadamente pela utilização de modelos de policiamento dissemelhantes.

Este trabalho de investigação aplicada tem como objetivo geral (OG), analisar se a aplicação de um modelo de policiamento orientado pelas informações, *Intelligence-Led Policing*, será benéfico para a Instituição. A presente investigação apresenta os seguintes objetivos específicos (OE):

- OE1: Analisar como o *Intelligence-Led Policing* é aplicado no Reino Unido;
- OE2: Compreender o porquê, da não implementação do ILP em Portugal;
- OE3: Compreender a fase de conhecimento deste modelo em Portugal;
- OE4: Compreender de que forma o *Intelligence-Led Policing* poderia ser utilizado na Guarda Nacional Republicana.
- OE5: Comparativamente ao modelo de policiamento tradicional, identificar vantagens e desvantagens do *Intelligence-Led Policing*, recorrendo à análise de ambos.

Posto isto, ao longo da investigação foi realizada uma abordagem acentuada a dois modelos, designadamente o modelo de policiamento Tradicional, e o modelo *Intelligence-Led Policing*. A primeira parte, constituída por quatro capítulos, compõe o enquadramento teórico, fomentado numa pesquisa bibliográfica. Nesta parte ao nível da temática, utilizou-se uma abordagem do geral para o particular, sendo que ao longo da mesma é efetuado a comparação de dois modelos, concretizada através da caracterização dos mesmos. Desta forma a primeira parte inicia-se com o Capítulo 1, onde se encontram elencados conceitos necessários para o enquadramento do tema em análise.

O Capítulo 2 caracteriza o modelo de policiamento tradicional tendo o estudo da sua génese permitido uma breve alusão de vantagens e desvantagens da aplicação deste modelo. Ainda neste capítulo, faz-se uma análise desta estratégia de policiamento no nosso país.

No Capítulo 3 inicialmente realizou-se uma abordagem ao papel das informações, posteriormente, assim como no capítulo anterior, procedeu-se à caracterização de um modelo de policiamento, *Intelligence-Led Policing*. Sendo o mesmo documentado e aplicado no Reino Unido efetuou-se a sua análise, permitindo de igual modo, no final do capítulo, a alusão a vantagens e desvantagens da sua utilização.

O Capítulo 4, último capítulo da revisão da literatura, faz uma breve introdução da instituição da Guarda Nacional Republicana, recorrendo essencialmente a fontes primárias onde foi abordado o modelo de policiamento em vigor, bem como, a aplicação de ambos os modelos, caracterizados nos capítulos anteriores.

Por sua vez, a segunda parte é constituída por dois capítulos que materializam o trabalho de campo realizado. Posto isto, o Capítulo 5 enuncia a metodologia utilizada, os procedimentos e técnicas adotados para a recolha de dados e caracteriza a amostra alvo das entrevistas realizadas. O Capítulo 6 figura a apresentação, a análise e discussão dos resultados obtidos nas entrevistas.

Por último, a Conclusão e as Recomendações, têm por base a resposta às quatro perguntas derivadas (PD) da investigação e consequentemente, à pergunta de partida (PP): “Será o modelo de policiamento *Intelligence-Led Policing* aplicável na Guarda Nacional Republicana?”. Esta última fase, refere ainda algumas limitações que foram surgindo ao longo da realização da investigação, assim como, recomendações relativas a eventuais investigações futuras.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

CAPÍTULO 1 – O POLICIAMENTO EXECUTADO PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA

1.1. Segurança

A palavra segurança, segundo Silva (2016), tem origem no termo latim *securus*, que pode ser definida como a ausência de perigo. Ao longo dos séculos o conceito de segurança tem sofrido alterações: “o conceito de segurança registou uma evolução muito significativa do século XVIII para o século XX” (Oliveira, 2006, p. 53).

Segundo Alves (2010), desde os primórdios da humanidade a segurança sempre foi uma necessidade que facilmente se entendia não poder ser satisfeita com base em esforços individuais, sendo a mesma responsável pela inserção do Homem em grupos sociais e pelo desenvolvimento de estruturas de poder político. Face ao mencionado depreende-se que o conceito de segurança e o conceito de sociedade se encontram ligados, uma vez que

“Sem a primeira não é possível conceber a segunda dentro dos padrões civilizacionais que hoje se entendem mínimos para o funcionamento regular das instituições e por forma a garantir uma qualidade de vida condigna aos cidadãos que podem, dessa forma, exercer os seus direitos, liberdades e garantias num ambiente desprovido de obstáculos a esses mesmos pressupostos” (Poiares, 2014, p. 54).

Na abordagem à evolução do conceito de segurança salientamos as transformações que foram ocorrendo no Estado e no seu crescente papel social. Com efeito, a definição de Estado é relevante, podendo o mesmo ser entendido como uma entidade “constituída por um povo fixado num território, de que é senhor, e que, dentro das fronteiras desse território, institui, por autoridade própria, órgãos que elaboram as leis necessária à vida coletiva e imponham a respetiva execução” (Caetano, 1963 cit. in Oliveira, 2006, p. 23).

É sabido que no decorrer do Estado Absoluto a responsabilidade pela aplicação da justiça e segurança competiam a um único indivíduo, “a segurança e a justiça tinham uma dimensão fundamentalmente patrimonial e a responsabilidade pela sua execução competia ao soberano, detentor do poder absoluto” (Oliveira, 2006, p. 53). Com o passar do tempo surgiu o Estado liberal passando este a ter o controlo da segurança e foi nesta altura que apareceu o conceito de segurança pública (Oliveira, 2006). Seguindo a linha de pensamento do mesmo autor, através do Estado social, o conceito em análise passou a assumir uma extrema importância na vida social dos cidadãos, pelo que “não a mera

proteção coerciva dos seus direitos e liberdades mas, todo um conjunto de atuações em diversas áreas da vida social, especialmente na proteção de riscos e perigos reais e prováveis” (Oliveira, 2006, p. 54).

Com esta evolução a polícia tornou-se num serviço público com o propósito de satisfazer as necessidades da população e o cidadão passou a assumir uma posição central na segurança, esta deixou de ser uma função exclusiva da polícia e passou a ser “coproduzida com a participação direta dos próprios cidadãos ou dos seus representantes, na busca de respostas e soluções para os problemas de criminalidade e insegurança” (Fernandes, 2006, p. 106).

No Estado Democrático a segurança além de ser um direito fundamental dos cidadãos, plasmado na Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu artigo 27º número 1, também é uma obrigação do Estado, tipificada no artigo 272º do mesmo preceito, como uma das funções da polícia. Num conceito operacional de segurança, a mesma é determinada como “a condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à conduta de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas” (Alves, 2003 cit. in Alves, 2011, p. 74).

Constata-se que as transformações do Estado e o seu crescente papel na sociedade implicaram também transformações ao nível do conceito em análise. Atualmente a segurança é uma das principais preocupações da sociedade que se encontra em contínua evolução, desta forma “o modo de fazer polícia terá de acompanhar essa evolução com o objetivo de responder de forma eficaz aos problemas da sociedade e à exigência da população” (Baraças, 2009 cit. in Martins, 2013, p. 7).

1.1.1. Segurança Pública

A segurança pública contrariamente à segurança privada que é promovida “pelo cidadão individualmente considerado no mundo do domínio próprio, cuja disponibilidade lhe pertence por ser titular e fruidor máximo e incontestável - desde que não afete o direito de outrem” (Valente, 2005, p. 74), retrata um bem jurídico coletivo.

A segurança pública compreende assim um interesse coletivo, estando em causa a esfera jurídica da sociedade:

“depreende-se que segurança pública é a qualidade, condição e bem-estar proporcionados pelo Estado, para que o individuo possa transitar, relacionar-se e desenvolver várias atividades sentindo-se e sabendo-se protegido, sem receio de ser molestado. É a sensação de confiança da qual desfruta o ser humano, ao saber que

pode habitar, locomover-se, trabalhar e divertir-se de modo seguro, tranquilo, com a certeza de não ser importunado” (Silva, 2015, p. 67).

Pode ainda ser definida, “como aquela situação social que se caracteriza por um clima de paz, convivência e de livre confiança mútua que permite e facilita aos cidadãos o livre e pacífico exercício dos seus direitos individuais, políticos e sociais” (González, 1995 cit. in Oliveira, 2006, p. 54).

1.1.2. Segurança Interna

Do mesmo modo que se diferenciou do conceito de segurança pública, aquilo que é a segurança privada, do conceito de segurança interna irá ser abordada, em consequência, a segurança externa.

A CRP no seu artigo 272º n.º 1, cuja epígrafe se designa *Polícia*, estabelece a defesa da segurança interna como uma das funções deste órgão de polícia criminal. O artigo seguinte do mesmo preceito, artigo 273º, com epígrafe *Defesa nacional*, incute a responsabilidade às Forças Armadas de garantir a independência nacional, a integridade do território e a segurança das populações contra quaisquer agressões ou ameaça externa, ou seja, a defesa da segurança externa.

A Lei de Segurança Interna, no seu artigo 1.º, n.º 1, define a segurança interna como:

“a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática” (Assembleia da República [AR], 2008).

Assim sendo, a segurança interna está a cargo de Forças e Serviços de Segurança (FSS) e é uma tarefa fundamental do Estado¹, definida como “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais e o respeito pela legalidade” (Sousa, 2016, p. 267). Contudo, cada cidadão deve ser colaborante na prossecução dos fins de segurança interna, “acatando as ordens legítimas das autoridades e não obstruindo o exercício das competências pelos agentes das Forças de Segurança” (Clemente, 2006, p. 23).

¹ Constituição da República Portuguesa, artigo 9.º alínea b).

1.2. Polícia

O termo polícia tem na sua génese a Grécia Antiga. Segundo Sousa (2016), etimologicamente deriva do grego “*politeía*” e no latim “*politia*”, compreendendo o mesmo, diversos significados:

“em sentido individual, significava qualidade e direitos de cidadão; em sentido coletivo, significava medidas de governo, regime político, forma de governo, cooperação dos órgãos do Estado e interpenetração das funções do Estado; em sentido geral, significava ciência dos fins e deveres do Estado, governo dos cidadãos por si próprios, governo republicano, tanto oligárquico como democrático, Constituição democrática (Sousa, 2016, p. 41)”.

As definições de polícia embora sejam similares na sua essência, variam de autor para autor.

Segundo Castro (2003) a polícia significa a “cidade e o seu governo, a organização da comunidade política e da cidade-Estado, começando por ser isso mesmo: polícia da cidade” (Castro, 2003, p. 22), retrata ainda o conceito numa perspetiva da atividade material de polícia, “finalidade própria, distinta das demais formas de atividade administrativa que concorrem para a satisfação do interesse público” (Castro, 2003, p. 30) e numa perspetiva institucional, “enquanto conjunto de órgãos e agentes pertencentes a serviços administrativos cuja função essencial consiste no desempenho de tarefas materiais de polícia ” (Castro, 2003, p. 30). A nível jurídico, caracterizada como “função específica do Estado e como uma atividade de manutenção da ordem pública, necessária à existência de qualquer sociedade” (Gleizal, Domenach, & Journès, 1993 cit. in Jorge, 2014, p. 6).

Na perspetiva de Alves (2011), a polícia distingue-se pelo fato de não apresentar uma clientela particular e o recurso da força ser geral, multifuncional em situações inopinadas. Em sentido funcional a mesma realiza “atividades de informações, para conhecer o ambiente; de prevenção, para evitar danos; de repressão, para repor a ordem; e de assistência, para ajudar e socorrer” (Saussaies, 1972 cit. in Alves, 2011, p. 83).

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 272º n.º 1, contempla que a polícia “tem por função defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos do cidadão” (AR, 1976), ficando desta forma à disposição do interesse público e dos direitos dos cidadãos. Ao longo deste artigo, verifica-se uma clara distinção quanto à função geral de polícia administrativa (defesa da legalidade democrática) e quanto à função específica de polícia de segurança (garantia da segurança interna). Conforme resulta do artigo 272º, números 2 e 3 do mesmo preceito legal, exige-se à polícia o dever de prevenção dos perigos que possam afetar ou pôr em causa os direitos liberdades e garantias

dos cidadãos e ainda que o exercício da atividade policial atue no estrito respeito pelos mesmos.

Relativamente à manifestação da atividade de polícia em sentido material ou funcional a lei permite a subdivisão em: “polícia judiciária (auxiliar das autoridades judiciárias na prevenção, investigação e repressão da criminalidade); polícia administrativa geral de segurança interna pública; polícias administrativas especiais (sanitária, viária, ambiental, de saúde pública, venatória, etc.” (Canas, 2007, p. 459). Contudo é de todo pertinente frisar, que existem polícias em sentido orgânico a acumular vários tipos de atividade policial, como é o caso da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), que são coincidentemente polícias judiciária, administrativa geral de segurança interna pública e viária. Atualmente a polícia é considerada de acordo com Pereira (2015) como uma função do Estado que tem como objetivo garantir o cumprimento da lei de forma a certificar a manutenção da ordem pública.

Conclui-se que ao longo do tempo, tanto o conceito como a função da polícia têm evoluído, acompanhando as várias concepções da sociedade e do Estado. A polícia age conforme o interesse do Estado e dos seus cidadãos, tratando-se segundo Oliveira (2005), de uma entidade, cujo modelo organizacional é uma complexa teia de ligações formais e informais, entre vários atores.

1.3. Evolução das estratégias de policiamento

O policiamento encontra-se intimamente ligado ao conceito de polícia, “tanto simbólica como literalmente, a polícia domina a nossa noção de policiamento” (Crawford, 2008 cit. in Raposo, 2016, p. 6), pelo que o mesmo “tornou-se sinónimo das atividades da polícia profissional moderna” (Raposo, 2016, p. 5). Com o passar do tempo este conceito foi sofrendo algumas alterações, no sentido em que deixou de conter na sua esfera apenas as polícias, passando a haver outros atores.

A atividade de polícia é-nos apresentada como

“atividade da Administração Pública que consiste na emissão dentro limites legais de regulamentos e na prática de atos administrativos e materiais que controlam, através da ablação de situações jurídicas subjetivas, condutas perigosas dos particulares, com o fim de evitar que estes venham ou continuem a lesar a legalidade democrática, a segurança interna e os direitos dos cidadãos” (Canas, 2007, p. 458).

É através do policiamento que a segurança, bem como a recolha de informações na respetiva zona de ação são asseguradas.

Segundo Miguel (2010) foi no final da II Guerra Mundial, após grande fluxo de movimentos migratórios das populações na procura de melhor qualidade de vida, que surgiram os Modelos de Policiamento. Este autor defende que o grande fluxo migratório gerou a necessidade de reforma na organização, estrutura e atuação da polícia, com o intuito de se manter em concomitância com as mudanças da sociedade e reduzir sentimento de insegurança vivenciado.

Importa referir que aquando abordada a polícia a nível da sua estrutura organizacional, reportamo-nos aos Sistemas de Policiamento, contrariamente, estando em análise a estratégia adotada na atuação da mesma serão os Modelos de Policiamento. Achamos por bem efetuar esta distinção uma vez que muitos autores se referem a sistemas de policiamento utilizando a expressão de modelos de policiamento, contudo em seguida será apresentada a caracterização de ambos.

1.3.1. Sistema de Policiamento Português

Fernandes (2014) define sistema de policiamento como o “conjunto formado pelas várias organizações policiais, pelos sistemas de coordenação das atividades policiais e pelas entidades que fiscalizam a atividade das polícias” (Fernandes, 2014, p. 172).

De acordo com Gomes, Dias, Leitão, Mendes e Oliveira (2001), existem três grandes sistemas de policiamento que se destacam na Europa, o sistema napoleónico ou dualista, o sistema nacional ou unitário e o sistema descentralizado.

O sistema napoleónico caracteriza-se por apresentar uma estrutura organizacional dualista e por ser um sistema centralizado, no sistema nacional a polícia apresenta uma organização única e a sua competência, devido ao número reduzido populacional, estende-se a todo o território, Gomes et al. (2001). Por último o descentralizado, baseia-se no sistema americano, “caraterizado pelo recrutamento, responsabilidade, tomada de decisão e grande autonomia das inúmeras polícias” (Fernandes, 2015, p. 25). Constatamos que um sistema de policiamento varia consoante a cultura do país retratado.

Sendo o sistema português em análise, importa dizer que o mesmo se encontra inserido no sistema napoleónico, uma vez que é centralizado, dependendo diretamente do governo. Além de centralizado é também dualista, existindo assim uma

“polícia de natureza militar, cuja tutela se encontra atribuída ao Ministro da Defesa - ou então, como acontece com a Guarda Nacional Republicana, a uma dupla tutela, dependendo ainda de outro membro do governo, o Ministro da Administração Interna; e uma outra polícia de natureza civil, tutelada apenas por

um Ministro, o da Administração Interna ou do Interior, como acontece em Portugal com a Polícia de Segurança Pública” (Góis, 2011, p. 14).

De acordo com Canhoto (2010) é ainda um sistema pluralista por ser composto por várias FSS e fragmentado uma vez que se encontra disperso por vários ministérios.²

1.3.2. Modelos de policiamento como estratégias de combate à criminalidade

Tratando-se, este trabalho de um estudo comparativo entre dois modelos de policiamento, importa determinar este último conceito. O desenvolvimento da sociedade, tecnologias e globalização fizeram com que o modo de atuar das FSS sofresse alterações de maneira a conseguir o envolvimento e exigência da sociedade.

Um modelo de policiamento pode ser definido como “uma estratégia concebida que visa alcançar os objetivos, obedecendo às ideias dos decisores. No caso de um Modelo de Policiamento, a estratégia deverá ser corretamente adaptada à realidade interna do Estado moderno” (Costa, 2011, p. 21).

Os modelos de policiamento facultam a observação das “bases teóricas e políticas inerentes à opção por determinados modelos de gestão e táticas policiais, auxiliando a identificação das linhas ideológicas inerentes a determinadas filosofias e táticas de intervenção policial” (Fernandes, 2014, p. 173). Qualquer que seja o modelo de policiamento utilizado, pretende-se que o mesmo adapte o seu policiamento à realidade da segurança interna do seu Estado, “com o intuito de abordar e definir as orientações no que respeita às atribuições da organização policial, relativamente à prevenção e repressão criminal” (Costa, 2011, p. 21).

Fernandes (2014) refere a existência de vários modelos, designadamente o Policiamento Tradicional, Policiamento Comunitário, Policiamento Orientado para os Problemas (POP) e Policiamento Orientado pela Inteligência, que o mesmo será dizer Policiamento Orientado pelas Informações (POI)³. Neste trabalho são analisados dois tipos de policiamentos, o Modelo de Policiamento Tradicional e o Modelo de Policiamento Orientado pelas Informações.

² Ver Anexo A.

³ Ver Anexo B.

CAPÍTULO 2 – MODELO DE POLICIAMENTO TRADICIONAL

2.1. A origem do Modelo de Policiamento Tradicional

O modelo de policiamento tradicional, é também denominado modelo profissional de polícia, modelo de policiamento clássico ou profissional-burocrático. Segundo Oliveira (2006), teve a sua origem nos Estados Unidos da América. Esta estratégia adotada pela polícia americana, tinha como objetivo combater a corrupção entre a polícia e o poder político, “no início do século XX a polícia americana debatia-se com grandes problemas para fazer aplicar a lei, devido a problemas de liderança nas forças policiais e aos acentuados índices de corrupção e de discricionariedade dos agentes policiais” (Trojanowicz & Buquereaux, 1990 cit. in Oliveira, 2006, p. 113).

A aplicação deste modelo foi o produto de uma reforma efetuada na polícia e segundo Trojanowicz et al. (1998), o mesmo incidia em princípios como: a escolha de polícias competentes, que adotassem uma postura neutra na sua atividade; a aposta na formação; aumentos salariais; a cessação da influência política na organização da polícia e a rentabilização de meios tecnológicos. Fernandes (2014) afirma que este modelo pode ser caracterizado pela utilização da lei como principal meio de resolução de incidentes. Oliveira (2006) refere tratar-se de um processo em que todos os meios operacionais se utilizam, de forma a responder aos incidentes sucedidos e onde as ações da polícia apresentam um cariz essencialmente reativo, com o intuito de fornecer celeremente resposta às diversas ocorrências. Seguindo a mesma linha de pensamento, Fernandes (2015) menciona que o “Modelo Profissional deve ser visto como aleatório e reativo, pelo que a polícia apenas atuava aquando da prática dos ilícitos. Este policiamento é tido como repressivo, pelo que descarta a prevenção” (Fernandes, 2015, p. 28).

O rigor científico e profissionalismo eram vistos como formas de impedir a corrupção, assim o carro de patrulha e o rádio emissor/recetor, reforçaram o serviço da polícia. Michael & Norval (2003), afirmam que a “intervenção do rádio intercomunicador, e mais tarde a do rádio portátil, desenvolveu a comunicação não só com a central de comando, mas também entre os policiais” (Michael & Norval, 2003, p. 73). De acordo com Fernandes (2014), quando as patrulhas não se encontravam na central a dar resposta às chamadas recebidas, encontravam-se a patrulhar giros, que eram determinados aleatoriamente, sem que a natureza e distribuição espacial do crime fosse considerada. Michael & Norval (2003) referem que através das chamadas que eram recebidas na central,

a mesma reagia mobilizando a patrulha que se encontrasse com o carro mais próximo do local onde teria decorrido o incidente. Alguns autores defendem que neste modelo as “estratégias têm-se baseado na suposição de que a atividade criminal e a desordem poderiam ser impedidas se a polícia fosse uma presença visível nas ruas e prendesse imediatamente pessoas que infringissem a lei” (Skolnick & Bayley, 2006, p. 23).

A criação do 911⁴, permitiu ao cidadão uma maior facilidade em contactar com a polícia, contudo os recursos existentes nos departamentos foram sobrecarregados (Michael & Norval, 2003). A sobrecarga de meios levou a que muitos postos de polícia fechassem, por conseguinte, “os cidadãos não tinham mais, na vizinhança, um lugar onde apresentar suas queixas ou resolver seus problemas” (Michael & Norval, 2003, p. 66). Os problemas da população passaram então a ser resolvidos através da chamada telefónica para central e muitos dos postos que desenvolviam patrulhamento apeado foram encerrados. Aqueles que se encontravam em serviço, passaram a investir no patrulhamento auto, pois “um só policial, de carro, podia cobrir toda a área” (Michael & Norval, 2003, p. 66).

2.2. Modelo de Policiamento Tradicional em Portugal

Ao longo da história de Portugal vários são os eventos que proporcionaram mudanças no seio organizacional das polícias. Atualmente verifica-se que as FSS portuguesas apostam na prevenção e na proximidade com o cidadão. No entanto, tal fato nem sempre se verificou e durante anos as polícias eram fechadas sobre si próprias, evitavam a partilha dos seus problemas com a comunidade, apresentavam padrões de atuação e intervenção tendencialmente rígidos não tendo em consideração as expectativas dos cidadãos⁵.

A PSP, na primeira metade da década de 1990, direccionava a sua atuação na resolução rápida das ocorrências e no uso intensivo do automóvel num sistema conectado a outros sistemas de emergência (Durão, 2011). Com o intuito de modificar a atuação das polícias e afastar um pouco este modelo tradicional de caráter reativo que era empregue até à data, o XI Governo Constitucional em 1987, apresentou como uma das linhas orientadoras do seu programa de governo, uma proximidade entre as FSS e os cidadãos (Pissarra, 2018). Estas linhas que viriam a servir de base, para implementação de um modelo de policiamento diferente em Portugal, o Policiamento de Proximidade, que segundo Oliveira (2006) se trata de uma forma de gestão da segurança pública,

⁴ Número utilizado nos Estados Unidos para reportar situações de emergência.

⁵ Guarda Nacional Republicana, Diretiva nº 31/99 de 19 de novembro de 1999.

implementada próxima do cidadão, de modo a responder às necessidades da população por meio de uma ação policial preventiva. O conceito de policiamento de proximidade segundo David (2014), surge no panorama da política portuguesa a partir de 1995, através do XII Governo Constitucional com a realização de determinados programas de proximidade.

2.3. Vantagens e Desvantagens

Este é um modelo de policiamento que pretende dar uma resposta breve aos incidentes ocorridos, recorrendo a meios como rádio e automóvel ao seu dispor.

O patrulhamento auto apresenta a vantagem de proporcionar maior mobilização e conforto ao patrulheiro. Porém este conforto demonstrou-se ser prejudicial ao serviço, aumentando a distância entre o cidadão e a polícia, originando consequentemente a diminuição do sentimento de segurança na população. É sabido, que um dos fatores de distanciamento é, por exemplo, o facto de os elementos “de patrulha, em um carro com ar condicionado e aquecimento, não saía mais dele para fazer patrulha preventiva ou para saber mais sobre a comunidade que estava policiando” (Michael & Norval, 2003, p. 67). Ainda referente ao patrulhamento, verificou-se que o facto de o mesmo ser realizado aleatoriamente, não se demonstrou eficaz, “o patrulhamento motorizado aleatório e a resposta rápida podem não erradicar o crime de maneira eficaz ou mesmo levar a uma detenção maior de criminosos” (Skolnick & Bayley, 2006, p. 24). Além do mencionado, a aquisição de informação conseguida através de um patrulhamento auto é diminuta, comparativamente à que pode ser adquirida através de patrulhamento a pé.

A comunicação entre os elementos da polícia assegurada por rádio, permitia uma resposta mais rápida às solicitações dos cidadãos, bem como uma maior coordenação dos meios no terreno.

“O telefone, enquanto meio de comunicação, possibilitou estar em contacto com a polícia a qualquer hora do dia, tal como a solicitação de socorro aquando necessidade. A utilização do Emissor/Recetor permitiu a fácil mobilização e supervisão dos meios no terreno, bem como o controlo da atividade policial” (Fernandes, 2015, p. 27).

Em contrapartida demonstrava-se reduzida a capacidade de prevenção dos crimes através deste modelo. A sua “forma reativa provoca um corte imediato na continuidade da ação delituosa, contudo não permite fazer perspetivas de medidas de combate, porque enquanto se desconhecem as causas que motivaram o crime, dificilmente o podemos prevenir” (Miguel, 2010, p. 58).

CAPÍTULO 3 – MODELO INTELLIGENCE-LED POLICING

3.1. O papel das informações na tomada de decisão

Achamos por bem abordar as informações, uma vez que ao longo deste capítulo será analisado o policiamento orientado pelas mesmas. Iniciaremos o capítulo realizando uma distinção entre dois conceitos, são eles: informação de informações/inteligência.⁶ Esta distinção torna-se fulcral, para que, ao longo do trabalho não haja indução em erros e o conceito de *intelligence* ou inteligência, seja bem concebido.

Fomos constatando que muitos autores utilizam o vocábulo informações, ao referirem-se à informação que é recolhida. Por este motivo é importante olhar para a palavra informações e perceber quando a mesma se refere a informações não processadas e quando mencionamos informações sendo equivalentes a inteligência, ou seja, quando estas são produto de um processo analítico.

Segundo Fuentes (2006), a “informação é o principal elemento do conhecimento que permite a tomada racional de decisões” (Fuentes, 2006, p. 3). Conforme o *Guidebook Intelligence-Led Policing*, as informações retratam dados inseridos em contexto e com significado, conferindo-lhes maior relevância e propósito, por conseguinte, a inteligência, representa dados, informações e conhecimentos que foram avaliados, analisados e difundidos com a finalidade de proporcionar uma ação orientada⁷. De acordo com Carter (2009), a inteligência é o resultado de um processo analítico, onde a informação recolhida de diversas fontes foi avaliada com o objetivo de fornecer orientações confiáveis e significativas aos decisores.

Relativamente ao processo analítico produtor de informações/inteligência, este pode apresentar-se designado de duas formas: ciclo de produção de inteligência ou ciclo de produção das informações. Este ciclo é o resultado de modificações que foram surgindo ao longo dos tempos, consequência das diferentes necessidades de informação vivenciadas. Atualmente este ciclo contempla cinco fases: a fase do planeamento e direção, fase da pesquisa, a fase de processamento, a da análise e produção e por último a fase da difusão (Fernandes, 2014).⁸ Porém alguns autores acrescentam ainda a fase de avaliação que se

⁶ Peterson (2005), faz a distinção destes dois conceitos através da seguinte afirmação: “informação, aquilo que é recolhido, e as informações, aquilo que é produzido depois de a informação ser avaliada e analisada” (Peterson, 2005, p. 03).

⁷ Conforme o *Guidebook Intelligence-Led Policing*, 2017, p. 16.

⁸ Ciclo de Produção de Informações demonstrado em Anexo C, caracterizado em Apêndice A.

reflete num feedback que é dado pelos consumidores aos produtores de inteligência.

Segundo Fuentes (2006):

“O Ciclo de Inteligência é o processo pelo qual as lacunas de inteligência são identificadas, os dados / informações relevantes são atribuídos e coletados e depois convertidos em inteligência finalizada para disseminação aos consumidores nos níveis tático, operacional e estratégico. Esses consumidores, no devido tempo, usam essa inteligência para tomar decisões mais bem informadas. Os consumidores incluem formuladores de políticas, comandantes, detetives, analistas ou soldados em patrulha - qualquer pessoa com o direito de saber e a necessidade de conhecer a inteligência” (Fuentes, 2006, p. 6).

Realizamos assim uma análise das informações, verificando que as mesmas têm como finalidade o auxílio do decisor na tomada de decisão e para que as mesmas atinjam a sua finalidade, têm de ser submetidas a um processo de análise. De acordo com Delpuech & Ross (2016), na publicação presente no boletim da *European Police College* (CEPOL), referem que as informações:

“devem ser usadas de maneira a ajudar os tomadores de decisão policiais a entender as questões de segurança pública em seu território; selecionar prioridades de aplicação; e desenvolver estratégias de solução de problemas. A inteligência também deve ajudar os comandantes a selecionar as abordagens de solução de problemas mais promissoras, a fim de garantir um uso eficiente de recursos limitados da aplicação da lei” (Delpuech, & Ross, 2016, p. 19).

3.2. A origem do Modelo *Intelligence-Led Policing*

Segundo Graça (2011) *intelligence* deriva do verbo latim *intellego* e *interlego* que agrega um conjunto de significados, como reconhecer, compreender, colher, entre outros. Reflete a forma mais precisa para entender e tomar decisões com base no ambiente criminal.⁹

O modelo de policiamento orientado pelas informações, que equivale ao modelo *Intelligence-Led Policing*, segundo Ratcliffe (2003) teve origem em Inglaterra. O mesmo autor defende que este modelo surgiu durante o início dos anos 90, como consequência do aumento de criminalidade registado no final dos anos 80 e início da década de 90.

Fuentes (2006), define este modelo com sendo

“uma filosofia colaborativa que começa com informação, recolhida em todos os níveis da organização que é analisada para criar informações úteis e uma percepção melhorada do ambiente operacional. Isto irá assistir a liderança em fazer as

⁹ International Criminal Police Organization [INTERPOL] (2012). Environmental Crime Programme, Intelligence-Led Enforcement: A technique for Investigating Environmental Crime. Acedido a 21 de abril de 2020 em <https://www.dotcomproject.eu/wp-content/uploads/2017/01/Intelligence-Led-Enforcement.pdf>

melhores escolhas possíveis em relação a estratégias de controlo do crime, alocação de recursos e operações táticas” (Fuentes, 2006, p. 3).

Miguel (2010) menciona o POI e o POP “como técnicas do Policiamento de Proximidade ou Comunitário propenso em quatro pilares básico (Prevenção, Repressão, Investigação Criminal e Informações), têm pontos convergentes, daí concluirmos que são indissociáveis” (Miguel, 2010, p. 61).

Ratcliffe (2016) defende que “policiamento orientado pelas informações enfatiza a análise e a inteligência como essenciais para uma estrutura objetiva de tomada de decisão que prioriza pontos críticos do crime, vítimas repetidas, infratores prolíficos e grupos criminosos” (Ratcliffe, 2016, p. 66). Este autor menciona ainda que este modelo “facilita a redução, irradiação e prevenção de crimes e danos por meio de gestão, implementação e execução estratégica e tática” (Ratcliffe, 2016, p. 66). No ponto de vista da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE):

“O Policiamento Orientado pelas Informações foi desenvolvido como uma resposta a esses crescentes desafios, inspirando e facilitando uma abordagem proativa de policiamento, complementando o modelo tradicional e reativo de policiamento. Provou ser uma ferramenta eficaz para combater o crime organizado, para fazer um melhor uso dos recursos e para identificar e abordar as tarefas prioritárias de forma direcionada. A abordagem proativa e orientada para o futuro do Policiamento Orientado pelas Informações facilita a prevenção, redução, interrupção e desmantelamento do crime” (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa [OSCE], 2017, p. 10)

Inúmeras são as definições exibidas por autores que se dedicam a esta temática, segundo Martins (2013), o POI caracteriza-se pela prática de duas funções fundamentais, são elas a capacidade de antecipação do risco e a influência na ação. Para conseguir antecipar o risco “é necessário ter a capacidade de realizar um policiamento de prevenção baseado numa atuação proativa, em vez de uma atuação reativa tendo por base a repressão do crime” (Martins, 2013, p. 18). Por fim para que seja possível ter influência na ação é necessário que a informação permita influenciar o pensamento do decisor, para que tal facto se verifique é essencial que haja a aplicação de recursos cada vez mais eficazes e eficientes na produção da mesma (Martins, 2013).

O policiamento orientado pelas informações “privilegia a análise dos padrões dos crimes ou incivildades e dos padrões de atuação dos criminosos ou delinquentes, concentrando-se na identificação de potenciais ofensores, correlações destes, *modus operandis* e horários de atuação” (Guinote, 2013, p. 145). Este modelo utiliza “técnicas

como o mapeamento do crime, o *data mining*, dos sistemas de CCTV, que facilitam a aquisição de dados para a produção de informações”. (Ferreira, 2011, p. 32).

De forma a conseguir explicar o funcionamento deste modelo de policiamento, Ratcliffe (2003), criou um modelo no qual estabelece uma relação entre as informações, os decisores policiais e o ambiente, denominado “three-i model of intelligence-led policing” ou “modelo 3i”. Este modelo foi desenvolvido, o “4-i model” é acrescido da componente da intenção para explicar as funções e a relação entre os principais atores do ILP.

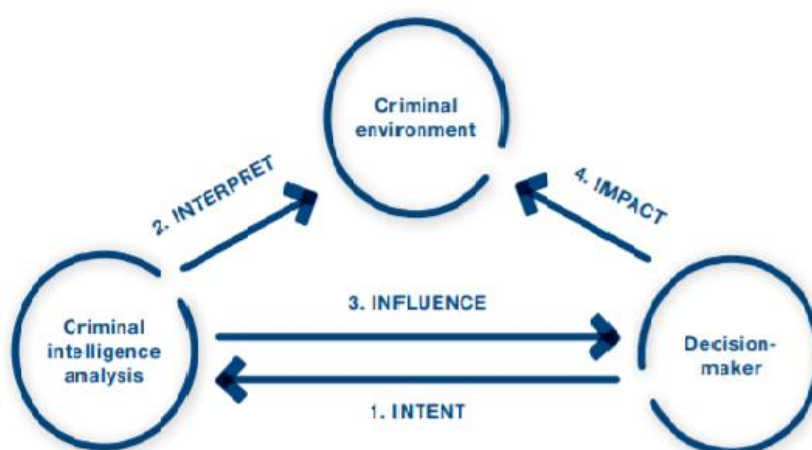


Figura n. °1 – The 4-i model: intent, interpret, influence and impact

Fonte: OSCE (2017, p. 20)

Segundo Ratcliffe (2009) um analista deve adotar uma postura proativa na busca de inteligência em vez de esperar que esta chegue às suas mãos, de forma a conseguir entender o ambiente criminal. Inicialmente a intenção do decisor, é transmitida aos analistas, posto isto os analistas fazem a interpretação do ambiente criminal e através do resultado da análise, influenciam o decisor e este através do seu arbítrio irá provocar um impacto no ambiente criminal (OSCE, 2017). Ratcliffe (2009) afirma que no POI, a inteligência ao ser utilizada pelo decisor deverá ter um impacto no ambiente criminal e este impacto deve ser positivo.

3.3. Aplicabilidade: Reino Unido

A história da polícia do Reino Unido também tem sido alvo de alterações ao longo dos anos. Fatores como a ineficácia do policiamento tradicional, o crime transnacional proveniente da abertura de fronteiras na Europa, o avanço tecnológico, a incapacidade de resposta pela polícia às solicitações dos cidadãos, a necessidade de produção de informações que apoiassem a decisão e a existência de meios tecnológicos à disposição da polícia, foram fulcrais na percepção da necessidade de um modelo de policiamento orientado pelas informações nos anos 90 (Ratcliffe, 2008 cit. in Fernandes, 2014).

O termo *Intelligence-Led Policing*, de acordo com Mora & Castela (2010) “surge no início da década de 90, no Reino Unido, mais propriamente na Kent Police” (Mora & Castela, 2010, p. 42). Esta polícia realizou uma análise das suas capacidades de pesquisa e produção de informações, concluindo que os recursos eram escassos, as informações pouco direcionadas para a atividade operacional e que as informações deveriam se encontrar no centro do processo de tomada de decisão (Fernandes, 2014, p. 187).

Comandada pelo Comissário-Chefe David Phillips, a Kent Police iniciou operações táticas dirigidas pela análise de informações criminais, alterando os seus recursos de reativos para proativos, baseando-se nas seguintes ideologias: a atenção da polícia deve incidir nos criminosos; a triagem de ocorrências mais significativas deve ser realizada; as informações devem ser o elemento central no processo de tomada de decisão e por último estratégias de vigilância e de gestão dos informadores deve ser melhorada (Camacho, 2015).

Em 1993 o relatório *Helping with enquiries: tackling crime effectively*, da *Audit Comission* estabeleceu algumas recomendações para as polícias, como o desenvolvimento de laços mais estreitos entre as funções de investigação e suporte, como a inteligência, garantindo que as mesmas possuam recursos adequados, tanto a nível pessoal, como a nível eletrónico através de suportes tecnológicos aprimorados¹⁰. Outra recomendação resultante deste relatório compreende a utilização destes recursos para um trabalho mais proativo, a atividade da polícia deveria focar nos criminosos e não nos crimes, sendo esses, autores de crimes reincidentes ou de elevada gravidade (Audit Commission, 1993). “O relatório *Helping with enquiries: tackling crime effectively*, de 1993, da *Audit Comission*, é considerado a base de partida do desenvolvimento do POI” (Fernandes, 2014, p. 187).

¹⁰ Relatório acessado a 25 de março de 2020 em <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20150423181142/http://archive.audit-commission.gov.uk/auditcommission/subwebs/publications/studies/studyPDF/1079.pdf>

Em 1992 a Unidade Nacional de Inteligência sobre Drogas criada na década de 1980 foi ampliada, passando a denominar-se Serviço Nacional de Inteligência Criminal (NCIS), responsável pelo estudo de toda a criminalidade organizada e não apenas no âmbito das drogas (Carter, 2009). Este último serviço, de acordo com Carter (2009), desenvolveu o *British National Intelligence Model* (NIM), formalmente adotado em 2002, este modelo empregava a filosofia do ILP defendendo o uso das informações no policiamento. Este modelo definiu as seguintes prioridades no policiamento: foco nos criminosos, gestão de *hotspots* criminais e de desordem, investigação de crimes relacionados e aplicação de medidas preventivas (Ratcliffe, 2008). O Reino Unido foi o primeiro país a utilizar os sistemas de Closed-Circuit Television (CCTV), “onde se estima a presença de 1.85 milhões de câmaras” (Welsh et al., 2015 cit. in Vilhena, 2019, p. 27).

De acordo com Rodrigues (2014) no sistema de policiamento implementado no Reino Unido, os perfis dos culpados criminais são inseridos numa base de dados, sendo os perfis dos inocentes destruídos. Antes da recolha os polícias referem ao suspeito que “não tem de se submeter a esta recolha, devo advertir-vos que recusa sem qualquer fundado motivo, tal recusa poderá ser valorada contra vós em tribunal” (Rodrigues, 2010 cit. in Rodrigues, 2014, p. 114). Posto isto qualquer pessoa detida independentemente da tipologia de crime, fica com os seus dados digitais e genéticos registados, que são “sistematicamente cruzados com as impressões do ficheiro nacional” (Rodrigues, 2010 cit. in Rodrigues, 2014, p. 114).

Devido ao extenso número de dados carregados nos seus sistemas, foram desenvolvidos *Decision Support Systems* (DSS), pelo que no Reino Unido se utiliza o Sistema de Análise de Vinculação de Crime Violento (ViCLAS), “que na prática é uma base de dados padrão empregado para a vinculação de crime”(Burrell & Sumner, 2017, p. 99). O ViCLAS foi desenvolvido “principalmente por profissionais e criminologistas e são essencialmente repositórios de dados que dependem do treino e da experiência do usuário para maximizar seu potencial” (Burrell & Sumner, 2017, p. 99), um sistema também aplicado na Austrália.

A partir de sistemas implementados no Reino Unido, através das informações é possível realizar um policiamento preditivo, ou seja, “uma aplicação de técnicas matemáticas para identificar alvos prováveis e prevenir crimes ou resolver crimes passados, fazendo previsões estatísticas” (Burrell & Sumner, 2017, p. 107). Segundo Fernandes (2014), este policiamento “não é um novo modelo, nem visa substituir modelos

anteriores, é antes um passo na evolução da gestão da polícia, em que a polícia passa a ser uma organização que usa de forma intensiva a informação” (Fernandes, 2014, p. 193). Já Ractliffe (2016) defende que em termos de policiamento no terreno, o policiamento preditivo trata-se da utilização de dados históricos para previsão de focos de criminalidade que servirão de base para alocação de recursos.

Num artigo que reflete a sua opinião, Rogério Copeto¹¹, afirma que os métodos de previsão podem ser divididos em quatro categorias: métodos de predição de crimes, que permitem prever locais com maior risco de ocorrer ilícitos; métodos de predição de infratores, através da identificação de indivíduos com grande probabilidade de vir a cometer crimes; métodos de predição de identificação dos autores do crime, pela criação de perfis de indivíduos com histórico criminal e métodos que identificam indivíduos ou grupos que possuam uma probabilidade mais elevada de se tornarem vítimas, métodos de predição de vítimas de crime (Correia, 2018).

Para que o POI seja passível de ser aplicado, Ratcliffe (2008) define alguns padrões estruturais e culturais como referência, os mesmo encontram-se explanados no quadro ilustrado.

Quadro n.º 1 – Critérios para a aplicação do Policiamento Orientado pelas Informações

CRITÉRIOS			
Existência de Estrutura de Comando e apoio constantemente informada.	Integração do crime e da análise criminal. Deve haver uma estrutura nos diferentes níveis da organização, responsável pela produção de informações que auxiliem a tomada de decisão.	Formação; Realização de uma investigação proativa.	Estrutura de gestão baseada nos produtos de informação.
O POI deve ser visto como o “coração” da organização, ou seja, ser desenvolvido por toda a organização.	Foco nos Infratores, identificação de alvos prioritários; Reuniões de nível tático e estratégico.	Recolha de dados suficientemente completa, que suporte produtos de qualidade que influenciem a tomada de decisão.	Uso adequado de ações de prevenção e fiscalização.

Fonte: Adaptado de Ratcliffe (2008, p. 235).

Estes retratam os critérios definidos por Jerry Ratcliffe para a aplicação do POI ou ILP, porém de acordo com o *Guidebook Intelligence-Led Policing*, embora as circunstâncias nacionais variem, o sucesso da implementação deste policiamento depende:

¹¹ Tenente-Coronel da GNR, Chefe da Divisão de Ensino.

de um quadro legislativo claro para o ILP que se encontre em conformidade com o direito da proteção de dados dos cidadão; organizações baseadas nesta filosofia; tecnologia que facilite a partilha de informação através da interoperabilidade dos sistemas; conhecimento e habilidade pelos trabalhadores e uma cultura colaborativa de partilha de informações para apoiar a tomada de decisões nas operações (OSCE, 2017).

3.4. Vantagens e Desvantagens

O modelo de policiamento orientado pelas informações, emprega vários recursos na sua aplicação, contudo permite o auxílio na tomada de decisão. Anteriormente foi realizada a caracterização deste modelo e através da mesma foi possível identificar benefícios e implicações referentes a esta estratégia de policiamento.

Um documento da OSCE (2016), elenca como benefícios da aplicação deste modelo de policiamento: a sua adaptabilidade às ameaças transnacionais, permite uma tomada de decisão devidamente informada, proporciona a interoperabilidade e cooperação entre unidades, estados e organizações, proporciona a partilha de informações e aquisição de informações sobre riscos e ameaças, por último apresenta uma priorização baseada em evidências de tarefas e alocação de recursos. Na mesma linha de pensamento Moleirinho (2015) afirma que a utilização do POI permite “balancear os cada vez mais poucos recursos e meios para onde são mais necessários e cumprindo melhor os objetivos e missões delineadas” (Moleirinho, 2015, p. 247). No seu artigo Moleirinho (2014) refere como pontos fortes deste modelo, o facto de permitir: balancear os recursos, focando em crimes mais perigosos e reincidentes; direccionar para outras estruturas algumas atividades rotineiras; através de estruturas de apoio, influenciar e suportar a tomada de decisão; a utilização de melhores práticas de comando e controlo; economizar custos; um melhor conhecimento da população bem como a maior taxa de sucesso na redução, prevenção e erradicação criminal.

Em outro documento da OSCE (2017), encontra-se mencionado que a produção de informações pode ter implicações nos direitos humanos, “a recolha de dados e informações, mas também o seu processamento, análise e difusão, que são todos elementos integrais do ILP, podem ter sérias implicações na proteção dos direitos humanos, em particular, mas não só, no direito à privacidade” (OSCE, 2017, p. 26).

Segundo Ratcliffe (2016), este modelo auxilia na redução, prevenção e erradicação de crimes e danos. A utilização de técnicas como o mapeamento do crime permite ao

decisor identificar focos criminais, determinar áreas mais sensíveis permitindo-o direcionar o policiamento. De acordo com Almeida (2009) “a inteligência policial favorece a predição de perigos e o afastamento de incivildades socialmente alarmantes e facilita a gestão de incidentes na via pública” (Almeida, 2009, p. 25).

Segundo Ratcliffe (2005) “a dificuldade com os modelos atuais de policiamento orientado pelas informações é que, com a exceção do modelo implementado no Reino Unido, poucos são documentados” (Ratcliffe, 2005, p. 2). É ainda, um modelo que requer investimento a nível tecnológico e “apesar da popularidade do conceito entre os comandantes policiais, o que se verifica é uma clara descontinuidade entre as intenções e a prática” (Fernandes, 2014, p. 191).

CAPÍTULO 4 – A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA COMO ÓRGÃO DE POLÍCIA CRIMINAL

4.1. A Guarda Nacional Republicana

Recuando um pouco na história e recorrendo à mesma, podemos sintetizar algumas das datas que foram significativas na origem da Guarda Nacional Republicana. Em 1383 surgiu a criação do Corpo de Quadrilheiros, posteriormente em 1801, foi criada a Guarda Real de Polícia, dissolvida em 1834 pela Guarda Municipal, com a implantação da República, em 1910, as Guardas Municipais são extintas dando a origem à Guarda Republicana¹². A três de maio de 1911 é criada a Guarda Nacional Republicana, que nos termos da sua Lei Orgânica é nos apresentada como uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa. Tendo como missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.¹³ De acordo com a Lei de Organização da Investigação Criminal, a GNR constitui-se, segundo o artigo 3.º desta legislação, como um dos órgãos de polícia criminal existentes em Portugal. Muitas vezes é denominada força de charneira devido à sua posição institucional.



Figura n.º 2 – Posição da Guarda no Sistema Nacional de Forças

Fonte: GNR (2019)

A GNR encontra-se assim posicionada cumulativamente, enquanto Força Militar e uma Força de Segurança. A sua natureza militar permite o desempenho de missões das Forças Armadas, ficando as forças da GNR em situações previstas nas Leis de Defesa

¹² Arquivo histórico da GNR. Acedido a 26 de março de 2020 em <https://www.gnr.pt/historiagnr.aspx>

¹³ Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro, Artigo 1.º.

Nacional e das Forças Armadas e do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, sob dependência operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2019).

Na sua Lei Orgânica, além da definição, missão, dependência, atribuições (sendo a prevenção da criminalidade em geral uma das extensas atribuições da Guarda), também se encontra explanada a estrutura orgânica.¹⁴

4.2. A estratégia de policiamento aplicada na Guarda Nacional Republicana

A Guarda tem vindo a ajustar o seu policiamento consoante as modificações e exigências que se têm vindo a observar na sociedade. Nos dias de hoje esta instituição é vista como “uma Força de Segurança Humana, Próxima e de Confiança”.

Atualmente a sociedade tem um papel ativo na segurança e deste modo a GNR tem vindo a desenvolver um policiamento, onde através do patrulhamento diário, que garante a presença física, visível e próxima dos cidadãos, consegue identificar, apoiar e acompanhar cidadãos mais vulneráveis.

Segundo a Norma de Execução Permanente (NEP) 3.58 da Guarda Nacional Republicana, em 2009 a Guarda criou uma Repartição de Programas Especiais, nos Comandos Territoriais, sendo um oficial nomeado como responsável pela área dos Programas Especiais. Passando nos Destacamentos Territoriais a existir Secções de Programas Especiais. Posto isto após sensivelmente sete anos foi possível a identificação de cidadãos mais vulneráveis, envolvendo assim a comunidade na procura de resposta aos problemas que iam surgindo no seio da sociedade, com o auxílio de parcerias com outras entidades¹⁵. Quando ocorre este envolvimento da comunidade na procura da resolução de problemas que são da polícia, estamos-nos a referir ao policiamento comunitário, “o Policiamento Comunitário tem como referências a parceria estabelecida com a comunidade e a resolução de problemas” (Fernandes, 2015, p. 31).

A estratégia de atuação tem vindo a adotar moldes cada vez mais preventivos e para que a prevenção do crime seja realizada é necessário que haja uma aproximação para com a comunidade. O policiamento de proximidade é efetuado de acordo com o plano de atividades da Guarda, através do desenvolvimento de operações temáticas, apoiadas nos diversos Programas Especiais. São alguns exemplos de Programas Especiais desenvolvidos pelo Ministério da Administração Interna, o Programa Escola Segura, Programa Apoio 65-

¹⁴ Ver Anexo E.

¹⁵ De acordo com a NEP/GNR – 3.58 de dezembro de 2017.

Idosos em Segurança, desenvolvidos pela GNR e em parceria com outras Entidades, como é o caso da Linha Saúde 24, Programa Internet Mais Segura e outros mais.¹⁶

Esta aproximação para com a população constitui uma das Linhas de Orientação Estratégica da Guarda Nacional Republicana, que pretende reforçar a confiança dos cidadãos promovendo o patrulhamento comunitário e de proximidade.

4.3. O Modelo de Policiamento Tradicional na Guarda Nacional Republicana

Desde a Guarda Real de Polícia até à década de 80, a Guarda empregou um comportamento reativo face ao crime. Segundo a Diretiva Operacional 08/99, a Guarda era vista como hostil perante a população, uma vez que o desempenho dos militares era avaliado consoante a quantidade de crimes que fossem detetados e as atuações realizadas. Um modelo reativo não promovia a aproximação da polícia ao cidadão e consequentemente muitas informações policiais e criminais, não chegavam a ser difundidas aos militares.

Este modelo de policiamento utilizado pela Guarda Nacional Republicana foi a alvo de transformação a partir da década de 80, pois de acordo com a NEP 3.58 da GNR, a partir dessa década, a Guarda procura abandonar o seu comportamento puramente reativo perante os problemas da população e realiza a adaptação do mesmo centrada na proximidade com o cidadão através do modelo de Policiamento de Proximidade.

A partir desta década, a GNR, passa a ser uma força mais próxima da população, começa a apostar na prevenção do crime e numa estratégia de policiamento proativo. Por conseguinte o Policiamento Tradicional deixa de ser o modelo de aposta da Guarda.

4.4. *Intelligence-Led Policing* na Guarda Nacional Republicana

Em Portugal, vingou o termo informações como sinónimo de intelligence, esta última impulsionada no nosso país pelo General Pedro Cardoso, principal responsável pelo Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), (Graça, 2009).

Embora a GNR apresente um policiamento de proximidade bem vinculado, o modelo ILP não é indiferente à Guarda. Muito pelo contrário, no Plano de Atividades da Guarda referente ao ano 2019, onde se encontram referidas as principais atividades a desenvolver anualmente tendo como referência a estratégia da instituição, Estratégia 2020, o modelo orientado pelas informações é mencionado.

¹⁶ Informação acedida a 28 de março de 2020 em https://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx.

O programa designado Emprego Operacional e Comando e Controlo, enquadra ações de prevenção e combate ao crime, mencionando que é pretendido que a GNR “continue a desenvolver as ferramentas necessárias à implementação de um sistema de patrulhamento orientado com base na recolha de informações segundo os princípios subjacentes ao designado modelo policial ‘Intelligence-Led Policing’” (GNR, 2019, p. 111).

A GNR nos seus diferentes níveis, possui profissionais responsáveis pela análise de informação com o intuito de influenciar a tomada de decisão. De forma auxiliar a atividade diária da instituição, a GNR dispõe de Sistemas de Informação (SI), compostos

“pelos recursos humanos, pela tecnologia e pelos processos de trabalho da organização, tendo em vista o armazenamento, o processamento, a distribuição e a transmissão de informação útil e oportuna, de forma a satisfazer as necessidades de informação e potenciar soluções e a satisfação de novos desafios para a organização” (Nunes, 2015, p. 24).

Os SI podem ser caracterizados consoante os seguintes níveis de gestão: os de Nível Operacional (responsáveis pelo processamento e registo das transações diárias de rotina), de Nível de Gestão (monitorizam e controlam o processo de tomada de decisão, proporciona relatórios periódicos) e por último os de Nível Estratégico que (controlam objetivos a longo prazo) (Nunes, 2015). A GNR dispõe de SI dos quais se destacam o Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP) e o Sistema de Informação Geográfica dos meios SIRESP (SIG-SIRESP).

O SIIOP, é definido como um

“sistema baseado num repositório único de informações, centralizado e alargado ao dispositivo, que permite à Guarda o suporte à decisão/ação, baseado em informação alargada e em tempo real, bem como a uniformização de procedimentos em toda a hierarquia da Guarda Nacional Republicana.”¹⁷

Este sistema encontra-se agregado em módulos que se complementam, permitindo a organização e armazenamento de informações. O SIIOP constitui-se uma ferramenta utilizada pela Guarda Nacional Republicana, neste sistema são registados todos os crimes ocorridos na zona de ação da Guarda, permitindo a visualização de um mapeamento da criminalidade, o acesso a dados registados, bem como, uma melhor perceção sobre as ocorrências.

O SIG-SIRESP é um sistema utilizado pela GNR, que permite monitorizar a localização de patrulhas utilizando terminais de rádio, neste sistema a georreferenciação

¹⁷ De acordo com a Norma de Execução Permanente NEP/GNR de 12 de dezembro de 2011.

não é realizada ao militar, mas sim ao rádio. Este sistema tal como o SIIOP permitem a imediata compreensão situacional, bem como a georreferenciação de patrulhas, os “Sistemas de Informação geográfica são, pelo exposto, fundamentais em forças de segurança como a Guarda Nacional Republicana, por serem um sistema de apoio à decisão” (Alexandre, 2015, p. 37).

Além destes SI entre outros, a GNR também dispõe de um Centro de informações (CI), implementado na Direção de Informações. Centro este implementado, com o intuito de auxílio à tomada de decisão “Ao CI cabe, genericamente, a monitorização, acompanhamento e análise de dados, notícias e informações, produzindo informações ao nível operacional e tático em proveito das atividades e operações correntes e futuras, auxiliando a tomada de decisão.”¹⁸.

No âmbito da inteligência artificial, a GNR tem vindo a desenvolver projetos através de parcerias, como é o caso do projeto Modelação e Predição de Acidentes de Viação no Distrito de Setúbal (MOPREVIS). Através de uma parceria entre a Universidade de Évora e o Comando de Setúbal da GNR, este projeto tem como objetivo o desenvolvimento de uma plataforma de inteligência artificial para localizar os pontos com maior probabilidade de ocorrerem acidentes rodoviários (Fundação para a Ciência e a Tecnologia [FCT], 2020). Utilizando uma equipa multidisciplinar, o objetivo principal deste projeto “é identificar fatores que aumentam os acidentes no distrito de Setúbal e construir algoritmos preditivos e modelos que possam ser usados experimentalmente, em tempo real, pela GNR de Setúbal, a fim de tomar medidas para reduzir acidentes rodoviários” (FCT, 2020, p. 10).

No capítulo anterior foram elencados nos critérios para a aplicação e sucesso deste modelo, a existência de tecnologia que facilite a partilha de informação. Posto isto é relevante referir que um dos objetivos da Guarda definidos na Estratégia 2020 é a consolidação do Sistema Integrado de Informação Criminal privilegiando a Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC)¹⁹, como meio de partilha de informações entre as FSS.²⁰

¹⁸ De acordo com o Processo n.º 000.05.05 referente ao Projeto Centro de Informações da Guarda Nacional Republicana de 22 de fevereiro de 2018.

¹⁹ Plataforma que teve “como fundamento base: um motor de pesquisa que integre fontes de informação de diferentes entidades; (...)” (Moleirinho, 2015, p. 259).

²⁰ Estratégia 2020 da Guarda Nacional Republicana. Acedido a 13 de março de 2020 em <https://www.gnr.pt/estrategia.aspx>

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

5.1. Metodologia de Abordagem à Investigação

De acordo com Furlanetti & Nogueira (2013) a metodologia é definida como “a sequência dos procedimentos necessários que descrevem a forma como será realizada a pesquisa, ela responderá como é possível atingir os objetivos estabelecidos” (Furlanetti & Nogueira, 2013, p. 21). Neste trabalho a metodologia utilizada foi a qualitativa, “utilização de uma metodologia de cariz interpretativo” (Rosado, 2015, p. 77).

Durante uma investigação segundo Rosado (2017) existem três tipos de raciocínios que podem ser empregues: o raciocínio dedutivo, indutivo e hipotético-dedutivo, sendo que os mesmos se relacionam com os métodos de investigação. Neste trabalho de investigação foi utilizado o método dedutivo “o método dedutivo, que se sustenta numa lógica que parte de uma ou de várias opções teóricas em ordem a explicar um fenómeno particular” (Rosado, 2017, p. 118).

O problema de investigação é indicado pela pergunta de partida (PP) á qual me propus responder, referida anteriormente na introdução do trabalho: **“Será o modelo de policiamento *Intelligence-Led Policing* aplicável na Guarda Nacional Republicana?”**. A partir da PP de forma a delimitar e direcionar a investigação, foram formuladas quatro perguntas derivadas (PD):

- PD1 - Qual é o modelo de policiamento atualmente implementado pela Guarda Nacional Republicana?
- PD2 - Quais são os requisitos essenciais para implementação do modelo *Intelligence-led Policing*?
- PD3 - Quais são as vantagens e desvantagens do modelo *Intelligence-Led Policing* comparado com o método de policiamento Tradicional desenvolvido pela Guarda Nacional Republicana?
- PD4 - Quais são os requisitos necessários para a implementação do *Intelligence-Led Policing* na Guarda Nacional Republicana?

De forma a conseguir dar respostas mais concisas ás diferentes PD, procedeu-se à realização de entrevistas.

5.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados

Segundo Andrade (2010) a “pesquisa de campo utiliza técnicas específicas, que têm objetivo de recolher e registrar, de maneira ordenada, os dados sobre o assunto em estudo” (Andrade, 2010, p. 131). A presente investigação teve início no ano de 2019, através da realização de uma análise documental sobre a temática do policiamento. A realização da análise documental foi efetuada em plataformas na Internet, uso de bases de dados científicas, como o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, bibliotecas públicas e estabelecimentos de ensino, como a biblioteca da Escola da Guarda, a biblioteca da Academia Militar da Amadora e a biblioteca do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, bem como, a pesquisa no Centro de Documentação da Polícia Judiciária.

Tendo em conta o tema da investigação, optamos por uma análise de cariz qualitativo, utilizando técnicas documentais explanadas na revisão da literatura e técnicas não documentais através da realização de entrevistas. Uma vez que a “apresentação de uma determinada entrevista implica sempre uma explicação sobre os objetivos, a finalidade, o funcionamento da mesma e a relevância da informação a recolher” (Rosado, 2017, p. 125), foi elaborada uma carta de apresentação presente no Apêndice B.

Ao longo da investigação, o corpo escrito do trabalho foi realizado no programa Microsoft Office, o programa Excel utilizado na análise das estatísticas referentes às entrevistas e ainda, na realização destas, o Microsoft Teams e Colibri Zoom foram programas utilizados.

5.2.1. Entrevistas

Com vista a uma recolha de informações mais ricas e substanciadas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas “combina perguntas fechadas e abertas. Nesse tipo de entrevista o entrevistado tem liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada” (Batista, Matos & Nascimento, 2017, p. 29). As perguntas realizadas ao longo das entrevistas, foram escolhidas com o propósito de contribuir, na resposta às perguntas derivas e pergunta de partida.

Quanto ao procedimento utilizado na elaboração das entrevistas, as mesmas tiveram por base o guião estruturado em treze questões, constante no Apêndice C, sendo este definido como “um instrumento para recolha de informação na forma de texto, que serve de base à realização da entrevista propriamente dita” (Sarmiento, 2013, p. 31).

Quanto ao modo, as entrevistas foram realizadas essencialmente de forma não presencial, apenas duas foram alvo de deslocações até à entidade pretendida. Através de um prévio consentimento dos entrevistados, todas as entrevistas efetuadas foram gravadas, com a finalidade de facilitar a posterior análise e transcrição das mesmas.

5.2.2. Recolha de dados

A recolha de dados teve por base fontes bibliográficas, que segundo Rosado (2017) se distribuem em três categorias. Nesta investigação foram utilizados documentos institucionais (NEPs, despachos e diretivas), que configuram fontes primárias “constituídas por textos originais sem a interpretação de outros autores” (Rosado, 2017, p. 124). Além destas, recorreu-se à análise de bibliografia existente “fontes secundárias, constituídas por interpretações de outros autores sobre fontes primárias” (Rosado, 2017, p. 124) e por último a fontes terciárias, através de quadros síntese adaptados de fontes secundárias.

No que concerne às entrevistas, o seu tratamento foi efetuado através de uma análise de conteúdo, ou seja, foi realizada a análise das respostas que cada entrevistado deu às treze questões que lhe foram colocadas. Posteriormente, procedeu-se à transcrição das ideias principais das mesmas e efetuou-se uma leitura vertical²¹ e horizontal²² destas. Através da leitura referida, foram identificados segmentos de conteúdo nas respostas dos entrevistados, identificando segundo Sarmiento (2013), as denominadas unidades de registo (UR), ou seja, afirmações suscetíveis de serem comparadas, possibilitando a ligação entre as várias respostas.

Após esta análise inicial, foram criadas tabelas, uma vez que constituem “um meio eficaz de expor os resultados obtidos, pois facilita a compreensão e a interpretação dos dados, permitindo não só a apreensão global, mas também o relacionamento entre eles” (Andrade, 2010, p. 140). Estas tabelas demonstram quais as unidades de registo presentes em cada resposta e quantas vezes as mesmas se afiguram numa determinada pergunta, estas últimas, denominadas de acordo com Sarmiento (2013) de unidades de enumeração (EU), que “são aritméticas e contam o número de vezes que se repete a unidade de registo (as frases) numa entrevista e/ou várias” (Sarmiento, 2013, p. 54).

²¹ Na leitura vertical, faz-se a leitura da totalidade das entrevistas, a fim de compreender a pertinência da resposta, possibilitando determinar em cada pergunta uma categoria e respetiva subcategoria (Sarmiento, 2013).

²² Na leitura horizontal, segundo Sarmiento (2013) lê-se as respostas, para cada pergunta de cada entidade entrevistada, por forma a categorizar a mesma.

5.3. Composição e Justificação da Amostra

O conhecimento por oficiais da GNR, assente em estudos na temática da *Intelligence* e do *Intelligence-Led Policing*, modelos de policiamento, bem como a função atual ou já desempenhada na Direção de Operações, Direção de Informações e na Direção de Investigação criminal, ostentam os critérios determinados para a seleção dos entrevistados. Posto isto, o seguinte quadro exhibe a caracterização da amostra que sustenta esta investigação.

Quadro n.º 2 - Caracterização da Amostra

Código	Posto	Apelido	Função atual	Data	Hora	Modo
E1	Tenente-Coronel	Copeto	Chefe da Divisão de Ensino	12/03/2020	09:30 h	Presencial
E2	Coronel	Moisés	Diretor da Direção de Informações	07/04/2020	14:30 h	Videochamada
E3	Tenente-Coronel	Nortadas	Diretor da Direção de Investigação Criminal	08/04/2020	11:00 h	Videochamada
E4	Tenente-Coronel	Fernandes	Chefe do Centro Integrado Nacional de Gestão Operacional do Comando Operacional	08/04/2020	14:35 h	e-mail
E5	Major	Silva	Chefe da Repartição de Coordenação Criminal	08/04/2020	17:31 h	e-mail
E6	Major	Silva	Chefe do Secretariado e Investigador do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar	09/04/2020	17:50 h	Videochamada
E7	Capitão	Jacinto	Chefe de Secção de Investigação Criminal	15/04/2020	19:00 h	Telefone
E8	Tenente-Coronel	Dores	Chefe da Divisão de Criminalística	16/04/2020	15:47 h	e-mail
E9	Capitão	Vieira	Chefe da Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, em Suplência	20/04/2020	15:02 h	e-mail
E10	Coronel	Moleirinho	Comandante do Comando Territorial de Santarém	21/04/2020	15:20 h	Videochamada
E11	Major	Cardoso	Chefe da Repartição de Análise de Informação Criminal	21/04/2020	17:51 h	e-mail
E12	Major	Serrão	Chefe da Repartição de Operações	22/04/2020	18:00 h	e-mail
E13	Tenente-Coronel	Carvalho	Chefe da Secção de Operações, Treino e Relações Públicas	23/04/2020	14:30 h	e-mail
E14	Major	Rocha	Chefe da Secção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial do Porto	23/04/2020	15:20 h	Presencial
E15	Major	Baraças	Chefe de Secção de Investigação Criminal do Grupo de Intervenção de Operações especiais na Unidade de Intervenção	23/04/2020	19:00 h	e-mail

Fonte: Elaboração Própria

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1. Análise das entrevistas

Após a realização das entrevistas, o primeiro passo foi a transcrição das respostas dadas pelos quinze entrevistados que compõem a amostra. Como referido no capítulo anterior após transcrição das respostas dadas nas entrevistas e posterior validação das mesmas, procedeu-se a uma leitura cuidada e consecutiva análise, tendo por base a metodologia referida por Sarmiento (2013)²³. Desta forma ao longo da análise das perguntas realizadas na entrevista, são apresentadas tabelas.

6.1.1. Questão n.º 1

Com o intuito de conhecer mais sobre o modelo de policiamento atualmente adotado pela Instituição, foi efetuada a questão n.º 1, colocada da seguinte forma: **Como caracteriza o atual modelo de policiamento adotado pela GNR?**

Tabela n.º 1 – Resultados da Questão n.º 1 da Entrevista

Questão n.º 1																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A1.1.	X	X	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	13	87%
A1.2.																0	0%
A1.3.	X	X	X	X		X		X	X	X				X	X	10	67%
A1.4.	X	X	X		X		X	X	X		X		X		X	10	67%

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que quando questionados, 87% da amostra, referiu a aplicabilidade de vários modelos de policiamento pela instituição. Observa-se ainda que 67% referem a aplicação de um policiamento que se encontra baseado na reação e os restantes 67% afirmam que o mesmo se baseia na prevenção. A idêntica percentagem obtida, relativamente ao cariz do policiamento, vai em conta com a ideologia referida ao longo da entrevista, por parte dos entrevistados, sobre a complementaridade existente entre os modelos, realçada na pergunta n.º 6. Ainda nesta questão observa-se que nenhuma das respostas dadas pelos entrevistados, se direciona para a afirmação de que a GNR “Aplica apenas um modelo de policiamento.”.

²³ Ver Apêndice E e Apêndice F.

6.1.2. Questão n.º 2

Nesta questão pretende-se saber se o policiamento adotado se encontra adequado à atualidade. Posto isto, foi realizada a questão n.º 2: **Considera que o modelo de policiamento adotado atualmente pela GNR é aquele que mais se adequa à realidade portuguesa?**

Tabela n.º 2 – Resultados da Questão n.º 2 da Entrevista

Questão n.º 2																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A2.1.	X								X		X		X			4	27%
A2.2.		X	X	X	X		X	X		X				X	X	9	60%
A2.3.						X						X				2	13%

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que nove entrevistados (60%) consideram que o modelo de policiamento adotado atualmente pela GNR é parcialmente adequado. Embora se observe uma adaptação por parte da instituição na utilização de modelos de policiamento mais recentes e proativos, existe ainda margem para evoluir, os entrevistados (E2, E3, E4, E5 e E8), aludem à importância de uma evolução ao nível tecnológico para o aumento da eficiência e eficácia do mesmo.

Cerca de quatro entrevistados (27%), afirmam que policiamento realizado atualmente é adequado. Por último 13% da amostra afirma que a maneira como se realiza o policiamento não é adequada aos dias de hoje.

6.1.3. Questão n.º 3

Como forma a saber se existe aplicação do ILP na Instituição, foi efetuada a questão n.º 3, colocada da seguinte forma: **O Policiamento Orientado pelas Informações (POI), também denominado *Intelligence-led Policing* (ILP), é aplicado na GNR?**

Tabela n.º 3 – Resultados da Questão n.º 3 da Entrevista

Questão n.º 3																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A3.1.					X	X										2	13%
A3.2.		X	X				X			X		X		X	X	7	47%
A3.3.	X			X				X	X		X		X			6	40%

Fonte: Elaboração própria

No que concerne a esta questão pode-se verificar que mais de metade da amostra, 47%, não opta pelos extremos na resposta, ou seja, vão em conta com a seguinte UR: “É parcialmente aplicado na instituição”. Estes sete entrevistados, defendem que quando aplicado, não se realiza de forma automática, sistemática ou estruturada, aplicando-se em casos muito pontuais.

Porém 40% da amostra responde diretamente de uma forma positiva e 13% afirma que o *Intelligence-led Policing* não é aplicado na Guarda Nacional Republicana.

6.1.4. Questão n.º 4

Esta pergunta pretende identificar as ferramentas que um comandante deve ter ao seu dispor para a aplicação uma decisão fundada. A questão n.º 4 é colocada da seguinte forma: **Na sua opinião quais as ferramentas imprescindíveis a um Comandante, para a realização de uma tomada de decisão devidamente informada que permita prevenir, reduzir ou erradicar um crime?**

Tabela n.º 4 – Resultados da Questão n.º 4 da Entrevista

Questão n.º 4																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A4.1.	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	13	87%
A4.2.		X	X							X		X	X	X	X	7	47%
A4.3.	X						X	X								3	20%
A4.4.				X	X	X		X			X	X	X	X		8	53%

Fonte: Elaboração própria

Reportando a esta questão, houve 87% dos entrevistados que defendeu a importância dos recursos tecnológicos, no auxílio da tomada de decisão. Sendo ao nível tecnológico evidenciadas como ferramentas imprescindíveis, a utilização de plataformas tecnológicas e de Sistemas de Informação que permitam o registo de toda a atividade

operacional, promovendo a produção de informações que permitam ao decisor uma adequada tomada de decisão.

Cerca de 53% mencionam a necessidade de uma cultura de informações, ou seja, não chega carregar os dados nos SI existentes, é sim, necessário, de acordo com o E8, E11, E12 e E14, que essa informação e dados inseridos, sejam de qualidade e oportunos.

Além da necessidade de meios tecnológicos e de uma cultura de informações, 47% da amostra, reporta a necessidade de analistas. O E10 refere que “a análise deve estar próxima do comandante, pois nem sempre as percepções que o comandante tem sobre o ambiente criminal, são similares às percepções quando analisadas.”.

Por último nesta questão o E1, E7 e E8, 20%, aludem à necessidade de haver um conhecimento do ambiente criminal, por parte do comandante para uma devida tomada de decisão.

6.1.5. Questão n.º 5

Com esta pergunta pretende-se determinar, quais os requisitos que uma organização deve possuir, que permitam a aplicação do ILP. Ao longo do enquadramento teórico estudou-se este modelo, tendo sido constatado que o mesmo é defendido por muitos autores, como uma filosofia de gestão, não sendo empregue apenas pelas FSS. Assim, a questão n.º 5 é colocada da seguinte forma: **Na sua perspetiva o que é necessário numa organização, para a aplicação do ILP?**

Tabela n.º 5 – Resultados da Questão n.º 5 da Entrevista

Questão n.º 5																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A5.1.	X			X											X	3	20%
A5.2.		X			X		X	X		X	X	X	X	X		9	60%
A5.3.						X			X		X		X	X		5	33%
A5.4.							X		X							2	13%
A5.5.		X	X	X	X	X		X	X		X	X	X	X	X	12	80%
A5.6.		X		X				X					X			4	27%

Fonte: Elaboração própria

A tecnologia demonstra-se relevante na aplicação deste modelo e requisito necessário, uma vez que cerca de 80% afirmam a necessidade de investimento tecnológico. Ao nível da necessidade de formação, esta foi referida, por nove entrevistados (60%), que as pessoas dentro da organização, têm de ter conhecimento sobre este conceito e modelo.

No que concerne a recursos humanos especializados, 33% da amostra defende que ao nível da análise da informação, deve existir uma especialização por parte dessas pessoas, de forma a promover o trabalho de dados volumosos e complexos.

No que concerne à estruturação organizacional, 27% defendem que a mesma se deve pautar por uma estrutura de informações nos diferentes níveis da organização, promovendo a produção de informações e consequente auxílio à tomada de decisão. É assim importante que exista um comprometimento da organização pela implementação deste modelo. A necessidade de um comprometimento organizacional é realçado por três entrevistados, o E15 afirma que “Acima de tudo, a implementação do ILP carece do envolvimento dos decisores de topo, pois a implementação do mesmo, de forma transversal, implica necessariamente um comprometimento a nível estratégico.”.

Por último 13% referem que a implementação deste modelo numa organização carece de tempo.

6.1.6. Questões n.º 6 e 7

A questão n.º 6 e a questão n.º 7 são analisadas em conjunto, uma vez que através das mesmas se faz uma comparação entre os modelos, pretendendo-se saber quais são os seus benefícios e as suas limitações.

Assim questão n.º 6 foi colocada da seguinte forma: **Na sua perspetiva, quais são as vantagens da implementação de um modelo de policiamento Tradicional de cariz reativo, comparativamente a um preventivo como é o ILP e vice-versa?** Relativamente á questão n.º 7 a mesma foi apresentada desta forma: **Quais são, para si, as limitações da implementação do modelo de policiamento Tradicional, comparativamente ao ILP e vice-versa?**

Tabela n.º 6 – Resultados da Questão n.º 6 e n.º 7 da Entrevista

Questão n.º 6 e n.º 7																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A6e7.1.		X		X		X			X	X	X	X	X	X		10	67%
A6e7.2.																0	0%
A6e7.3.	X						X			X					X	4	27%
A6e7.4.																0	0%
A6e7.5.									X							1	7%
A6e7.6.																0	0%
A6e7.7.																0	0%
A6e7.8.		X	X					X	X		X	X	X			7	47%
A6e7.9.																0	0%
A6e7.10																0	0%
A6e7.11				X		X							X			3	20%
A6e7.12		X				X	X		X	X		X	X			7	47%
A6e7.13																0	0%
A6e7.14	X		X		X			X	X		X		X	X		8	53%
A6e7.15																0	0%
A6e7.16					X	X				X	X		X			5	33%
A6e7.17																0	0%
A6e7.18								X						X		2	13%
A6e7.19																0	0%

Fonte: Elaboração própria

As respostas dadas nestas questões são naturalmente diversificadas, porém realça-se a resposta de nove entrevistados, correspondente a 67% que referem como uma vantagem do modelo ILP proporcionar a gestão de meios, A6e7.1: “O ILP proporciona a gestão de meios”. Contudo a afirmação A6e7.2.: “O modelo Tradicional proporciona a gestão de meios.”, não é referida por nenhum dos entrevistados, pelo que os entrevistados (E2, E4, E6, E10, E11, E13), apontam a gestão de meios, como sendo uma limitação do modelo de policiamento Tradicional.

Relativamente à implementação do ILP, 53% da amostra vai em conta a seguinte afirmação: “A implementação é complexa no ILP.”. O E11, E14, E9 mencionam a necessidade de recursos associada a esta dificuldade de implementação, já o E3 afirma que a legislação atual, no que refere à proteção de dados, colide com o modelo ILP. Em contrapartida, não se verifica por parte da amostra nenhuma referência à afirmação: “A implementação é complexa no modelo Tradicional.” (A6e7.15). Ao longo da entrevista o E11 e E9 mencionam a facilidade de implementação como vantagem do policiamento tradicional e os entrevistados E11, E13, E14 como limitação ao modelo de policiamento orientado pelas informações.

No que concerne à previsão criminal, cerca de 47% refletem o seu pensamento alinhado com a afirmação: “O ILP proporciona a previsão de acontecimentos.” (A6e7.8.).

Por conseguinte o mesmo pensamento não é defendido relativamente ao modelo tradicional. A mesma percentagem, 47%, reflete ainda que “O ILP, proporciona a sustentabilidade na tomada de decisão.”, algo que não se observa em relação ao outro modelo em análise, pois existe uma percentagem nula relativa à UR A6e7.13..

Ao nível monetário, 33% da amostra vai em conta a afirmação: “A aplicação do ILP exige grande investimento financeiro.”, opinião essa não seguida relativamente ao outro modelo em análise. Observa-se que 27% dos entrevistados considera a complementaridade entre os modelos vantajosa. Cerca de 20% destacam a rapidez da atuação policial no modelo tradicional, o que não se verifica em relação ao ILP.

O sentimento de segurança sentido pela população também é referido por 13% dos entrevistados, estes (E8 e E14) concordam que “O ILP proporciona o sentimento de segurança na população.”, algo que comparativamente ao modelo Tradicional não é referido pela amostra. Verifica-se ainda que E9 (7%) considera não haver vantagens na aplicação do modelo Tradicional e que por último, em toda a amostra a menção da não existência de vantagens na aplicação de ILP, bem como, a não existência de limitações na aplicação de ambos os modelos, não se observa.

6.1.7. Questão n.º 8

A questão n.º 8 colocada da seguinte forma: **Entende que as Secções de Informações e Investigação Criminal conseguem determinar focos de criminalidade (hotspots) na zona de ação do respetivo Comando Territorial?**

Tabela n.º 7 – Resultados da Questão n.º 8 da Entrevista

Questão n.º 8																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A8.1.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15	100%
A8.2.																0	0%

Fonte: Elaboração própria

Nesta questão pretende-se determinar se as SIIC conseguem determinar focos de criminalidade. Em relação a esta pergunta a opinião por parte dos entrevistados é unanime, todos (100%) entendem que as Secções de Informações e Investigação Criminal conseguem determinar focos de criminalidade na zona de ação do respetivo Comando Territorial.

6.1.8. Questão n.º 9

Com esta questão pretende-se perceber de que forma os SI existentes na Instituição, influenciam na aplicação do ILP. Posto isto, a questão n.º 9 é colocada da seguinte forma: **De que forma os Sistemas de Informação que a GNR dispõe, como por exemplo o Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP), contribuem para a aplicação deste modelo?**

Tabela n.º 8 – Resultados da Questão n.º 9 da Entrevista

Questão n.º 9																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A9.1.					X				X		X				X	4	27%
A9.2.	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X		12	80%
A9.3.		X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X		X	12	80%

Fonte: Elaboração própria

A esta questão 80% das respostas obtidas pela amostra, mencionam a possibilidade do registo e armazenamento de dados efetuado pelos SI, contribuírem para a aplicação do modelo. A mesma percentagem, 80%, refere que os SI utilizados pela GNR, são uma fonte de análise criminal. Por último, 27% mencionam que a capacidade de controlo de recursos na utilização dos SI, se demonstra um apoio para a aplicação de um modelo orientado pelas informações.

6.1.9. Questão n.º 10

A questão n.º 10 é colocada da seguinte forma: **Julga que o núcleo de análise consegue extrair produtos das informações tratadas?**

Tabela n.º 9 – Resultados da Questão n.º 10 da Entrevista

Questão n.º 10																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A10.1.	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	14	93%
A10.2.																0	0%

Fonte: Elaboração própria

Embora a esta questão exista a abstenção de resposta por parte de um elemento da amostra, cerca de quatorze dos entrevistados, correspondente a uma percentagem de 93% da amostra referem que é possível pelos núcleos de análise a aquisição de produtos das informações tratadas.

6.1.10. Questão n.º 11

A questão n.º 11 é colocada da seguinte forma: **Porventura entende que as ações e a normal atividade dos militares da Guarda vão em linha de conta do modelo ILP?**

Tabela n.º 10 – Resultados da Questão n.º 11 da Entrevista

Questão n.º 11																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A11.1.	X			X	X				X				X			5	33%
A11.2.		X	X				X	X		X	X	X		X	X	9	60%
A11.3.						X										1	7%

Fonte: Elaboração própria

A esta questão mais de metade da amostra, cerca de 60% direciona a sua opinião em linha com a UR A11.2, onde a normal atividade dos militares “Está parcialmente direcionada para o modelo ILP.”. Opinião esta muito mencionada, tendo como fundamento a ideologia defendida na afirmação do E10, que quando questionada, deu a seguinte resposta: “Ainda não, encontra-se dependente da ação de comando de cada comandante”.

Ainda sobre esta questão os entrevistados E1, E4, E5, E9 e E13 (33%) afirmam que as ações e a normal atividade dos militares da Guarda vão em linha de conta com o modelo ILP, contrariamente a 7% da amostra que defende que tal não acontece ao afirmar que “As ações e a normal atividade dos militares não estão propriamente em linha de conta com aquilo que é o pensamento de análise e até mesmo de recolha de informação, encontra-se um pouco aquém.”.

6.1.11. Questão n.º 12

Embora o documento estratégico da instituição em implementação seja a estratégia 15/20 da GNR, através desta questão pretende-se perceber a existência de orientações futuras ao nível estratégico da implementação do modelo ILP. Posto isto, a questão n.º 12 é colocada da seguinte forma: **Considera que a estratégia 20/25 da GNR, se encaminha para a implementação do ILP?**

Tabela n.º 11 – Resultados da Questão n.º 12 da Entrevista

Questão n.º 12																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A12.1.		X	X	X	X		X	X	X	X	X		X			10	67%
A12.2.												X			X	2	13%
A12.3.	X					X								X		3	20%

Fonte: Elaboração própria

A esta questão as respostas foram maioritariamente afirmativas, ou seja, verifica-se que 67% dos entrevistados defendem que a estratégia 20/25 da GNR, se encaminha para a implementação do modelo. Por outro lado, 13% defende que a mesma não se encaminha para a implementação do modelo ILP. Por último 20%, não tecem ilações sobre a mesma devido à mesma ainda não ter sido aprovada.

6.1.12. Questão n.º 13

Nesta última questão, pretende-se identificar quais as necessidades existentes na GNR, para que seja possível em toda a estrutura da instituição a aplicação do *Intelligence-led Policing*. Assim questão n.º 13 foi colocada da seguinte forma: **Na sua opinião, quais serão os requisitos necessários à GNR para que o ILP seja aplicado em toda a organização?**

Tabela n.º 12 – Resultados da Questão n.º 13 da Entrevista

Questão n.º 13																	
UR	Entrevistados															UE	Resultado (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
A13.1.	X			X			X		X	X			X		X	7	47%
A13.2.	X	X			X			X		X	X		X	X	X	9	60%
A13.3.						X		X	X	X	X		X			6	40%
A13.4.								X								1	7%
A13.5.		X	X	X	X	X		X		X	X		X	X		10	67%
A13.6.		X							X			X	X	X		5	33%

Fonte: Elaboração própria

Cerca de 67% da amostra menciona a necessidade de investimento ao nível tecnológico. Importante referir que não só ao nível de SI e base de dados este investimento é necessário, alguns entrevistados (E3, E6 e E11) salientam a utilização de meios de vigilância, por exemplo, sistemas de CCTV, como fonte importante de recolha de informação relevante. Além destes os E3 e E6 mencionam outros meios, como câmaras de

reconhecimento facial e a existência de uma base de dados integrada em outras. Seguindo esta linha de pensamento o E3 afirma que “O ILP necessita de uma continua monitorização do cidadão com antecedentes criminais, que permita o acesso ao histórico criminal imediato.”.

Outra necessidade indicada por mais de metade da amostra, 60%, foi referente à formação, de acordo com o E10 “Citando o nosso General Newton Parreira, nós somos “um dador universal de informações”, efetivamente nós somos os “sensores” se assim conseguirmos criar uma cultura de informações, os principais “sensores” do país em termos de segurança.”. Importa também referir a ideologia defendida pelo E10, que afirma que a cultura de informações, deve ser potenciada “nos cursos de admissão nas várias categorias profissionais.”.

Cerca de 47%, refere como necessidade a existência de um comprometimento organizacional e de uma estrutura de informações.

Seis entrevistados, 40% da amostra afirma serem necessários recursos humanos especializados na área das informações na instituição, tópico este que é especificado pelo E6 e nos permite a perceção da sua importância ao referir a necessidade de “Vários especialistas de várias áreas, matemáticos que façam análise estatística, eventualmente psicólogos, analistas criminais que permitam analisar os dados dessa base de dados, informáticos no que diz respeito à inteligência artificial, (...).”.

Nomeadamente (E1, E7, E9, E10 e E15), 33% que referem a necessidade de um comprometimento organizacional. Ideologia presente apresentada de forma íntegra, nas respostas do E1, que refere a necessidade de “Um conhecimento ao nível dos Comandos do que é este tipo de policiamento, para o qual são necessárias orientações superiores em forma de norma ou diretiva.” e do E15 que afirma que “para passarmos de iniciativas sectoriais e não estruturadas para a aplicação transversal do referido modelo, o essencial é, conforme já referi, o comprometimento efetivo do Comando da Guarda, ao nível estratégico.”. Também 33% mencionam a necessidade de uma estrutura de informações, como é o caso do E9 que refere na sua resposta que “A estrutura de Comando deve estar preparada para uma liderança focalizado no ILP e desenvolver ações para que o ILP seja desenvolvido de igual forma em todas as unidades.”.

Por último o fator tempo, volta a ser, tal como verificado na questão n.º 5, o requisito menos mencionado pela amostra, com cerca de 7% da mesma nesta última questão, a referi-lo como requisito necessário à aplicação deste modelo na GNR.

6.2. Conclusão das Entrevistas

A análise de conteúdo é concluída segundo Sarmiento (2013), com a elaboração de uma conclusão final “evidenciando os resultados superiores a 50% e enfatizando os resultados maiores ou iguais a 80%” (Sarmiento, 2013, p.66).

Desta forma, no que concerne ao policiamento atualmente adotado, pode-se concluir que 87% dos entrevistados concordam com a aplicação de vários modelos de policiamento na Instituição. Contudo a defesa da aplicação de um policiamento baseado na reação, ao nível percentual, não difere da aplicação de um policiamento baseado na prevenção, pois em ambas, a percentagem é de 67%. Como referido anteriormente esta conclusão, vai em conta com a complementaridade existente entre os modelos. Quanto à adequabilidade do policiamento, seguindo a opinião de 60% da amostra, o mesmo se apresenta como sendo parcialmente adequado, uma vez que existe margem evolutiva.

Quanto às ferramentas de apoio a uma tomada de decisão, com 87% de incidência, foram considerados os meios tecnológicos e com 53% uma cultura de informações, como requisitos essenciais a uma tomada de decisão sustentada. Ainda no âmbito dos requisitos, mas agora referentes à aplicação do ILP numa organização, 80% da amostra fez menção ao investimento tecnológico e 60% referiu a necessidade de formação dos elementos da organização sobre a temática.

Quando questionados com existência de vantagens e desvantagens entre os modelos em análise, 67% concordaram que o ILP proporciona a gestão de meios e 53% que a implementação deste modelo é complexa. Relativamente aos núcleos de análise 93% mencionam que estes conseguem adquirir produtos e todos os entrevistados, 100%, que as SIIC conseguem determinar hotspots.

De acordo com 80% da amostra, o registo e armazenamento de dados, bem como, se apresentarem como fonte de análise, fazem com que os SI tenham influência na aplicação de um modelo orientado pelas informações.

No que concerne à atividade policial 60% defende que de uma forma parcial a mesma se encaminha para o modelo ILP e 67% mencionam que a estratégia 20/25 também se encaminha para o mesmo efeito.

Por último como recursos necessários à implementação do ILP em toda a Instituição, 67% refere a necessidade de investimento tecnológico e 60%, a necessidade de formação, uma cultura de informações presente em toda a organização, como requisito necessário à aplicação deste modelo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesta última fase da investigação, após a concretização da revisão de literatura e da investigação empírica, pretende-se responder às perguntas derivadas e consequentemente à pergunta de partida, tendo por base os conhecimentos adquiridos ao longo da realização do trabalho. Neste sentido, são confirmados os objetivos da investigação, elencadas limitações à mesma e tecidas recomendações e propostas para futuras investigações.

Posto isto, no que refere à **PD1: Qual é o modelo de policiamento atualmente implementado pela Guarda Nacional Republicana?** A sua resposta tem por base a análise realizada no Capítulo 4 e das respostas à pergunta n.º 1 da entrevista. Conforme 87% dos entrevistados concordaram, existe a aplicação de vários modelos de policiamento pela GNR. Contudo documentos aprovados a nível estratégico, assumem a implementação de um modelo de policiamento de proximidade e comunitário assente em operações temáticas, apoiadas em diversos Programas Especiais.

Desta forma, para responder concretamente à pergunta, pode-se referir que, dado ao elevado número de Programas Especiais que têm vindo a ser implementados, a Guarda Nacional Republicana apresenta um modelo de policiamento assente numa política de proximidade. Porém ocorrências inopinadas pedem uma abordagem reativa da força de segurança, o que consequentemente, faz com que o modelo Tradicional ainda seja empregue. Posto isto depreende-se que não existe a aplicação de um modelo único de policiamento.

A respeito da **PD2: Quais são os requisitos essenciais para implementação do modelo Intelligence-led Policing?** A resposta a esta pergunta é dada, tendo como base a análise realizada no Capítulo 3 e as respostas à pergunta n.º 5 da entrevista. De acordo com 80% das respostas dos entrevistados, o investimento tecnológico evidencia-se como requisito à implementação do ILP, bem como, a formação nesta temática, defendida por 60% da amostra. Através do enquadramento teórico é acrescida a necessidade da existência de uma estrutura de informações e a aquisição de produtos que influencie a tomada de decisão, como requisitos à implementação deste modelo. Sendo que neste capítulo é ainda mencionado a necessidade de um quadro legislativo claro e em conformidade com o direito da proteção de dados dos cidadãos, como requisito de sucesso à sua implementação.

Respondendo concretamente à pergunta, os requisitos essenciais são: uma implementação tecnológica que permita a partilha de informações entre várias instituições

e organizações; uma estrutura composta por analistas nos diferentes níveis da organização, responsável pela produção de informações; uma cultura de informações presente, que promova a produção de informações oportunas que influenciem a tomada de decisão.

No que concerne à **PD3: Quais são as vantagens e desvantagens do modelo *Intelligence-Led Policing* comparado com o método de policiamento Tradicional desenvolvido pela Guarda Nacional Republicana?** A análise dos últimos subcapítulos referentes aos Capítulos 2 e 3, bem como, as respostas às perguntas n.º 6 e n.º 7 das entrevistas, são a base de resposta a esta pergunta.

Assim de acordo com a análise conjunta efetuada sobre estas perguntas, com 67% de concordância pelos entrevistados, determina-se que o modelo ILP permite, quando comparado com o modelo Tradicional, uma melhor gestão de meios/recursos. Algo que é vantajoso na aplicação deste modelo de policiamento orientado pelas informações, sendo logicamente apresentado como uma, limitação existente na aplicação do policiamento Tradicional.

Ao nível de complexidade de implementação, esta demonstrou-se ser uma desvantagem para modelo ILP, comparativamente ao modelo Tradicional, sendo esta ideologia defendida por 53% da amostra. Esta complexidade de implementação é relatada no documento da OSCE, mencionado no Capítulo 3, que afirma que a produção de informações pode colidir com os direitos humanos. Adotando o anterior raciocínio lógico, a complexidade de implementação do ILP, demonstra-se como uma vantagem do policiamento de cariz reativo, onde tal complexidade não é expressa. Estas foram as características mais significativas, porém ao logo do enquadramento teórico, são reveladas mais características, que exprimem benefícios e limitações presentes aquando a aplicabilidade isolada destes modelos.

Desta forma, fazendo a comparação das mesmas, verifica-se tendo por base a revisão da bibliografia, a existência de um distanciamento e diminuição do sentimento de segurança na população é apresentada como desvantagem do policiamento Tradicional em relação ao ILP. O mesmo não se verifica na aplicação do policiamento orientado pelas informações, uma vez que este modelo se encontra minimamente ligado com o modelo de proximidade, pois sem esta, torna-se difícil a aquisição de informação e consecutivamente a prevenção criminal. Assim o ILP apresenta, quando comparado com o outro modelo em análise, vantagem relativamente à gestão do sentimento de segurança na população.

Por fim é nos indicado em relação aos dois modelos, que o modelo ILP é aquele que melhor permite ao comandante, tomar uma decisão devidamente informada e consequentemente direcionar melhor o policiamento.

Assim, respondendo a esta pergunta de forma sucinta, conclui-se que o policiamento baseado na reação como é o policiamento Tradicional, tem dificuldade de economizar recursos, uma desvantagem quando comparado com o ILP. Contudo exige menos gastos monetários com a tecnologia e apresenta-se como um modelo de fácil implementação. Em contrapartida, a utilização de um policiamento orientado por informações permite uma tomada de decisão sustentada e desta forma a gestão de recursos e prevenção de crimes. Porém exige maior gastos em tecnologia comparativamente ao policiamento Tradicional, bem como, apresenta ser ao nível de implementação mais complexo que o outro modelo.

Relativamente à **PD4: Quais são os requisitos necessários para a implementação do Intelligence-Led Policing na Guarda Nacional Republicana?** A resposta irá ter como base as respostas dadas pelos entrevistados à questão n.º 13. Em concordância com 67% dos entrevistados conclui-se a necessidade de investimento tecnológico na Instituição. Ao longo das entrevistas foi referido a necessidade da interoperabilidade do SIIOP, a existência de um software na retaguarda que realize a interligação de todos os SIIOP's, que estabeleça as correlações dos dados inseridos, permitindo a aquisição de produtos. Referida por 60% dos entrevistados, existe a necessidade na GNR de formação específica no âmbito das informações. A distinção entre o que podem ser dados relevantes ou dados não relevantes, por parte do militar, antes da introdução dos mesmos nos SI aplicados pela GNR, torna-se relevante na aplicação deste modelo, pois não basta que haja informações, estas têm de ser oportunas. E neste sentido, é defendida a formação nesta área, como necessária para a prática de uma cultura de informações.

Após dar resposta às PD's, importa dar resposta à PP da investigação: **“Será o modelo de policiamento *Intelligence-Led Policing* aplicável na Guarda Nacional Republicana?”** Ao longo do estudo foram apresentadas, bem como, mencionadas em entrevistas, a utilização de algumas metodologias deste modelo dentro da Instituição. Verifica-se que em casos pontuais a ideologia do ILP é utilizada, porém ainda numa fase embrionária.

Observa-se a necessidade de determinados requisitos para que este seja implementado em plenitude na GNR. Comparando com o que é realizado no Reino Unido,

onde existe um elevado número de sistemas CCTV, uma base de dados que permite aceder aos perfis de todos os indivíduos que tenham cometido crime e através do reconhecimento facial, a emissão de um alerta para possíveis ocorrências, na Guarda Nacional Republicana não se aplica. Porém tem havido um esforço na utilização de metodologias ILP, como complementaridade ao Policiamento de Proximidade.

Constata-se a realização de análise ao nível da estatística criminal, bem como a análise desses locais e a georreferenciação dos mesmos utilizando as potencialidades dos SI, contudo o tratamento necessário para a aquisição destes produtos, ainda não é efetuado automaticamente através da inteligência artificial. Assim respondendo à PP, o policiamento na Guarda já é orientado pelas informações, não o é efetuado através de orientações e diretivas superiores que façam com que o mesmo seja aplicado da mesma maneira a todo o espectro da Guarda. Ainda não se apresenta como um processo automático, nem sustentado, devendo a sua implementação ser alvo de reflexão ao nível estratégico, tendo em consideração os requisitos necessários à mesma.

As respostas a todas as PD's e, consequentemente, à PP, permitem o cumprimento do objetivo geral e específicos desta investigação, obtido através de uma sequência lógica sustentada em métodos e técnicas, que contribuíram, para o conhecimento aprofundado dos dois modelos de policiamento em análise.

Uma das grandes limitações e dificuldades a assinalar é sem dúvida o “tempo”. O “tempo”, referente à atualidade vivenciada a nível mundial, o “tempo”, passado obrigatoriamente em casa. Neste âmbito, todo este fator, limitou algumas deslocações planeadas, o acesso a documentos e pesquisa bibliográfica, tendo como consequência direta, o “tempo” despendido na realização do enquadramento teórico, que foi acrescido. Porém utilizando o mesmo pensamento lógico, dado durante a resposta à PD3, embora se tenha demonstrado uma limitação, este fator “tempo”, quando comparado, ao “tempo” passado em família, demonstrou-se ser vantajoso.

As recomendações elaboradas são orientadas para o desenvolvimento de futuras investigações, neste contexto seria interessante determinar o conhecimento sobre o modelo ILP, ao nível de todos os Comandos Territoriais da Guarda Nacional Republicana. Seria ainda interessante o estudo ao nível nacional, de locais estratégicos, onde a instalação de sistemas de CCTV, poderiam promover a segurança da população.

BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos científicos e outros documentos impressos

- Alexandre, S. (2015). SIG-Modelos de análise preventiva e preditiva de fenómenos criminais (Crime Mapping e Geoprofiling). *Revista da Guarda Nacional Republicana: Pela Lei e Pela Grei*. 108, 34 - 37.
- Almeida, P. (2009). *Modelo Preditivo da Criminalidade: Georreferenciação ao concelho de Lisboa*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Estatística e Gestão de Informação. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Alves, A. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Andrade, M. M. (2010). *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico* (10ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Burrell, D. C. & Sumner, N. (2017). Decision Support Systems in Policing. *European Police Science and Research Bulletin*. (4), 97-106.
- Camacho, J. (2015). *A Mobilidade da Informação na Polícia de Segurança Pública: Uma Estratégia para a Gestão Operacional*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Estratégia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Canas, V. (2007). A Actividade de Polícia e a Proibição do Excesso: as Forças e Serviços de Segurança em particular. In Gouveia, J. B. & Pereira, R., *Estudos de Direito e Segurança* (pp. 445-481). Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Canhoto, C. (2010). *Políticas Públicas de Segurança- novo paradigma Inácio*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciência Política, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Castro, C. (2003). *A questão das Polícias Municipais*. Coimbra: Coimbra Editora

- Clemente, P. (2006). *A Polícia em Portugal*. Coleção Cadernos INA, n.º 26, Instituto Nacional de Administração: Oeiras
- Costa, D. (2011). *Policing Diversity: A actuação policial proactiva perante a diversidade de grupos minoritários. Estudo exploratório na área da 34ª Esquadra- Olivais*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Polícias, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- David, M. (2014). *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade: Funcionalidades, Problemas e Potencialidades*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Delpeuch, T. & Ross, J. (2016). Findings of the codisp project – concept and tools for the developmen of Intelligence-led Policing. *European Police Science and Research Bulletin*. (14), 18-25.
- Fernandes, L. F. (2006). A prevenção da Criminalidade. In Valente, M., *II Colóquio de Segurança Interna*: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (pp. 69-118). Coimbra: Edições Almedina.
- Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa, Edição: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernandes, T. (2015). *Policiamento de Proximidade em comunidades socialmente fragmentadas*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Ferreira, N. (2011). *Predictive Policing: Uma técnica complementar ao serviço do PIPP, Estudo Exploratório*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Góis, J. (2011). *Modelos de organização policial: O sistema português- realidades e perspectivas*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- Gomes, P., Dias, M., Leitão, J., Mendes, M. & Oliveira, J. (2001). Modelos de Policiamento. *Separata da Revista Polícia Portuguesa*. Volume 128, 1 - 27.
- Guinote, H. (2013). Evolução dos Modelos de Policiamento: da Roma Clássica até à Atualidade. In Almeida, P. (Eds.), *Como tornar Portugal um País Seguro: Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade* (pp. 119-148). Lousã: Bnomics.
- Jorge, P. (2014). *O Policiamento Repressivo e o Policiamento de Proximidade: As Políticas Públicas de Segurança e Modelos de Policiamento*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Marques, J. (2017). *A utilização das tecnologias móveis no emprego operacional: GNR MOBILE*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- Martins, D. (2013). *A Aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações na GNR*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- Michael, T. & Norval, M. (2003). *Policiamento Moderno* (Ghirotti, J., Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Miguel, D. (2010). *A Actividade Policial na Prevenção e Repressão dos Crimes de Furto e Roubo em Residências, no Município de Cazengo – Província do Kwanza Norte-Angola*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Moleirinho, P. M. (2014). O Policiamento Orientado Pelas Informações: Resposta Emergente a Dinâmicas Candentes. *Proelium*. VII (7), 7-27.
- Moleirinho, P. M. (2015). Partilha de *Intelligence* – limites e interferências. *Revista de Direito e Segurança*. (5), 247-271.
- Nunes, J. (2015). A interoperabilidade dos Sistemas de Informação como fator de sucesso. *Revista da Guarda Nacional Republicana: Pela Lei e Pela Grei*. 108, 24 – 28.

- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Organization for Security and Co-operation in Europe [OSCE] (2017). *Guidebook Intelligence-Led Policing*. (13), Vienna: TNTD/SPMU Publication Series.
- Pereira, E. (2015). *Introdução às Ciências Policiais: A Polícia entre Ciência e Política*. São Paulo: Almedina Brasil.
- Pissarra, A. (2018). *A Política de Prevenção Criminal na Polícia de Segurança Pública: O caso do Comando Metropolitano de Lisboa*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Poiares, N. (2014). *Políticas e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal*. Trabalho de investigação aplicada, Doutoramento em Sociologia Política, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Ratcliffe, J. (2005). *The Effectiveness of Police Intelligence Management: A New Zealand Case Study*. Vol 6, pp. 435-451.
- Ratcliffe, J. (2008). *Defining Intelligence-led Policing*. New York: Routledge.
- Ratcliffe, J. (2009). *Strategic Thinking in Criminal Intelligence* (2nd ed.). Editor Jerry Ratcliffe, PhD.
- Ratcliffe, J. (2016). *Intelligence-Led Policing* (2nd ed.). London/New York: Routledge.
- Rodrigues, M. (2014). A Importância de uma Base Integrada de Dados ao Serviço da Investigação Criminal. *Proelium*. VII (7), 103-132.
- Rosado, D. P. (2015). *Sociologia da Gestão e das Organizações*. Lisboa: gradiva Publicações, S.A.
- Rosado, D. P. (2017). *Elementos Essenciais de Sociologia Geral*. Lisboa: gradiva Publicações, S.A.

- Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita, e Apresentação de Teses* (1ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, A. (2015). *Segurança Pública Direito Individual e Coletivo e Direito Social*. São Paulo: Editora Baraúna.
- Skolnick, J. & Bayley, D. (2006). *Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo* (Pinheiro, A., Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Sousa, A. F. (2016). *Manual de Direito Policial: Direito da ordem e segurança públicas*. Porto: Vida Económica - Editorial, SA.
- Tzu, S. (2006). *A arte da guerra* (Cassal, S., Trad.). Porto Alegre: L&PM Editores.
- Trojanowicz, R., Kappeler, V., Gaines, L. & Bucqueroux, B. (1998). *Community Policing: A Contemporary Perspective* (2nd ed.). Editora Anderson Publishing.
- Valente, M. (2005). *I Colóquio de Segurança Interna: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Vilhena, M. (2019). *Modelo de risco de terreno: Uma estratégia preditiva para a implementação de sistemas de videovigilância*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Policiais. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Webgrafia

- Audit Commission (1993). Helping with Enquiries: Tackling Crime Effectively. In *National Archives*. Acedido a 25 de março de 2020 em <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20150423181142/http://archive.audit-commission.gov.uk/auditcommission/subwebs/publications/studies/studyPDF/1079.pdf>
- Batista, E., Matos, L. & Nascimento, A. (2017). A Entrevista como Técnica de Investigação na Pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*. 11 (3), 23-38 Acedido a 18 de Abril de 2020 em

<https://www.researchgate.net/publication/331008193> A ENTREVISTA COMO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO NA PESQUISA QUALITATIVA

- Carter, D. (2009). Law Enforcement Intelligence: A Guide for State, Local, and Tribal Law Enforcement Agencies (2nd ed.). In *Community Oriented Policing Services*. Acedido a 10 de março de 2020 em <https://cops.usdoj.gov/RIC/Publications/cops-p064-pub.pdf>
- Correia, T. (2018). Opinião (Rogério Copeto/Oficial GNR): O Policiamento Preditivo. In *Lidador Notícias*. Acedido a 26 março de 2020 em <http://www.lidadornoticias.pt/opiniao-rogerio-copeto-oficial-gnr-o-policiamento-preditivo/>
- Durão, S. (2011). Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*. 15 (1), 129-152. doi: <https://doi.org/10.4000/etnografica.850>.
- Fuentes, J. (2006). Practical Guide to Intelligence-Led Policing. In *New Jersey State Police*. Acedido a 25 de março de 2020 em https://www.njsp.org/divorg/invest/pdf/njsp_ilpguide_010907.pdf
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia [FCT] (2020). Modeling and prediction of road traffic accidents in the district of Setúbal. In *Research in Data Science and Artificial Intelligence applied to Public Administration*. Acedido a 21 de abril de 2020 em https://www.fct.pt/media/docs/Brochura_ResearchinDataScienceandAIappliedtoPA.pdf
- Furlanetti, A. & Nogueira, A. (2013). Metodologia do Trabalho Científico. In *Academia.edu*. Acedido a 13 de abril de 2020 em [https://www.academia.edu/36794265/Metodologia do Trabalho Científico](https://www.academia.edu/36794265/Metodologia_do_Trabalho_Científico)
- Graça, P. (2009). Estudos de Intelligence. In *Academia.edu*. Acedido a 26 de março de 2020 em [https://www.academia.edu/11866203/ESTUDOS DE INTELLIGENCE](https://www.academia.edu/11866203/ESTUDOS_DE_INTELLIGENCE)
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2019). Plano Anual de Atividades 2019. In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 30 de março de 2020 em https://www.gnr.pt/InstrumentosGestao/2019/PA_GNR_2019.pdf

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2020). Estratégia da Guarda 2020. In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 13 de março de 2020 em <https://www.gnr.pt/estrategia.aspx>

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2020). História da Guarda Nacional Republicana. In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 13 de março de 2020 em <https://www.gnr.pt/historiagnr.aspx>

Guarda Nacional Republicana [GNR]. O Policiamento Comunitário e os Programas Especiais na GNR. In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 21 de março de 2020 em https://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx

International Criminal Police Organization [INTERPOL] (2012). Intelligence-Led Enforcement: A technique for Investigating Environmental Crime. In *Environmental Crime Programme*. Acedido a 21 de abril de 2020 em <https://www.dotcomproject.eu/wp-content/uploads/2017/01/Intelligence-Led-Enforcement.pdf>

Mora, B. & Castela, G. (2010). Um contributo da metodologia Chaid para a detecção de perfis criminais: Desenvolvimentos no planeamento estratégico e na orientação táctica dos meios policiais na região do Algarve. In *CIEO-Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics*. Acedido a 12 de abril de 2020 em <http://www.cieo.pt/discussionpapers/3/article3.pdf>

Organization for Security and Co-operation in Europe [OSCE] (2016). Information - and Intelligence-Led Policing: A decision-making framework, From reactive to proactive. In *OSCE POLIS*. Acedido a 30 de março de 2020 em <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/OSCE-EU-EVT-5113-EN-4658.pdf>

Peterson, M. (2005). Intelligence-Led Policing: The New Intelligence Architecture. In *U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Bureau of Justice Assistance*. Acedido a 25 de março de 2020 em https://www.academia.edu/38094296/Intelligence-Led_Policing_The_New_Intelligence_Architecture

Ratcliffe, J. (2003). Intelligence-led Policing. *Trends & Issues in crime and criminal justice*, (248), 1-6. Acedido a 29 de março de 2020 em <https://www.aic.gov.au/publications/tandi/tandi248>

Silva, L. (2016). Segurança Privada - terá a sua actividade influência no sentimento de segurança da sociedade portuguesa?. *CEDIS Working Papers*, (41). Acedido a 11 de março de 2020 em http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-working-paper_DSD_Segurança-Privada.-Terá-a-sua-atividade-influência-no-sentimento-de-segurança-da-sociedade-portuguesa.pdf

Legislação e documentos institucionais

Assembleia Constituinte. (1976). Sessão plenária de 2 de abril: Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 1ª série, nº 86/1976.

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007 de 06 de novembro: Lei Orgânica da GNR. *Diário da República*, 1ª série, n.º 213/2007.

Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto: Lei de Organização da Investigação Criminal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 165/2008.

Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto: Lei de Segurança Interna. *Diário da República*, 1ª série, n.º 167/2008.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (1999). *Diretiva n.º 08/99 – Semana de Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2009). *Despacho n.º 63/09-OG*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2011). *NEP 2.20 – Implementação do Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais – SIIOP*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014). *Despacho n.º 18/14-OG*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2017). *NEP 3.58 - Prevenção Criminal e o Policiamento Comunitário*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2018). *Procº N.º:000.05.05 - Projeto Centro de Informações da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2019). *NEP 3.02.03 - Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro Síntese do Ciclo de Produção de Informações

Quadro nº 3 – Fases do ciclo de Produção de Informações

Fases/Etapas	Designação	Tarefas inerentes
Planeamento e Direção	Ocorre a identificação dos problemas ou assuntos que os consumidores determinam ser merecedores das atividades da inteligência.	<ul style="list-style-type: none"> Hierarquização em termos de prioridades das necessidades de inteligência; Determinação das informações conhecidas e desconhecidas; Macro gestão das restantes etapas do ciclo e determinação do modo como as mesmas irão contribuir na obtenção de inteligência; Definição do plano de pesquisa. Posteriormente difundido na forma de ordem e pedidos de pesquisa.
Pesquisa	Realização de uma exploração sistemática das origens de dados e informações pelos órgãos de pesquisa com o objetivo de obter resposta às necessidades de informação de elevada e baixa prioridade.	<ul style="list-style-type: none"> Classificação das fontes de informação (abertas ou classificadas (oficiais, não oficiais (voluntárias ou pagas)); Exploração das fontes de informação através da utilização de meios humanos ou tecnológicos.
Processamento	Efetua-se a conversão de dados e informações num formato que possibilite o emprego pelos analistas.	<ul style="list-style-type: none"> Realização de traduções, interpretações de fotos, descriptação, etc.; Dados e informações são organizados em categorias lógicas, é também realizada a avaliação crítica dos mesmos; Avaliação de lacunas existentes; Avaliação da confiança das fontes e veracidade das informações.
Análise e Produção	Aqui é feito um estudo aprofundado das características e significado dos dados e informações, de forma a produzir inteligência.	<ul style="list-style-type: none"> Identificação de possíveis necessidades de pesquisa de dados e informações que não tenham sido verificadas inicialmente; Analista determina a relevância das informações que dispõe; Estimativas, hipóteses, possíveis prognósticos ou conclusões sobre o objeto da análise, são realizadas pelo analista.
Difusão	Distribuição da inteligência aos consumidores.	<ul style="list-style-type: none"> Verificação de pressupostos como a importância e o que deve ser difundido, quem deve ter acesso a esta informação, ou seja, determinação do grau de classificação de segurança, qual o formato a utilizar, o meio de difusão e a regularidade com que deve ser difundido.

Fonte: Adaptado de (Fernandes, 2014).

APÊNDICE B – Carta de Apresentação

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Academia Militar é um Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar que tem por missão formar oficiais destinados aos Quadros Permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Para a obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, encontro-me a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema “Do modelo de Policiamento Tradicional ao Modelo *Intelligence-led Policing*: Estudo Comparativo”.

Com esta investigação pretende-se estudar se o modelo de policiamento *Intelligence-led Policing* é aplicável na Guarda Nacional Republicana, através da perceção dos entrevistados e da análise dos meios existentes na instituição.

Face ao referido, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista, dado que o seu contributo é fundamental para que se cumpram os objetivos propostos nesta investigação.

Caso se encontre disponível para colaborar e tratando-se as entrevistas de um instrumento de suporte essencial à investigação, agradeço desde já que as respostas sejam o mais sucintas possível. A fim de facilitar o registo das mesmas, solicito a autorização de vossa excelência para proceder à gravação da entrevista.

Cumpre-me finalmente informar que se pretender a análise prévia das respostas de modo a salvaguardar os interesses de V. Ex.^a as mesmas ser-lhe-ão facultadas. Da mesma forma o trabalho final poderá ser-lhe facultado na íntegra assim que aprovado.

Grata pela sua atenção e disponibilidade.

Atenciosamente,

Ana Rosa Pires Pereira
Aspirante de Infantaria da GNR

Figura n.º 3 – Carta de Apresentação da autora

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE C – Guião de Entrevistas

GUIÃO DE ENTREVISTA

Nome:

Posto:

Função:

1. Como caracteriza o atual modelo de policiamento adotado pela GNR?
2. Considera que o modelo de policiamento adotado atualmente pela GNR é aquele que mais se adequa à realidade portuguesa?
3. O Policiamento Orientado pelas Informações (POI), também denominado Intelligence-led Policing (ILP), é aplicado na GNR?
4. Na sua opinião quais as ferramentas imprescindíveis a um Comandante, para a realização de uma tomada de decisão devidamente informada que permita prevenir, reduzir ou erradicar um crime?
5. Na sua perspectiva o que é necessário numa organização, para aplicação do ILP?
6. Na sua perspectiva, quais são as vantagens da implementação de um modelo de policiamento Tradicional de cariz reativo, comparativamente a um preventivo como é o ILP e vice-versa?
7. Quais são, para si, as limitações da implementação do modelo de policiamento tradicional, comparativamente ao ILP e vice-versa?
8. Entende que a Secção de Informações e Investigação Criminal conseguem determinar focos de criminalidade (hotspots) na zona de ação do respetivo Comando Territorial?
9. De que forma os Sistemas de Informação que a GNR dispõe, como por exemplo o Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP), contribuem para a aplicação deste modelo?
10. Julga que o núcleo de análise consegue extrair produtos das informações tratadas?
11. Porventura entende que as ações e a normal atividade dos militares da Guarda vão em linha de conta do modelo ILP?
12. Considera que a estratégia 20/25 da GNR, se encaminha para a implementação do POI?
13. Na sua opinião, quais serão os requisitos necessários à GNR para que o ILP seja aplicado em toda a organização?

Figura n.º 4 - Guião das Entrevistas

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE D – Quadro Resumo das Perguntas de Investigação e das Entrevistas

Quadro nº 4 – Perguntas de Investigação e das Entrevistas

PERGUNTA DE PARTIDA	PERGUNTAS DERIVADAS	PERGUNTAS DA ENTREVISTA
Será o modelo de policiamento Intelligence-led Policing aplicável na Guarda Nacional Republicana?	Qual é o modelo de policiamento implementado pela Guarda Nacional Republicana?	<p>1.Como caracteriza o atual modelo de policiamento adotado pela GNR?</p> <p>2.Considera que o modelo de policiamento adotado atualmente pela GNR é aquele que mais se adequa à realidade portuguesa?</p> <p>3.O Policiamento Orientado pelas Informações (POI), também denominado <i>Intelligence-led Policing</i> (ILP), é aplicado na GNR?</p>
	Quais são os requisitos essenciais para implementação do modelo Intelligence-led Policing?	<p>4.Na sua opinião quais as ferramentas imprescindíveis a um Comandante, para a realização de uma tomada de decisão devidamente informada que permita prevenir, reduzir ou erradicar um crime?</p> <p>5.Na sua perspectiva o que é necessário numa organização, para aplicação do ILP?</p>
	Quais são as vantagens e desvantagens do modelo Intelligence-led Policing comparado com o método de policiamento Tradicional desenvolvido pela Guarda Nacional Republicana?	<p>6.Na sua perspectiva, quais são as vantagens da implementação de um modelo de policiamento Tradicional de cariz reativo, comparativamente a um preventivo como é o ILP e vice-versa?</p> <p>7.Quais são, para si, as limitações da implementação do modelo de policiamento tradicional, comparativamente ao ILP e vice-versa?</p>
	Quais são os requisitos necessários para a implementação do Intelligence-led Policing na Guarda Nacional Republicana?	<p>8.Entende que a Secção de Informações e Investigação Criminal conseguem determinar focos de criminalidade (hotspots) na zona de ação do respetivo Comando Territorial?</p> <p>9.De que forma os Sistemas de Informação que a GNR dispões, como por exemplo o Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIOP), contribuem para a aplicação deste modelo?</p> <p>10.Julga que o núcleo de análise consegue extrair produtos das informações tratadas?</p> <p>11.Porventura entende que as ações e a normal atividade dos militares da Guarda vão em linha de conta do modelo ILP?</p> <p>12.Considera que a estratégia 20/25 da GNR, se encaminha para a implementação do POI?</p> <p>13.Na sua opinião, quais serão os requisitos necessários à GNR para que o ILP seja aplicado em toda a organização?</p>

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE E – CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA DAS ENTREVISTAS

Quadro nº 5 – Codificação Alfanumérica das Entrevistas

Pergunta n.º	Categorias	Subcategorias	UR
1	Caraterização do policiamento	Aplica vários modelos de policiamento	A1.1.
		Aplica apenas um modelo de policiamento	A1.2.
		Policiamento baseado na reação	A1.3.
		Policiamento baseado na prevenção	A1.4.
2	Adequabilidade do policiamento	Adequado	A2.1.
		Parcialmente adequado	A2.2.
		Inadequado	A2.3.
3	Aplicação do ILP na Instituição	Não se aplica na instituição	A3.1.
		E parcialmente aplicado na instituição	A3.2.
		E aplicado em toda a instituição	A3.3.
4	Apoio à tomada de decisão	Meios tecnológicos	A4.1.
		Recursos humanos especializados	A4.2.
		Conhecimento do ambiente criminal	A4.3.
		Cultura de informações	A4.4.
5	Requisitos à aplicação do ILP	Comprometimento organizacional	A5.1.
		Formação	A5.2.
		Recursos humanos especializados	A5.3.
		Tempo para implementação do modelo	A5.4.
		Investimento tecnológico	A5.5.
		Estrutura de Informações	A5.6.
6 e 7	Comparação entre os modelos em análise	O ILP proporciona a gestão de meios.	A6e7.1.
		O modelo Tradicional proporciona a gestão de meios.	A6e7.2.
		Complementaridade entre ambos	A6e7.3.
		Considera não haver vantagens na aplicação do modelo ILP.	A6e7.4.
		Considera não haver vantagens na aplicação do modelo Tradicional.	A6e7.5.
		Considera não haver limitações na aplicação do modelo ILP.	A6e7.6.
		Considera não haver limitações na aplicação do modelo Tradicional.	A6e7.7.
		O ILP proporciona a previsão de acontecimentos	A6e7.8.
		O modelo Tradicional proporciona a previsão de acontecimentos.	A6e7.9.
		O ILP proporciona rapidez na atuação policial.	A6e7.10.
		O modelo Tradicional proporciona a rapidez na atuação policial.	A6e7.11.
		O ILP proporciona a sustentabilidade na tomada de decisão.	A6e7.12.
		O modelo Tradicional proporciona a sustentabilidade na tomada de decisão.	A6e7.13.
		A implementação é complexa no ILP.	A6e7.14.
		A implementação é complexa no modelo Tradicional.	A6e7.15.
		A aplicação do ILP exige grande investimento financeiro.	A6e7.16.
		A aplicação do modelo Tradicional exige grande investimento financeiro.	A6e7.17.
		O ILP proporciona o sentimento de segurança na população	A6e7.18.
		O modelo Tradicional proporciona o sentimento de segurança na população.	A6e7.19.
8	Influência das SIIC na prevenção criminal	Conseguem determinar focos criminais.	A8.1.
		Não conseguem determinar focos criminais.	A8.2.
9	Contribuição dos SI na GNR para a aplicação do ILP	Controlo de recursos	A9.1.
		Registo e armazenamento de dados	A9.2.
10	Aquisição de produtos	Fonte de análise criminal	A9.3.
		Conseguem adquirir produtos	A10.1.
11	Atividade policial	Não conseguem adquirir produtos	A10.2.
		Está direcionada para o modelo ILP	A11.1.
		Está parcialmente direcionada para o modelo ILP	A11.2.
		Não está direcionada para o modelo ILP	A11.3.
12	Orientações futuras	Responde de forma positiva	A12.1.
		Responde de forma negativa.	A12.2.
		Não tece ilações	A12.3.
13	Recursos necessários à implementação sustentada do ILP na GNR.	Comprometimento organizacional	A13.1.
		Formação	A13.2.
		Recursos Humanos especializados	A13.3.
		Tempo para implementação do modelo	A13.4.
		Investimento Tecnológico	A13.5.
		Estrutura de Informações	A13.6.

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE F – ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS ENTREVISTAS

Quadro nº 6 – Análise das Respostas às Entrevistas

Pergunta n.º 1 - Como caracteriza o atual modelo de policiamento adotado pela GNR?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	“Não existe na GNR um único modelo de policiamento, podendo-se identificar vários modelos, que se complementam uns aos outros e que são implementados pelas diversas valências da GNR. Verificando-se por exemplo que na valência trânsito ou fiscal, o modelo usado é o modelo reativo/repressivo e na valência da prevenção criminal (SPC) são usados os <u>modelos de policiamento de proximidade e comunitário, podendo também ser usado o ILP</u> ”	A1.1. A1.3. A1.4.
E2	“O nosso policiamento é transversal, apresentando diversas vertentes que vão desde o reativo, ao preventivo, <u>de proximidade, comunitário, repressivo e proativo</u>). Eventualmente ainda não é totalmente orientado pelas Informações, no sentido que não existe ainda um trabalho completamente estruturado, definido, consolidado e sistemático em que tudo aquilo que nós fazemos tendo por base um trabalho de Informações. Existem situações em que já o procuramos fazer e diariamente, ainda que por vezes de forma empírica, sempre que planeamos uma determinada operação temos em conta um conjunto de fatores prévios ao nível de Informações.”	A1.1. A1.3. A1.4.
E3	“O policiamento nesta altura que a Guarda faz é um policiamento com várias vertentes, tem os chamados <u>programas especiais, virados para a sensibilização e prevenção e tem as patrulhas às ocorrências que são as patrulhas dirigidas à reação.</u> ” “(...) O policiamento que Guarda tem é um policiamento eficaz mediante os meios que nesta altura estão implementados.”	A1.1. A1.3. A1.4.
E4	Atualmente, pese embora já existam muitos contextos operacionais que <u>baseiam a sua conduta operativa em modelos preditivos</u> , a Guarda assenta <u>a maior parte</u> da sua ação no modelo reativo, <u>que leva a que sejam promovidas respostas às diferentes ocorrências que se verificam na ZA da GNR.</u>	A1.1. A1.3.
E5	“O paradigma que exprime a forma como se deve processar o policiamento tendo por base o centro de gravidade a sociedade, tem vindo a <u>ser assente numa política de policiamento de proximidade.</u> ” “(...) O policiamento de proximidade, entre as Forças de segurança e o cidadão, representa a aproximação entre as partes, com o objetivo do cidadão se sentir mais integrado e permitindo maior transparência nas medidas levadas a cabo pelas forças.”	A1.4.
E6	“Está <u>muito baseado no modelo de policiamento tradicional ou clássico</u> , com atribuição de giros, quando são atribuídos, sem qualquer tipo de modelo preditivo de prevenção ou combate à criminalidade.” “(...) <u>Temos o modelo de policiamento de proximidade não tanto o modelo de policiamento comunitário.</u> ”	A1.1. A1.3.
E7	Há de facto um esforço da organização <u>em conseguir prever</u> , conseguir estudar de forma retrospectiva o passado e presente baseado em evidências e assim conseguir antecipar ações.”	A1.4.
E8	“Penso que <u>não podemos afirmar que a Guarda aplica em exclusivo um modelo concreto de policiamento</u> . Se no caso do atendimento a Guarda adota uma postura de proximidade, já <u>nas ocorrências a postura é obrigatoriamente mais reativa. No patrulhamento de prevenção/fiscalização</u> a Guarda conjuga as duas abordagens, pretendendo prevenir através da visibilidade e presença (proximidade), mas reagindo sempre que necessário.”	A1.1. A1.3. A1.4.
E9	“Na minha opinião a Guarda Nacional Republicana, <u>não tem apenas um modelo de policiamento</u> . Existem pelo menos os seguintes modelos de policiamento: policiamento tradicional, policiamento comunitário, policiamento de proximidade, policiamento orientado pelas informações, policiamento orientado para a resolução de problemas, entre outros.”	A1.1. A1.3. A1.4.
E10	“ <u>São vários os modelos</u> e os mesmos são utilizados dependendo das unidades e do contexto. O comandante deve ter o conhecimento sobre todos os modelos de policiamento e ir aplicando aquele que mais se adequa na sua zona de ação. Ele pode também utilizar na sua ZA vários modelos em simultâneo. <u>Devido à tradição e à forma como é encarada a atividade policial, o modelo de policiamento tradicional é o mais utilizado.</u> ”	A1.1. A1.3.
E11	“A meu ver a GNR utiliza <u>um modelo misto de policiamento, nomeadamente de proximidade e comunitário</u> . De salientar que este policiamento misto se suporta também no policiamento orientado pelas informações, dado existir alterações de giros de patrulha, tendo em atenção as informações existentes, bem como priorizar determinada tipologia criminal em detrimento de outras.”	A1.1. A1.4.
E12	“ <u>Não podemos dizer que existe um modelo definido</u> , tudo depende da decisão dos comandantes e da forma como empregam os meios perante as exigências operacionais, em particular os comandantes de subunidade. Os modelos existem e a GNR tem os meios, podem ser melhores, mas existem!”	A1.1.
E13	“O modelo policial desenvolvido pela GNR é o Policiamento de Proximidade. Trata-se de um modelo que possui como objetivo o aumento de sentimento de segurança por parte da população portuguesa, <u>providenciando uma visibilidade às forças de segurança, fornecendo uma nova capacidade de inserção dessas forças na vida das comunidades.</u> ”	A1.4.
E14	“ <u>Genericamente</u> um policiamento orientado para o problema, <u>muita pouca prevenção, essencialmente reativo</u> . O que não quer dizer que não exista pontualmente ou localmente um conjunto de ações ou medidas que saiam um pouco deste conceito.”	A1.1. A1.3.

E15	“A GNR assume um modelo de policiamento de proximidade, mas também comunitário, assente, em especial, no desenvolvimento e implementação de programas direcionados a grupos específicos da sociedade que, pela sua natureza, estejam mais permeáveis à prática de ilícitos, potenciando a aproximação entre os cidadãos e a instituição.”	A1.1. A1.4.
Pergunta n.º 2 - Considera que o modelo de policiamento adotado atualmente pela GNR é aquele que mais se adequa à realidade portuguesa?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	“A Guarda Nacional Republicana <u>utiliza o modelo de policiamento adequado</u> aquilo que é as suas variadas valências para cumprir à sua missão. Tal como respondido na pergunta anterior.”	A2.1.
E2	“ <u>Eu penso que o policiamento tem sido o adequado, sem prejuízo de podermos sempre analisar outras metodologias, tendo por base aquilo que é a evolução da sociedade, da tecnologia, da criminalidade, dos recursos ao nosso dispor</u> , se não, de outra forma, não conseguiríamos também identificar porque motivo nós temos tido, ano após ano, uma redução genérica na criminalidade.”	A2.2.
E3	“ <u>Nesta altura sim.</u> ” “(...) Contudo há um grande trabalho a fazer porque as novas tecnologias podem facilitar toda esta gestão dos meios existentes permitindo aumentar a sua eficácia e eficiência”.	A2.2.
E4	“Adotando como referencial os índices de criminais verificados em Portugal, refletor direto da atuação das forças e serviços de segurança, <u>considero que o modelo de policiamento em uso é o mais adequado para a realidade português, pese embora, a necessária readaptação evolutiva aos novos comportamentos sociológicos.</u> ”	A2.2.
E5	“Fruto do permanente desenvolvimento tecnológico, a Guarda encontra-se a mudar o paradigma do seu empenhamento no patrulhamento. <u>No entanto, a mudança de paradigma terá que ser conseguida de forma paulatina e de forma ponderada.</u> Considero que o futuro do policiamento da Guarda será o Policiamento Orientado pelas Informações, premeditando e direcionando o patrulhamento para os locais onde existe maior probabilidade de ocorrerem.”	A2.2.
E6	“ <u>(...) de uma forma geral não é o mais adequado</u> , para os problemas que nós temos, de uma forma genérica, pois há programas que têm produzido resultados interessantes.”	A2.3.
E7	“É um policiamento que se encontra <u>minimamente adequado à realidade portuguesa.</u> ”	A2.2.
E8	“Penso que se poderia evoluir para um dispositivo (que inclui meios humanos, materiais e infraestruturas) mais flexível e adaptável à ‘velocidade’ da sociedade e, também, da criminalidade. Em pleno século XXI, com a tecnologia que está acessível, com os meios que estão à disposição ou se podem adquirir e com as ferramentas de apoio à decisão que existem, penso que a Guarda deve evoluir para um modelo que lhe dê a capacidade de estar onde é preciso e na altura em que é preciso. Neste conceito cabe também a vertente preditiva, que permitiria à Guarda estar antecipadamente onde prevê que venha a ser preciso.”	A2.2.
E9	“ <u>Considero que a GNR não tem apenas um modelo de policiamento, acaba por tirar a mais valia de cada um deles, adaptado o modelo de policiamento que mais se adequa à sua ZA</u> , para concretizar aquela que é a missão da GNR.”	A1.1. A2.1.
E10	“A GNR tem-se vindo a adaptar aquilo que são os policiamentos mais modernos, não se tendo vindo a <u>adaptar como um todo</u> . Há locais onde o modelo proativo nem sempre é utilizado, mas tem havido um esforço para que se comecem a adotar os modelos mais proativos, realizado a nível estratégico, do comando da Guarda e através de iniciativas dos comandos subordinados.”	A2.2.
E11	“Tendo em conta a realidade da Guarda Nacional Republicana, sua competência e área de responsabilidade, entendo que este modelo misto, apoiado sempre no policiamento orientado pelas informações <u>é o que melhor serve, atualmente, os cidadãos que policiamos.</u> ”	A2.1.
E12	“ <u>Não.</u> Além disso, considero que a <u>Guarda não tem um modelo de policiamento definido.</u> ”	A2.3. A1.1.
E13	“Sim, creio que sim.”	A2.1.
E14	“ <u>Depende, a sua adequação irá depender de determinadas situações, como questões problemáticas, policiamento, contextos sociais e económicos, a própria zona de ação de determinada área geográfica, que pode requerer outro tipo de policiamento. Não podemos definir um modelo de policiamento uno e igual para a toda a Guarda, isso seria um erro.</u> ”	A1.1. A2.2.
E15	“ <u>Em parte</u> , pois isso não obsta a que a instituição possa enveredar, paralelamente por outros modelos, em circunstâncias concretas que assim o exijam, <u>em especial no domínio da prevenção criminal, numa perspetiva de integração de estratégias de prevenção.</u> Em boa verdade, uma <u>grande parte do serviço</u> desenvolvido encaixar-se-ia perfeitamente no paradigma tradicional de policiamento, em concreto no contexto da <u>atividade policial reativa de resolução de ocorrências.</u> ”	A1.3. A1.4. A2.2.
Pergunta n.º 3 – O Policiamento Orientado pelas Informações (POI), também denominado <i>Intelligence-led Policing</i> (ILP), é aplicado na GNR?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	“Claro. Facilmente nós montamos uma operação stop pelo trânsito, orientados para determinados sítios e determinados locais tendo como fonte determinadas informações. Hoje as nossas mais variadas valências, dirigem a sua ação tendo em conta as informações que recolhem e lhes é transmitido e só assim se conseguem fazer o comprimento da missão com eficácia e eficiência.”	A3.3.
E2	“ <u>Está a começar a ser aplicado na GNR.</u> ”	A3.2.
	“Efetivamente o policiamento da Guarda já é orientado pelas informações, porque se faz uma análise não só da estatística criminal como também se faz uma análise dos locais onde ocorreram os crimes. A	

E3	georreferenciação desses mesmos crimes, hora, dia, local de ocorrência, etc. Mas não é um trabalho automático em termos de tratamento aplicando uma plataforma de inteligência artificial, ou seja, não existe ainda capacidade de inteligência artificial que conjugue logo todos estes dados numa <i>data base</i> , em que automaticamente nos dê toda a informação que referi. <u>A fase embrionária do <i>Intelligence-Led Policing</i> começa a ser e cada vez mais um projeto que se investe na parte tecnológica, e a GNR está a criar as bases que permitam essa futura aplicação.</u>	A3.2.
E4	“Hoje em dia, a maior parte do policiamento da Guarda, é baseado na antecipada análise de informação, logo existe uma aplicabilidade do POI, na GNR.”	A3.3.
E5	“Neste momento ainda não se encontra implementado, mas já se verificam atingidos alguns dos passos necessários para que esse futuro esteja mais próximo, como sendo o desenvolvimento do SIIOP, desmaterializando o registo total das ocorrências a nível nacional, bem como entre outros dados, a georreferenciação das ocorrências.”	A3.1.
E6	“Na minha opinião não é aplicado na GNR. Há aqui três elementos que são críticos no policiamento baseado pelas informações, que é a interpretação do ambiente criminal que é necessário sempre, o processo de decisão e depois o impacto desse processo de decisão no ambiente criminal, hoje em dia isso não é feito.”	A3.1
E7	“O modelo de policiamento ao longo do tempo tem sofrido mudanças, esta doutrina do policiamento orientado pelas informações na nossa instituição é relativamente recente. <u>Existe a intenção, é reconhecido o esforço nesse sentido. Diria que é aplicado talvez em casos pontuais, o empenho administrativo que é exigido aos comandantes por vezes faz com que os mesmos não se foquem tanto no planeamento antes de reagirem.</u> ”	A3.2.
E8	“Penso que o é há muitos anos, com o contexto que cada época permite. A Guarda é, desde sempre, uma força próxima do cidadão. Ao contrário do que por vezes se afirma em termos de novidade do conceito, o policiamento de proximidade sempre foi uma realidade da Guarda. Naturalmente que esta proximidade permitia à Guarda recolher todo o tipo de informações e, com base na autenticidade e veracidade das mesmas, despachar os seus meios humanos e materiais, através da ação de comando dos seus Comandantes aos diversos níveis. Claro que o POI atual é mais do que isso. Em termos genéricos alia a gestão da informação recolhida e a análise científica dos dados criminais e/ou policiais, à capacidade de comunicação com a população, à resolução dos seus problemas concretos e ao crescimento do seu sentimento de segurança. Não é fácil de conjugar todos estes vetores, mas <u>todos estão presentes desde há muitos anos na execução da missão geral da Guarda.</u> O que temos hoje é uma capacidade tecnológica e de análise que nunca houve e que devemos potenciar. Não nos esqueçamos que o fim último é garantir a segurança da população e o seu sentimento de segurança, que são duas coisas distintas. A gestão da perceção da segurança é tão importante como a segurança em si. Não basta estar seguro, o cidadão deve sentir-se seguro.”	A3.3.
E9	“Sim, considero que as Unidades acabam por realizar o POI, seja de uma forma direta ou indireta. Sendo que entendo que forma direta, é aquela em que as Unidades realmente fazem o levantamento e análise de toda a informação para direcionar o patrulhamento e a forma indireta, aquela que sem uma análise profunda direcionam o patrulhamento para os locais que consideram com maior número de ocorrências. A verdade é que o POI permite de uma forma mais real direcionar o patrulhamento e desta forma trabalhar na prevenção e proatividade.”	A3.3.
E10	“De forma sustentada na minha opinião ainda não é aplicado na Guarda. Existem algumas investigações que foram feitas e alguns eventos que utilizaram as metodologias do ILP ou do POI. Tem sido utilizado, mas não de forma tão sustentada. O comando da Guarda está a seguir esta via e tentar implementar este modelo e está a fazê-lo de uma forma relativamente sustentada, pois diversificou as fontes de informações, arranjou um sistema de recolha (módulo de notícias do SIIOP-P) e essas notícias depois de carregadas vão para o centro de informações para serem analisadas. Estamos num bom caminho. Poderíamos estar mais desenvolvidos.”	A3.2.
E11	“Sim. Como referi, as alterações de giro, de patrulhamento a determinada zona ou atividade comercial, entre outros, são sempre orientadas pelas informações disponíveis sobre locais, períodos de ocorrência, modus operandi e entidades suspeitas, de forma a atuarmos de forma preventiva ou proactiva, bem como a melhor alocar os recursos humanos e materiais disponíveis. Por outro lado, pretende-se uma identificação antecipada de possíveis suspeitos ou alvos prioritários dos criminosos, de modo a se conseguir diminuir a criminalidade.”	A3.3.
E12	“Sim, dependendo de certas missões e das Unidades que o usam.”	A3.2.
E13	“Sim, é aplicado. Trata-se de uma nova ideologia de trabalho policial. Na Guarda encontra-se em desenvolvimento e expansão, acompanhando a implementação e desenvolvimento dos Sistemas de Informação e Tecnologias de Informação na Guarda.”	A3.3.
E14	“Ao nível de estrutura macro existem poucas orientações nesse âmbito, ao nível local está muito assente nas orientações e naquilo que vai sendo definido, ou pelo comandante ou por quem tem responsabilidade na área das informações e da área da investigação criminal, fruto da sua experiência ou conhecimento. <u>Está muito dependente de casos pontuais, assente nas pessoas e não propriamente no modelo e na estrutura orgânica.</u> ”	A3.2.
E15	“Diria que o POI não é um modelo assumido oficialmente pela GNR, sendo apenas desenvolvido de forma não estruturada em algumas Unidades.”	A3.2.
Pergunta n.º 4 - Na sua opinião quais as ferramentas imprescindíveis a um Comandante, para a realização de uma tomada de decisão devidamente informada que permita prevenir, reduzir ou erradicar um crime?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	“Além do conhecimento que deve ter sobre a sua zona de ação, deve dispor de instrumentos e ferramentas de análise.”	A4.3. A4.1.

E2	“Desde logo <u>possuirmos sistemas de informação</u> , onde possamos registar toda a nossa atividade operacional nas suas diferentes dimensões, (...)” “(...) Existir ao nível das Informações capacidade para analisar toda <u>essa informação</u> e produzir relatórios, com a identificação de hotspots de criminalidade, de tipos crimes, locais, de momentos do dia em que eles podem acontecer, modus operandi, eventuais suspeitos que possam estar a praticar esses crimes. Por último, <u>capacidade de investigação</u> desses crimes, para munidos de um conjunto de elementos se possa intervir em concreto nas situações em curso, eventualmente fazendo cessar um crime que esteja a acontecer.”	A4.1. A4.2.
E3	“Uma boa <u>plataforma tecnológica e analistas</u> .”	A4.1. A4.2.
E4	“A <u>recolha de notícias por parte dos nossos militares</u> , a capacidade de tratamento e análise de dados através dos <u>Sistemas Integrados de Gestão de Apoio à Atividade Operacional</u> e os relatórios de notícias e informação elaborados ao nível da Direção de Informações, têm-se apresentado como ferramentas de apoio à tomada de <u>decisão</u> .”	A4.4. A4.1.
E5	“Hoje mais do que nunca, o problema não é a falta de informação, mas sim <u>saber distinguir quais são as informações relevantes e preponderantes</u> em que nos devemos apoiar. Sem dúvida que hoje o SIIOP, nas suas vertentes operacionais nos permitem perceber o ponto de situação das ocorrências atuais. Quando esta ferramenta permitir correlacionar o presente, com o passado, teremos a possibilidade de premeditar o futuro e ajustar o modelo de patrulhamento orientado pelas informações.”	A4.1. A4.4.
E6	“Formação específica no que diz respeito a uma boa tomada de decisão, formação em <u>profiling criminal</u> , formação em análise de dados e uma base de dados integrada (não só no SIIOP, mas como no SEI da polícia, eventualmente na base de dados do SEF, na base de dados de investigação criminal), para o comandante de destacamento ter informações suficientes, para de certa forma, ele próprio fazer uma análise e direcionar o seu patrulhamento, escolhendo o modelo de policiamento que deseja adotar.”	A4.4. A4.1.
E7	“ <u>Conhecimento da sua zona de ação</u> e conhecimento dos seus militares.”	A4.3.
E8	“O conhecimento profundo do ambiente operacional e da zona de ação, aliado a uma <u>informação criminal bem recolhida e sustentada</u> , que lhe permita alocar os recursos à sua disposição a forma mais eficiente e eficaz possível.”	A4.3. A4.4.
E9	“Para tal, considero importante o comandante estar dotado de bons <u>sistemas de informação</u> .”	A4.1.
E10	“Ferramentas de análise. Sendo que a análise deve estar próxima do comandante, pois <u>nem sempre as perceções que o comandante tem sobre o ambiente criminal, são similares às perceções quando analisadas</u> . Esta proximidade permite ao comandante balancear os recursos para aquilo que a análise indica, para com cientificidade atuar no ambiente criminal.”	A4.1. A4.2.
E11	“A meu ver as principais ferramentas são: <u>cooperação, partilha de informação, difusão de informação relevante e estabelecimento de canais e fluxos de comunicação</u> .”	A4.4. A4.1.
E12	“Primeiro <u>aumentar a qualidade dos dados inseridos e armazenados no sistema de informações</u> , posteriormente utilizar as <u>ferramentas de análise indicadas</u> para a produção de informações, e assim adquirir o conhecimento adequado para a correta tomada de decisão.”	A4.4. A4.1. A4.2.
E13	“O processo de tomada de decisão, desenvolvido por um Comandante Policial, integra a componente vital das informações (em sentido amplo). O produto obtido como resultado <u>do processo analítico que as origina (as informações)</u> , (aludindo-se, neste caso, às fases que integram o ciclo de produção da informação policial) permite a compreensão das diversas variáveis que constituem o fenómeno criminal em estudo e sobre o qual irá recair a decisão sobre a melhor estratégia policial a adotar tendente à sua resolução/mitigação, numa perspetiva de prevenção, redução ou inibição. <u>Os Sistemas de Informação das organizações policiais, assentes em Tecnologias de Informação adequadas, são imprescindíveis para um adequado e ajustado processo de tomada de decisão</u> .”	A4.1. A4.4. A4.2.
E14	“Terá de ter disponível <u>softwares amigáveis</u> , dados fiáveis disponíveis e <u>recursos humanos com conhecimentos técnicos</u> para os trabalhar em tempo oportuno. <u>Recursos técnicos, recursos humanos com capacidade técnica e equipamentos (softwares)</u> , associados a isso tudo dados com qualidade.”	A4.1. A4.2. A4.4.
E15	“Considerando o nível de Unidades (UU), diria que, acima de tudo, um Comandante precisa essencialmente <u>de ferramentas de análise de dados criminais</u> , já disponíveis ao nível dos NAIC’s das SIIC’s das UU, bem como de <u>analistas devidamente formados</u> para o efeito, que permitam a definição de um quadro situacional da criminalidade e suas tendências, tendo em vista a implementação de medidas preventivas e preemptivas que possibilitem, em última instância, a redução da criminalidade.”	A4.1. A4.2.
Pergunta n.º 5 - Na sua perspetiva o que é necessário numa organização, para aplicação do ILP?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	“Na GNR como em qualquer organização para implementação do ILP de forma generalizada e institucional são necessárias orientações superiores, nomeadamente em forma de norma ou diretiva. Considerando, no entanto, tal como já referi que o ILP é aplicado na GNR em diversas ações, tal como o policiamento de proximidade era aplicado, mesmo antes de ser estudado e conhecido como policiamento de proximidade.”	A5.1.
E2	“ <u>Sistemas de Informação, uma Estrutura de Informações, ferramentas de análise, uma cultura de informações</u> na nossa instituição em que os nossos militares percebam que é, desde logo, o patrulheiro quem constitui o primeiro órgão de pesquisa da guarda, e que o seu trabalho é essencial para tudo o que é feito a seguir.”	A5.5. A5.2. A5.6.
E3	“ <u>Teria de haver uma database, de um repositório de todas as informações policiais e criminais</u> a nível nacional, claro que temos a PIIC, mas a PIIC (...), trata de situações criminais que já ocorreram, pode contribuir, e é importante, pois para aplicar o ILP é preciso ter um repositório de informação. A título de	A5.5.

	exemplo, em países onde o ILP é aplicado, um determinado criminoso que está dentro da base de dados, através de CCTV e de reconhecimento facial, permite a uma polícia local ter um alerta para prever uma situação que pode vir a acontecer. O ILP necessita de uma contínua monitorização do cidadão com antecedentes criminais, que permita o acesso ao histórico criminal imediato.”	
E4	“Para que se promova a aplicação do ILP, ou qualquer outro tipo de modelo de atuação, seja operacional ou procedimental, além do <u>necessário acompanhamento tecnológico</u> que suporta o mesmo, torna-se necessário a geração de <u>procedimentos de conduta e definição de áreas de atuação</u> , nesse sentido e capacitar o dispositivo com as <u>ferramentas necessárias para o emprego do modelo</u> .”	A5.1. A5.5. A5.6.
E5	“É preciso saber <u>quais as informações relevantes e preponderantes em que nos devemos apoiar</u> . Desde a implementação do SIOP nas suas várias vertentes, tem vindo a ser acumulado o conhecimento necessário em detalhe sobre as ocorrências registadas a nível nacional. Dentro em breve, com base no passado e sabendo o que está a acontecer no presente, estaremos em condições de aplicar o ILP.”	A5.2. A5.5. .
E6	“ <u>Recursos humanos especializados</u> , uma base dados que integre várias, <u>apostar também em meios tecnológicos</u> no que dizem respeito à vigilância (o CCTV), por outro lado também a leitura automática de matrículas e câmaras que permitam o reconhecimento facial, bem como numa fase mais avançada de investigação a <u>georreferenciação por telemóveis</u> .”	A5.5. A5.3.
E7	“ <u>Tempo</u> , criação de condições e formulação de uma estratégia que permitisse a <u>formação das pessoas nesta temática</u> .”	A5.4. A5.2.
E8	“O dispositivo deve estar <u>pensado e estruturado</u> para permitir a implementação plena do POI. <u>As ferramentas e soluções tecnológicas</u> devem estar à disposição dos técnicos para o apoio à decisão nos diversos escalões. Para além disto, também é <u>preciso arte e engenho dos comandantes</u> .”	A5.6. A5.5. A5.2.
E9	“Uma boa seleção dos <u>recursos humanos com formação específica</u> para fazer uso de produtos de análise de informação; ter uma boa gestão e controlo no trabalho realizado pelas informações; <u>ter bons equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)</u> , e software de análise. Para tudo isto, é necessário <u>investimento financeiro e tempo de implementação</u> . ”	A5.3. A5.5. A5.4.
E10	“A cima de tudo uma <u>cultura de informações</u> .”	A5.2.
E11	“São necessários <u>recursos humanos devidamente formados e especializados</u> (HUMINT, OSINT, IMINT, Análise de Informação) e <u>recursos tecnológicos especializados</u> (computadores e softwares) que permitam através da análise de informação criminal a criação de modelos probabilísticos e assim apoiar o decisor na alocação de recursos humanos e a identificar os alvos (loais ou pessoas) que sejam remuneradores para os criminosos e que carecem de melhor segurança. Existe ainda a necessidade de melhor se conseguir perscrutar a web ou mesmo na instalação de sistemas CCTV em locais de relevo, de forma a recolher informação relevante.”	A5.2. A5.3. A5.5.
E12	“Conhecimento dos decisores deste conceito e modelo de policiamento, bem como, de <u>ferramentas digitais</u> capazes de produzir o conhecimento adequado para o melhor empenho dos meios face às questões securitárias que surjam.”	A5.2. A5.5.
E13	“Distingo dois aspetos fundamentais: o primeiro, no domínio conceptual, aceitar que o ILP não é um modelo policial por si só, antes uma metodologia, uma técnica de trabalho, um meio que permite atingir, às polícias, níveis elevados de eficiência e eficácia na ação policial desenvolvida. No caso da GNR, o ILP deve ser visto numa lógica de complementaridade com o sistema dominante, no caso, o Policiamento de Proximidade. Um segundo aspeto, de natureza técnica, sobressai da necessidade da existência <u>de Sistemas de Informação</u> (pessoas, procedimentos e equipamentos que permitam a recolha, o processamento, o armazenamento e a difusão) concebidos para a natureza <u>organizacional das estruturas policiais, assentes em Tecnologias de Informação</u> que cumpram, igualmente, o referido critério. Exige-se, igualmente, a <u>formação de agentes policiais especializados</u> para o trabalho, em exclusivo, na área das informações, integrando equipas mais vastas <u>de analistas de informação</u> , permitindo trabalhar dados mais volumosos e complexos.”	A5.5. A5.3. A5.6. A5.2.
E14	“Tecnologia, <u>recursos humanos com conhecimento e recursos técnicos com capacidade da realização da análise</u> .”	A5.2. A5.3. A5.5.
E15	“Acima de tudo, a implementação do ILP carece do <u>envolvimento dos decisores de topo</u> , pois a implementação do mesmo, de forma transversal, implica necessariamente um <u>comprometimento a nível estratégico</u> . Se houver comprometimento estratégico a implementação encontrar-se-á facilitada à partida, pois o que sobra será facilmente suprível com recurso à definição de protocolos e à <u>rentabilização dos sistemas de informação já existentes</u> .”	A5.1. A5.5.
Pergunta n.º 6 - Na sua perspetiva, quais são as vantagens da implementação de um modelo de policiamento Tradicional de cariz reativo, comparativamente a um preventivo como é o ILP e vice-versa?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	“As vantagens que existem nestes modelos de policiamento é de <u>eles poderem ser complementares uns dos outros</u> e não serem usados de forma isolada.”	A6e7.3.
E2	“É sempre mais difícil reagirmos em termos operacionais a tudo o que é inesperado, se nós tivermos a <u>capacidade para podermos eventualmente prever</u> aquilo que pode vir a suceder, ou em que momentos, em que locais e de que forma, poderemos mais facilmente <u>adequar os nossos meios</u> a essa mesma realidade. Especialmente quando os meios, quer em recursos humanos, quer materiais, são escassos.”	A6e7.1. A6e7.8.
E3	“Um modelo preventivo/preditivo consegue-se através da proximidade e isso permite um envolvimento da comunidade na recolha de notícias que facilita a <u>prevenção de crimes</u> .” “(...) É verdade que a Guarda nos últimos tempos veio a alterar a sua filosofia e criou-se a ideia de que todo o guarda é uma fonte de notícia, e	A6e7.8.

	estas notícias podem auxiliar na prevenção e resolução de crimes.”	
E4	“As vantagens de um modelo relativamente ao outro, encontram-se sempre associadas <u>à gestão de recursos</u> , e a capacidade de o modelo ILP, se bem aplicado permitir uma economia de recursos, tanto humanos como materiais.”	A6e7.1.
E5	“Sem dúvida que a mudança do tipo de patrulhamento, constituirá uma mudança extremamente relevante quando à eficácia e eficiência do modelo atual. Não obstante, seremos sem dúvida espetadores de uma mudança dos atores criminais, que se iram ajustar e procurar alterar o <i>modus operandi</i> para tentar quebrar as capacidades de premeditação do sistema de POI. Passaremos a integrar um modelo em constante mutação e teremos que manter <u>um permanente empenho na manutenção da evolução dos nossos sistemas integrados de informação criminal e gestão operacional.</u> ”	A6e7.16.
E6	“A vantagem do modelo de policiamento tradicional baseado em reações é a possibilidade de deixar margem de liberdade para a <u>patrulha poder acorrer rapidamente a uma ocorrência</u> , o que se depreende vantajoso em locais onde só existe a possibilidade de lançar uma patrulha. Por seu turno, o ILP tem várias vantagens, pois as informações recolhidas através destas bases de dados e trabalhadas por estes especialistas, <u>irão apoiar diretamente a decisão do comandante.</u> ”	A6e7.10. A6e7.12.
E7	“Uma vantagem do policiamento tradicional é que permite uma reação mais ajustada ao problema. Em contrapartida o <u>ILP é economicamente mais vantajoso. Não vejo que estes modelos se substituam, vejo-os como complementares.</u> ”	A6e7.3. A6e7.1.
E8	“O POI, bem aplicado, <u>permite agir em tempo (e não só reagir) ou até antecipar fenómenos</u> , o que em termos preventivos, é um sucesso. Em termos muito genéricos, <u>o policiamento reativo é menos complexo</u> , mas não é isso que o cidadão pretende. O cidadão quer que o crime não ocorra, mas se ocorrer, quer que a Guarda o resolva, lhe devolva os bens e encontre os responsáveis.”	A6e7.8. A6e7.14.
E9	“Na minha opinião <u>não vejo vantagens neste policiamento por considerar que é um policiamento reativo</u> , sem patrulhamento concertado. No que diz respeito ao ILP, é um modelo de ação policial onde o produto recolhido pelas informações <u>permite dirigir o patrulhamento de forma preventiva</u> e a proativa. Na minha opinião existe várias vantagens neste policiamento, tais como: permite direcionar o patrulhamento de forma precisa, tentando desta forma combater a criminalidade de maior foco; <u>melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais; apoiar os Comandantes</u> para que tenham uma melhor consciência situacional da sua ZA e identificação <u>antecipada dos principais infratores, ocorrências e riscos.</u> ”	A6e7.5. A6e7.8. A6e7.1. A6e7.12.
E10	“Um policiamento orientado pelas informações, <u>permite-nos poupar recursos e direcionar com muito mais eficiência, eficácia e critérios de boa gestão as nossas ações.</u> O modelo tradicional tem como vantagem a demonstração da força policial no terreno.”	A6e7.1. A6e7.12.
E11	“Relativamente às vantagens, o <u>modelo tradicional apresenta uma baixa dificuldade de implementação</u> , a <u>reduzida necessidade de recursos tecnológicos</u> e a proximidade ao cidadão. Por outro lado, o POI permite a <u>prevenção criminal e o empenho racional de recursos humanos.</u> ”	A6e7.14. A6e7.16. A6e7.8. A6e7.1.
E12	“Só vejo vantagens no ILP, contrariamente a um tipo de policiamento reativo. Para além de permitir <u>a melhor gestão de emprego de meios</u> , permite agir preventivamente e antecipar ocorrências. Face ao cenário que é possível identificar e materializar com base nos dados existentes, é possível <u>ter noção das zonas críticas e o tipo de ocorrência, levando à decisão dos meios e tipo de intervenção</u> mais adequada para o problema identificado.”	A6e7.1. A6e7.8. A6e7.12.
E13	“Pela sua própria natureza, o ILP dá mais enfoque à prevenção criminal, tanto mais, como é consabido, a atuação policial não deve, nem se pode resumir, à mera reatividade. A <u>prevenção criminal permite atingir a redução da atividade criminosa, desenvolvendo-se na fase pré-criminal, ou seja, antes do crime acontecer.</u> A reatividade policial, por outro lado, ocorre quando o crime já aconteceu, atuando ao nível do delinquente, visando a sua detenção e a recuperação dos bens subtraídos, não se constituindo na estratégia mais eficaz para a redução/eliminação de focos de criminalidade, <u>antes atuando no curto prazo</u> , visando o efeito imediato. O ILP traz várias vantagens: no plano do conhecimento, permite melhorar a atuação policial e, consequentemente, no domínio da prevenção criminal, favorecendo a <u>predição de fenómenos criminais</u> . Garante uma <u>melhor gestão dos recursos materiais e humanos</u> , relevante para o esforço do policiamento, constituindo-se numa importante <u>ferramenta de apoio à tomada de decisão do Comandante.</u> ”	A1.1. A6e7.8. A6e7.11. A6e7.1. A6e7.12.
E14	“Depende do que estamos a trabalhar e onde queremos chegar. Se se <u>pretende aumentar o sentimento de segurança da população, talvez devesse apostar mais num policiamento preventivo.</u> Mas também posso ter o interesse de ter uma ação mais reativa, repressiva. A parte repressiva é medida, quantificável, mensurável e vende, a parte preventiva não tanto. O <u>policiamento tradicional em termos de trabalho da retaguarda exige muito menos.</u> No ILP através da prevenção é possível incrementar o sentimento de segurança, aumentar a confiança das populações nas FSS, <u>reduzir custos e trabalhos a montante.</u> ”	A6e7.18. A6e7.1. A6e7.14.
E15	“ <u>Por melhor modelo de ILP que se consiga implementar, há determinados crimes que são praticamente impossíveis de prever, pelas suas características e diferente casuística. Nestes casos, importará manter uma capacidade reativa, tradicional,</u> que possibilite uma elevada capacidade de resposta por parte das forças de 1º e 2º Nível de Emprego Operacional.”	A6e7.3.
Pergunta n.º 7 - Quais são, para si, as limitações da implementação do modelo de policiamento tradicional, comparativamente ao ILP e vice-versa?		
Ideias principais das respostas às questões		
	“Um modelo de policiamento de cariz reativo encontra-se muito enraizado, daí que que a implementação de um policiamento mais orientado pelas informações seja mais difícil, devido às pessoas serem adversas á	

E1	mudança.” “(...) Hoje em dia é fácil perceber que a Guarda tem um modelo de policiamento comunitário muito bem implementado, mas <u>não se consegue perceber com essa facilidade se realmente existe um modelo de policiamento orientado pelas informações</u> , possivelmente há comandantes que o utilizem mais que outros.”	A6e7.14.
E2	“A desvantagem da implementação de um modelo Tradicional é <u>a dificuldade que nos cria na gestão dos recursos, na sua correta adequação</u> às situações e depois não estarmos preparados para responder. <u>A prevenção permite direcionar melhor os meios e informar os militares de quais é que são as circunstâncias</u> que podem vir a encontrar e, assim, estarmos melhor preparados em todas as dimensões, quer do enquadramento legal, quer em termos dos procedimentos operacionais que podemos adequar a cada uma dessas situações.”	A6e7.1. A6e7.12.
E3	“Situações tecnológicas e situações legais. <u>O policiamento tradicional não colide com a legislação atual, no entanto o Intelligence-Led Policing colide</u> , e estas situações teriam de ser revistas especialmente à legislação aplicável à proteção de dados pessoais.”	A6e7.14.
E4	“As limitações por sua vez, estarão associadas à <u>necessidade de recolha atempada de informação</u> , no sentido de prover mecanismos preditivos que possibilitem a resposta preventiva, caso contrário, toda a resposta apresenta-se como reativa, o que acontecer, pode em todo o seu espectro implicar um <u>desgaste desnecessário de meios</u> .”	A6e7.1. A6e7.11.
E5	“Não considero que existam limitações às mudanças, apenas as primeiras resistências internas próprias de qualquer alteração à mudança numa instituição. <u>Trata-se de um processo moroso e que decorre á mais de 5 anos na nossa organização</u> , sendo que as resistências têm vindo a ser esbatidas com os resultados apresentados pelas próprias ferramentas informáticas.”	A6e7.14.
E6	“O modelo de policiamento tradicional acaba por ser um risco para as próprias patrulhas, porque não têm tanta informação trabalhada ao nível da sua zona de ação por vezes, ficando sem saber o que podem vir a encontrar. <u>Mesmo ao nível de adequação de meios, táticas e de gestão de recursos, trata-se de um modelo rotineiro</u> e a rotina é uma ameaça para o agente policial. Por sua vez, o <u>ILP é uma máquina mais pesada</u> , um sistema mais pesado que exige uma alocação de recursos.”	A6e7.12 A6e7.1. A6e7.16.
E7	“A desvantagem do modelo tradicional é que muitas vezes a <u>projeção de patrulhas não tem por base, um grande racional em termos de planeamento</u> .”	A6e7.12.
E8	“Tem a ver com a forma como o cidadão espera que a Guarda lhe garanta segurança e promova o seu sentimento de segurança. É preciso agir e não só reagir.”	A6e7.18.
E9	“A reatividade, do policiamento tradicional, como meio primário da atuação policial, <u>torna os cidadãos desde logo vítimas e, por isso, este tipo de policiamento deixa de responder às necessidades da sociedade atual</u> . Considero que no <u>policiamento tradicional existe uma menor dificuldade de implementação</u> , comparando com o ILP, pois não existe recolha, tratamento e divulgação da informação, nem existe um planeamento de forma concertada.”	A6e7.14. A6e7.12.
E10	“ <u>Modelo tradicional consome mais recursos</u> que os modelos proativos é um modelo que não deve ser descorado, <u>mas sim complementado. Um modelo orientado pelas informações exige tecnologia</u> .”	A6e7.1. A6e7.3. A6e7.16.
E11	“As limitações do modelo tradicional são: a aplicabilidade geográfica e a grande necessidade de recursos humanos. No POI <u>as limitações referem-se á existência de um elevado consumo de recursos tecnológicos e a dificuldade de implementação</u> .”	A6e7.1. A6e7.14.
E12	“A limitação principal é a <u>incapacidade de atuar preventivamente</u> , inviabilizando desta forma a ocorrência ou o problema. Em relação ao ILP, a limitação passa pela qualidade dos dados reunidos e do seu adequado tratamento para produzir conhecimento <u>que suporte as melhores decisões dos comandantes</u> .”	A6e7.8. A6e7.12
E13	“Em suma, o modelo de policiamento tradicional poder-se-á caraterizar pela exigência em elevado número de recursos humanos, <u>com custos operacionais elevados, exigindo baixos recursos a plataformas tecnológicas, atuando preventivamente e sem grande dificuldade de implementação</u> . O ILP, <u>por oposição, exige poucos recursos humanos (mas mais especializados), com custos elevados associados, com um recurso elevado a plataformas tecnológicas, atuando no âmbito preventivo e repressivo, e com uma grande dificuldade de implementação</u> .”	A6e7.16. A6e7.1. A6e7.14.
E14	“O ILP sendo preventivo tem como limitação a <u>sua incrementação que é mais demorada</u> que um policiamento reativo, pois demora mais tempo e não é tão visível.”	A6e7.14.
E15	“As limitações de cada modelo resultam das lacunas advenientes da implementação individualizada de cada um deles. Reiterando que as limitações podem ser superadas através da já mencionada <u>integração dos denominados modelos</u> , quer os que dizem respeito à questão ora respondida, quer outros defendidos por variados autores.”	A6e7.3.
Pergunta n.º 8 - Entende que as Secções de Informações e Investigação Criminal conseguem determinar focos de criminalidade (hotspots) na zona de ação do respetivo Comando Territorial?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	“ <u>Conseguem</u> . Identificam através do grupo data/hora e da sua localização geográfica, os locais onde estão a ocorrer mais crimes e que tipo de crimes (hot spots). Para que depois sejam comunicados á estrutura de comando e direcionar aquilo que achar conveniente para reduzir e prevenir a criminalidade que ocorre nesses hot spots.”	A8.1.
E2	“ <u>Conseguem fazer</u> , têm capacidade para determinar focos de criminalidade, agora dependendo se os NAIIC têm recursos humanos para as diferentes tarefas, se têm eventualmente conhecimento suficiente para desenvolver ou não esta tarefa em concreto, poderão consegui-lo fazer melhor ou não	A8.1.

E3	“ <u>Pode, através dos NAIIC</u> , tendo por base a estatística criminal, todos os autos de notícia que são diariamente produzidos e até com base na recolha de notícias que é inserida por qualquer militar no submódulo de Notícias do SIIOP.” “(...) O SIIOP-G permite a referenciação de todos os crimes, daí ser possível a determinação de <u>hotspots</u> seja de criminalidade, seja de sinistralidade rodoviária.”	A8.1.
E4	“Considero que o trabalho das SIIC, <u>permitem uma abordagem preditiva e preventiva relativamente aos focos de criminalidade nas suas zonas de ação.</u> ”	A8.1.
E5	“Qualquer Secção de Investigação Criminal, através dos seus núcleos de análise de informação criminal, tem essa capacidade e competência, sendo auditadas anualmente pela Direção de Investigação Criminal.”	A8.1.
E6	“Podem conseguir se tiverem acesso a informação variada, obviamente se calhar com uma precisão ligeiramente diferente daquela que seria conseguida com o modelo de policiamento orientado pelas informações, mas de uma <u>forma geral conseguem</u> determinar, para conseguir ser dada uma resposta suficientemente cabal.”	A8.1.
E7	“Sim consegue.”	A8.1.
E8	“ <u>Consegue</u> , pois tem ferramentas e soluções para o fazer. Tem militares formados nesse sentido e uma estrutura de apoio à Investigação Criminal que permite fazê-lo. É preciso é que os militares afetos à análise de informação criminal se dediquem à função de analistas e não sejam empenhados em tarefas burocráticas ou de outras vertentes.”	A8.1.
E9	“ <u>Sim</u> , o SIIOP-G está preparado para realizar esses estudos, apesar de considerar que a informação não está totalmente validada.”	A8.1.
E10	“ <u>Sim consegue</u> , tem essa capacitação”.	A8.1.
E11	“ <u>Sim</u> . Cabe aos militares da SIIC de cada uma das Unidades Territoriais, acompanhar os crimes prioritários de investigação e manter atualizadas as pastas temáticas constituídas, utilizando para o efeito os sistemas de informações disponibilizados na Guarda (mas também de entidades externas) e assim determinar focos de criminalidade na sua zona de ação.”	A8.1.
E12	“Sim consegue.”	A8.1.
E13	“(...) A qualificação que possuem (analistas de informação criminal) e a vertente a que pertencem (vertente de análise de informação criminal da estrutura de investigação criminal da GNR) <u>garantem a sua capacidade para a elaboração de inúmeros produtos, onde se inserem, por exemplo, os estudos relativos à determinação de HotSpots.</u> ”	A8.1.
E14	“ <u>Claramente que sim</u> desde que trabalhe os dados que têm e informação que têm. Aqui conseguimos determinar hotspots, seja ela em função da criminalidade geral como em função de determinadas tipologias criminais, muito provavelmente nem todas as Unidades o fazem, utilizando mais as perceções que vão tendo.”	A8.1.
E15	“Através dos atuais Sistemas de Informação a que os analistas das SIIC têm acesso, diria que a <u>determinação dos focos de criminalidade é extremamente fácil</u> . Todos os factos criminais estão, ou pelo menos deverão estar, georreferenciados, logo, a visualização desses dados é facilmente estruturada, permitindo aos analistas uma análise mais detalhada das ocorrências e, no espectro temporal, das tendências das diferentes tipologias criminais que colocam em causa o sentimento de segurança dos cidadãos.”	A8.1.
Pergunta n.º 9 - De que forma os Sistemas de Informação que a GNR dispões, como por exemplo o Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP), contribuem para a aplicação deste modelo?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	“Permite a recolha de toda a informação resultante da atividade operacional da Guarda e sendo que os <u>relatórios de informação utilizam informação destas plataformas</u> , contribuí para a implementação deste modelo.”	A9.2.
E2	“Estando residente no SIIOP-P toda a atividade da Guarda nas suas diferentes dimensões, <u>constitui a primeira base de dados, onde podemos pesquisar toda a informação que necessitamos</u> . O registo de crimes ocorridos na zona de ação da <u>Guarda é todo feito no SIIOP-P, inclusive é comunicado já de forma automática para o órgão nacional que tem a competência para fazer a estatística criminal</u> do país que é a Direção Geral de Política de Justiça.”	A9.2. A9.3.
E3	“ No último ano conseguiu-se que o <u>SIIOP fosse a única fonte de estatística criminal da Guarda</u> , ou seja a partir do momento em que se conseguiu alcançar isto em dezembro de 2019, e com a migração automática para a Direção Geral de Política de Justiça, a Guarda também consegue neste momento, <u>reproduzir relatórios e saber toda a estatística criminal pela tipologia de crime para aplicação deste modelo.</u> ”	A9.3. A9.2.
E4	“ <u>Através da análise de informação carregada no SIIOP</u> , já é possível efetuar os levantamentos necessários no que concerne a pontos críticos e sensíveis do Território Nacional e a tipologia criminal que mais se encontra agregada a cada um deles.”	A9.2. A9.3.
E5	“Hoje o SIIOP, nas suas vertentes operacionais, permite-nos <u>perceber o ponto de situação das ocorrências atuais</u> . Esta evolução permite-nos <u>alcançar um histórico fundamental para podermos premeditar o futuro e aplicar</u> o modelo POI enunciado.”	A9.1. A9.2. A9.3.
E6	“O <u>SIIOP seria apenas um sistema que deveria ser integrado com outros</u> (o SEI da PSP, o do SEF, o da Polícia Judiciária, no que diz respeito à PIIC e inclusive até se calhar com outros dados, no que diz respeito a dados da autoridade tributária, aduaneira, da conservatória do registo automóvel por exemplo), fundamentais para que algoritmo que poderia ser gerado no âmbito da inteligência artificial ser o mais preciso possível. Só o SIIOP em si acaba por ser um pouco diminuto.”	A9.2.

E7	“A grande vantagem da aplicação do SIIOP para este modelo é permitir que <u>a informação fique registrada</u> , que se faça buscas nas ocorrências permitindo que seja feita uma <u>análise detalhada das mesmas</u> .”	A9.2. A9.3.
E8	“O que temos hoje é <u>uma capacidade tecnológica e de análise</u> que nunca houve e que devemos potenciar. Considero, que não só o SIIOP, mas todos os Sistema de Gestão da Atividade Operacional são mais-valias para a sistematização de um modelo de POI, que verdadeiramente ajude a garantir a segurança da população.”	A9.3.
E9	“Sim, o SIIOP, entre outros sistemas de informação, <u>são ferramentas essenciais para transmitir, armazenar, compilar, ou analisar dados</u> , permitindo <u>controlar recursos e apoiar os vários processos de decisão</u> .”	A9.1. A9.2. A9.3.
E10	“Desde logo através do módulo notícias do SIIOP, <u>que permite a recolha de notícias</u> . E depois a nível das estruturas da Direção de Informações, do centro de informações e das SIIC vamos tendo outras <u>ferramentas que nos auxiliam na analítica</u> .”	A9.2. A9.3.
E11	“Neste Sistema de Informações estão registados todas as ocorrências criminais e a maioria das ocorrências não criminais, permitindo <u>recolher a informação necessária para apoiar o(s) decisor(es) na alocação de recursos e na redefinição de locais a patrulhar e vigiar</u> .”	A9.1. A9.2. A9.3.
E12	“Permitem reunir dados e informações que, a partir de tratamento adequado, levam à georreferenciação e à definição de <u>hotspots</u> com as ocorrências criminais, contraordenacionais, acidentes, entre outras. <u>Permitem reunir dados estatísticos e perceber a dinâmica de ocorrências da Guarda</u> .”	A9.3.
E13	“Os Sistemas de Informação de que a GNR dispõe (por exemplo, o SIIOP), contribuem decisivamente para o ILP, colmatando, como já se disse, a necessidade da existência de Sistemas de Informação (pessoas, procedimentos equipamentos que permitam <u>a recolha, o processamento, o armazenamento e a difusão</u>), assentes em Tecnologias de Informação igualmente ajustadas às necessidades da organização.”	A9.2. A9.3.
E14	“O SIIOP neste momento é essencialmente um <u>repositório de dados</u> , está-se a trabalhar na componente dentro do SIIOP-P, na integração de uma componente de análise, que permita fazer um conjunto de relações entre fenómenos. Depois temos o SIIOP-G que reproduz os dados, contudo não faz a extração dos dados do SIIOP-P, não existe interligação, sincronização. Existe um projeto e software ainda não implementado, devido a determinadas dificuldades, que permite fazer esta interligação de informação. Deveria ainda haver uma ligação entre o SIIOP e o SIGRI, tal como existir uma migração direta dos dados inseridos no SIIOP para o SIS II.”	A9.2.
E15	“Os Sistemas de Informação são essenciais para que <u>os analistas possam produzir produtos</u> de qualidade e uma clara interpretação dos fenómenos, <u>que permitam aos decisores, neste caso aos Comandantes, tomar decisões</u> de reafectação, alocação e direcionamento dos seus meios operacionais, com o objetivo de provocar no ambiente criminal o impacto necessário, tendente à redução do crime.”	A9.3. A9.1.
Pergunta n.º 10 - Julga que o núcleo de análise consegue extrair produtos das informações tratadas?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	“Tendo em conta aquilo que são os dados estatísticos dos crimes que concorrem na área da Guarda Nacional Republicana <u>conseguem</u> extrair qualquer relatório sem qualquer problema.”	A10.1.
E2	“O Centro de Informações tem essencialmente três tarefas principais nesta fase: elaborar os anexos de informações para as diretivas operacionais; poder fazer toda a análise das notícias inseridas no SIIOP-P, o seu tratamento, processamento e produção de documentos que possam dar contributos para a atividade operacional, em termos daquilo que é mais suscetível de ser relevante em determinado momento, e elaborar relatórios temáticos de criminalidade. Dispõe ainda da capacidade de trabalhar fontes abertas em termos de pesquisa, com recurso a ferramentas próprias que nos permita obter um conjunto de elementos adicionais, que depois associados a tudo aquilo que é o nosso trabalho de recolha <u>no dispositivo nos permita concluir o ciclo de produção de informações e produzir ou difundir informações já tratadas</u> .”	A10.1.
E3	“ <u>Consegue</u> , mas não ao nível do Intelligence-led Policing. Aquilo que se faz nos NAIICs a nível de informações é bastante rudimentar, é com base naquilo que o SIIOP nos dá em termos de estatísticas criminais.”	A10.1.
E4	“Julgo que o bom tratamento das notícias recolhidas pelo efetivo desta Guarda, verificado o seu tratamento e efetivada como informação, <u>permite uma extração</u> de produtos de apoio á atividade operacional.”	A10.1.
E5	“Não tenho dúvida dessa capacidade.”	A10.1.
E6	“ <u>Consegue</u> , mas apenas para um processo crime em concreto, ou eventualmente em um ou mais dois, que possam estar integrados nesse processo principal. Mas em geral conseguem.”	A10.1.
E7	“ <u>Sim conseguem</u> , se forem direcionados para esse efeito conseguem.”	A10.1.
E8	“ <u>Consegue</u> , desde que os militares afetos à Análise de Informação Criminal se dediquem à função de analistas e não sejam empenhados em tarefas burocráticas ou de outras vertentes.”	A10.1.
E9	“Esta questão deve ser colocada a militares colocados na Direção de Informações do Comando Operacional.”	
E10	“ <u>Sim</u> , tem estado a acontecer. Atualmente através da operação “Covid-19 contenção” desenvolvida pela Guarda nós estamos a utilizar e a analisar tudo aquilo que são notícias relacionadas com o covid-19 e a atuar em conformidade.”	A10.1.
E11	“ <u>De forma parcial, mas, sim</u> . A melhoria tem sido evidente e poderá melhorar nos tempos próximos com a integração do módulo análise no Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais.”	A10.1.
E12	“Sim.”	A10.1.
	“Os militares, analistas de informação criminal, <u>estão habilitados para o trabalho de dados mais volumosos e complexos</u> , assim como para a sua interpretação, onde se incluem as tarefas a que se refere a presente	

E13	questão. O resultado final traduz-se em relatórios de análise de informação criminal, elaborados de acordo com o tema em estudo, destinando-se aos escalões táticos (estrutura de IC e Subunidades)."	A10.1.
E14	" <u>Consegue</u> dependendo dos recursos humanos disponíveis, felizmente nos NAIIC temos militares competentes, possuem determinado perfil e qualidade para lá estar."	A10.1.
E15	" <u>Claro que sim</u> . Dos dados e notícias analisados pelos Núcleos de Análise de Informação Criminal das SIIC's, é possível extrair diferentes produtos, normalmente assumindo o formato de Relatórios, Diagramas, Matrizes e Mapas de Densidade Criminal, entre outros, que permitem uma melhor compreensão do ambiente criminal e facilitam a capacidade preditiva e preventiva das ocorrências criminais, mas também das incivildades, que poderão vir a ocorrer."	A10.1.
Pergunta n.º 11 - Porventura entende que as ações e a normal atividade dos militares da Guarda vão em linha de conta do modelo ILP?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	" <u>Hoje a normal atividade dos militares da Guarda é orientada pelas informações</u> que lhe são transmitidas. Hoje os normais giros das patrulhas são orientados pelas informações."	A11.1.
E2	" <u>Estamos ainda a fazer um caminho nesse sentido</u> , como dizia há pouco, muitos se calhar já o fazem ainda que por vezes não seja de uma forma estruturada."	A11.2.
E3	"Eu poderia dizer que estão a contribuir se tivéssemos um modelo ILP, não temos, ainda não existe tecnologia nem existe capacidade legal para que seja aceite esta situação de aplicação do ILP, como já existe em Inglaterra, onde em cada esquina existe um CCTV. Aqui em Portugal o uso de CCTV é muito restrito. <u>Que os militares estão a fazer contribui</u> para num futuro poder existir um modelo ILP, mas eu considero que nesta altura a Guarda ainda não aplica o ILP."	A11.2.
E4	"Julgo que sim."	A11.1.
E5	" <u>Sem dúvida</u> , no entanto, o desenvolvimento e parametrização destas plataformas decorrem ao nível do estado-maior da instituição, não permitindo a todos os militares da guarda terem uma visão mais holística da instituição."	A11.1.
E6	" <u>De uma forma geral não se encontram sensibilizados para a importância da recolha de informações</u> , basta verificar os relatórios de atividade dos registos de ocorrências referente aos indícios de crime. As ações e a normal atividade dos militares não estão propriamente em linha de conta com aquilo que é o pensamento de análise e até mesmo de recolha de informação, encontra-se um pouco aquém."	A11.3.
E7	" <u>O patrulheiro tem uma noção empírica do que é este modelo</u> , não de uma forma sustentada, não de uma forma metódica e não acrescentando esta parte analítica, metódica, não resulta uma prevenção, mas sim um feeling. Qualquer comandante profissional sabe que conhecer a retrospectiva docente e a realidade sócio-criminal da área gráfica que trabalha é essencial para fazer o planeamento das patrulhas."	A11.2.
E8	"Não se pode implementar o POI por decreto, publicar na OS e determinar que seja uma realidade. <u>É um processo evolutivo</u> . Considero que a cada dia que passa os comandantes estão mais atentos, mais capacitados, <u>mais despertados para um modelo de POI, mesmo que inconscientemente</u> . Se um comandante implementar qualquer medida que seja no sentido certo estaremos hoje mais perto de um modelo sustentado de POI, do que estivemos ontem."	A13.4. A11.2.
E9	" <u>Tenho noção que a GNR em muito tem melhorado na recolha de informação</u> . É incutido aos militares a sensibilidade para a inserção de notícias no SIIOP-P de toda a informação que recolham durante o patrulhamento. Depois, compete ao Comandante se consegue aproveitar toda a informação recolhida para direcionar o patrulhamento de forma precisa."	A11.1.
E10	" <u>Ainda não, encontra-se dependente da ação de comando de cada comandante</u> ."	A11.2.
E11	" <u>Não há dúvidas que o modelo adotado tem em conta, ainda que parcialmente, o ILP</u> ."	A11.2.
E12	" <u>Depende das Unidades</u> , em particular dos diferentes comandantes de subunidade e do seu entendimento em relação ao modelo ILP."	A11.2.
E13	" <u>Tendo como exemplo o Comando Territorial do Porto, diria que sim</u> , na maioria das vezes. O órgão técnico das informações da Unidade (SIIC), de forma periódica e sistemática, apresenta relatórios temáticos de fenómenos criminais que ocorrem nas respetivas zonas de ação das subunidades (estudando o fenómeno criminal, o delinquente e as medidas da criminalidade), (...)."	A11.1.
E14	" <u>Nem sempre vão encontro esse modelo</u> . O nosso dispositivo territorial está focado para as tarefas, orientado para o problema, não está focado para um preditivo ou orientado pelas informações. É necessário na maioria das vezes haver orientações específicas por parte do comandante aos seus militares."	A11.2.
E15	"Cada militar da GNR poderá atuar como um "sensor" que recolhe dados e notícias no decurso das suas atividades, que, sendo devidamente reportadas através dos atuais Sistemas de Informação, nomeadamente através da utilização do módulo de Notícias do SIIOP P, poderão vir a ser relevantes para a melhor compreensão de determinados fenómenos, <u>contribuindo significativamente para a construção do já referido quadro situacional que nos possibilita uma melhor perceção do ambiente criminal</u> . Neste contexto, o papel de cada militar, em especial dos nossos patrulheiros, é fundamental para "alimentar" uma eventual arquitetura de ILP."	A11.2.
Pergunta n.º 12 - Considera que a estratégia 20/25 da GNR, se encaminha para a implementação do ILP?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	" <u>Não me encontro familiarizado</u> com os objetivos operacionais do comando operacional para a estratégia 20/25 estando ainda a ser implementada a 15/20."	A12.3.
E2	"Penso que a estratégia da Guarda dentro daquilo <u>que prevê na área das informações</u> , tem subjacente que um	A12.1.

	policiamento orientado pelas informações é uma das dimensões essenciais para o futuro da Guarda.”	
E3	“ <u>Um dos objetivos da Guarda até na estratégia 20/25 é evoluir o SIIOP, os nossos meios tecnológicos até para modelos preditivos. O Intelligence-Led Policing é um modelo preditivo, através das informações, compilação e o trabalho das informações que é feito, quase anteciparmo-nos ou estarmos atentos a locais, horas e a pessoas que possam cometer crimes.</u> ”	A12.1.
E4	“ <u>Julgo que o ILP está integrado na estratégia 20/25 da GNR.</u> ”	A12.1.
E5	“A Estratégia da Guarda 2025, constitui-se já o segundo documento estratégico da instituição, e sem dúvida <u>está alinhado neste sentido. Pode mais facilmente perceber-se essas diretrizes nos planos sectoriais definidos.</u> ”	A12.1.
E6	“ <u>Ainda não se encontra aprovada pelo General Comandante Geral e por isso, não podem ser retiradas ilações.</u> ”	A12.3.
E7	“De certo modo sim.”	A12.1.
E8	“Considero que todos os instrumentos de gestão da Guarda, <u>onde se inclui a Estratégia 2025, materializada através do Plano Estratégico, apontam na direção de um POI</u> ao aliar a evolução tecnológica à função policial e ao envolvimento da comunidade na segurança das pessoas.”	A12.1.
E9	“ <u>Sim</u> , na Estratégia da Guarda 2025 a linha de orientação estratégica n.º 3 e (LOE3 – Modernizar e desmaterializar) está bastante relacionada para a utilização de um modelo POI.”	A12.1.
E10	“ <u>Sim</u> , contudo, não depende só da ação estratégica, depende depois de cada um que interpreta ao seu escalão aquilo que é o desígnio em termos estratégicos.”	A12.1.
E11	“ <u>O objetivo será esse.</u> Estamos no bom caminho, mas como referi, em minha opinião, a implementação do POI carece de formação especializada e recursos tecnológicos especializados.”	A12.1. A13.2. A13.5.
E12	“O POI, de uma forma mais prática ou tecnológica, sempre esteve implementado na GNR. No entanto, coube aos diferentes comandantes a sua utilização como suporte das suas decisões, essencialmente ao nível das subunidades. Atualmente a GNR dispõe de aplicações/ferramentas que permitem a sua implantação de uma forma mais criteriosa e fiável, contudo, dependendo sempre da qualidade dos dados inseridos no sistema e o facto de ao nível do dispositivo existir diferentes sensibilidades e ou conhecimento para a sua utilização. Como a estratégia prevê a continuidade de desenvolvimento dos sistemas de informação, <u>considero que não caminha para a sua implementação</u> , mas sim, para o reforço de meios ao dispor dos decisores para melhorar a sua utilização no policiamento.”	A12.2.
E13	“ <u>Constitui-se como um documento estratégico para a afirmação da Guarda como uma polícia de referência, apostando-se decisivamente na componente das informações policiais.</u> ”	A12.1.
E14		A12.3.
E15	“A Estratégia da Guarda 2025, no que concerne à parte já difundida e conhecida, não prevê nos seus Objetivos Estratégicos (OE) nenhuma referência ao ILP/POI. Todavia, <u>julgo existirem outros OE’s que, indiretamente, poderão alimentar a implementação de novos modelos de policiamento.</u> Mas reitero, na parte conhecida da Estratégia 20/25 não há qualquer menção ao ILP.”	A12.2.
Pergunta n.º 13 - Na sua opinião, quais serão os requisitos necessários à GNR para que o ILP seja aplicado em toda a organização?		
Ideias principais das respostas às questões		
E1	“Um <u>conhecimento ao nível dos Comandos</u> do que é este tipo de policiamento, para o qual são necessárias <u>orientações superiores em forma de norma ou diretiva.</u> ”	A13.1. A13.2.
E2	“Consolidação das capacidades do SIIOP-P que estão em curso, <u>uma Estrutura de Informações sólida</u> e devidamente formada para aquilo que são as suas necessidades, uma <u>consciencialização geral de todo o efetivo da Guarda</u> daquilo que é o papel das <u>Informações</u> na atividade operacional, daquilo que é a relevância da recolha e registo de notícias como elemento essencial para conhecermos aquilo que acontece no terreno. <u>Ferramentas de análise</u> que nos permitam depois interagir com o nosso sistema de informações e daquilo que são os dados de interesse ter capacidade para os analisar para depois produzir relatórios adequados. <u>Por fim, existir uma cultura de Informações em todo o dispositivo.</u> ”	A13.5. A13.6. A13.2.
E3	“ <u>Investimento tecnológico</u> essencialmente. Nós temos vários repositórios, mas eles ainda não se encontram todos diretamente interligados.”	A13.5.
E4	“A aplicação de <u>sistemas de informação a nível nacional orientados com esse objetivo</u> e agregado às novas tecnologias de comunicação.”	A13.5. A13.1.
E5	“É preciso <u>saber quais as informações relevantes e preponderantes</u> em que nos devemos apoiar e <u>SI</u> . Há que ter o histórico e neste momento esses dados já se encontram a ser trabalhados.”	A13.5. A13.2.
E6	“ <u>Vários especialistas de várias áreas</u> , matemáticos que façam análise estatística, eventualmente psicólogos, analistas criminais que permitam analisar os dados dessa base de dados, informáticos no que diz respeito á inteligência artificial., <u>uma base de dados</u> que integre bases de dados de diferentes entidades e serviços, meios tecnológicos que deveriam ser aplicados principalmente nas grandes cidades e eventualmente em zonas que mereçam melhor destaque, como por exemplo o Algarve, no que diz respeito ao reconhecimento de matrículas e CCTV.”	A13.3. A13.5.
E7	“É necessário <u>delinear um plano e implementar uma estratégia</u> se quisermos realmente seguir com este modelo.”	A13.1.
E8	“Para uma implementação robusta de um POI, é fundamental <u>haver investimento, mas também dar formação</u> de qualidade aos militares, <u>formar verdadeiros especialistas</u> e permitir que os mesmos executem as tarefas para as quais tiveram formação durante algum tempo. É preciso também arte e engenho dos comandantes,	A13.5. A13.2. A13.3.

	não consumir efetivo em tarefas inúteis, apostar na flexibilidade e adaptabilidade dos meios e aplicar bem os recursos disponíveis.”	
E9	“Na minha opinião deve existir um <u>trabalho mútuo entre analistas</u> , operadores e líderes. <u>A estrutura de Comando deve estar preparada</u> para uma liderança <u>focalizado no ILP e desenvolver ações para que o ILP seja desenvolvido de igual forma em todas as unidades.</u> ”	A13.3. A13.1. A13.6.
E10	“ <u>Comprometimento institucional</u> para com o modelo, os comandantes têm de acreditar na análise. Na <u>área da formação</u> , fomentar uma cultura de informações nos cursos de admissão nas várias categorias profissionais. Citando o nosso General Newton Parreira, nós somos “um dador universal de informações”, efetivamente nós somos os “sensores” se assim conseguirmos criar uma cultura de informações, os principais “sensores” do país em termos de segurança.” Na área das <u>tecnologias adquirir ferramentas que proporcionem uma boa analítica</u> . Por último <u>formar as pessoas especificamente na área da análise.</u> ”	A13.1. A13.2. A13.5. A13.3.
E11	“ <u>Recursos humanos, formação especializada na temática e disponibilização de recursos tecnológicos.</u> ”	A13.3. A13.2. A13.5.
E12	“ <u>Que todas as Unidades utilizem as aplicações/ferramentas</u> que se encontram disponíveis no SIOP.”	A13.6.
E13	“Como já se disse, é entendimento que o ILP já é aplicado na Guarda, podendo-se, no plano da sugestão, indicar algumas medidas tendentes à sua melhoria: <u>Garantir a transversalidade da execução/implementação do ILP nos três patamares funcionais da Guarda: estratégico (Órgãos Superiores de Comando e Direção), operacional (Unidades) e tático (Subunidades);</u> Continuar a apostar no desenvolvimento e consolidação dos Sistemas de Informação da Guarda, pois estes constituem-se num importante suporte ao processo de tomada de decisão e sustentam a <u>base tecnológica</u> necessária para a edificação de uma <u>cultura Informações na Guarda; Garantir a formação contínua de especialistas na área das informações</u> , com implementação de analistas de informação criminal ao nível das subunidades territoriais.”	A13.6. A13.5. A13.2. A13.3. A13.1.
E14	“ <u>Uma mudança de mentalidade transversal a toda a estrutura, gerando um alinhamento entre todos os órgãos</u> , entre o órgão executante com o órgão de planeamento e estratégico. <u>Um conjunto de ferramentas</u> ou de procedimentos que sejam de fácil implementação e de fácil execução por parte do militar. <u>Formação para os militares</u> no que concerne á importância da recolha de informação. Por último o feedback que deve ser dado aos militares, que permita ao militar que inicia o processo verificar que o seu trabalho está a ser rentabilizado.”	A13.6. A13.5. A13.2.
E15	“Diria que, para passarmos de iniciativas sectoriais e não estruturadas para a aplicação transversal do referido modelo, o essencial é, conforme já referi, <u>o comprometimento efetivo do Comando da Guarda, ao nível estratégico</u> . Não obstante, importará, também, continuar <u>a potenciar uma cultura de informações</u> , na qual o patrulheiro assume especial centralidade, nomeadamente ao nível da recolha de dados e notícias relevantes para a atividade operacional e para a edificação de um quadro situacional que nos permita compreender, da melhor forma possível, o ambiente criminal em que nos inserimos.”	A13.1. A13.2.

Fonte: Elaboração Própria

ANEXOS

ANEXO A – Quadro Comparativo dos Diferentes Sistemas Policiais

Figura 20 – Quadro comparativo dos sistemas policiais, objecto de estudo

	Portugal	Espanha	França	Canadá
Modelo	Centralizado e plural	Semi-descentralizado e dual	Centralizado e dual	Descentralizado e Plural
Organizações	Polícia de Segurança Pública Guarda Nacional Republicana Polícia Judiciária Serviço Estrangeiros e Fronteiras Polícia Marítima	Corpo Nacional de Polícia Guarda Civil Polícia Autónoma do País Basco, Catalunha e Navarra	Polícia Nacional <i>Gendarmerie</i>	<i>Gendarmerie Royale du Canada</i> (GRC) Polícias Provinciais Polícias Locais
Tutela	Ministério da Administração Interna Ministério da Justiça Ministério da Defesa	Ministério do Interior Governos Autónomos	Ministério do Interior – Polícia Nacional Ministério da Defesa – <i>Gendarmerie</i> (embora, funcionalmente dependa do Ministério do Interior)	Ministro da Segurança Pública e da Protecção Civil, no caso da GRC Solicitadores ou ministros das províncias
Tipo de estrutura de gestão superior	Direcções nacionais e Comando-geral	Direcções nacionais	Direcções nacionais	Direcções nacionais
Sistema de distribuição de responsabilidades funcionais	Por divisão territorial Por atribuição normativa, no caso das funções de investigação criminal e estrangeiros	Por divisão territorial	Por divisão territorial	Por divisão territorial e domínio de <i>expertise</i>
Tipos de sistemas de controlo	Sistemas de controlo interno Sistemas de controlo externo aos corpos policiais: – Inspeção-Geral da Administração Interna – Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, no caso da PJ	Sistemas de controlo interno	Inspeção-Geral da Administração (financeira e políticas públicas) Sistemas de controlo interno – Inspeção-Geral da Polícia Nacional	Ao nível federal: Comissão para as queixas contra a GRC

(cont)

				Comité Externo de Averiguação da GRC No caso da Província do Québec: Gabinete do Comissário da Deontologia Policial
Estruturas de participação profissional	– Sindicato com direito à greve no caso da PJ e SEF – Sindicatos sem direito à greve, no caso da PSP – Sem direito ao sindicalismo, no caso da GNR (simples associativismo)	– Sindicatos sem direito à greve no caso do CNP – Sem sindicalismo no caso da Guarda Civil (simples associativismo)	– Sindicatos sem direito à greve, no caso da Polícia Nacional – Sem direito ao sindicalismo, no caso da <i>Gendarmerie</i> (simples associativismo)	– Associações profissionais sem direito à greve, no caso da GRC – Sindicatos policiais no caso das polícias provinciais e municipais
Alguns problemas identificados	Fragmentação Descoordenação estatutária entre forças Estagnidade Frac autonomia	Entrecruzamento de competências entre nível nacional, autónomo e local Descoordenação	Inadequada territorialização	Excessiva fragmentação dos corpos policiais

Figura n.º 5 – Quadro Comparativo dos Sistemas Policiais

Fonte: Oliveira (2006)

ANEXO B – Comparação das características de diferentes modelos de policiamento

Table 4.1 Some generalised characteristics of five policing models

	<i>Standard model of policing</i>	<i>Community policing</i>	<i>Problem-oriented policing</i>	<i>Compstat</i>	<i>Intelligence-led policing</i>
Easily defined?	Yes	No	Fairly easy	Yes	Fairly easy, but still evolving
Easily adopted?	Yes	Superficially	Difficult	At the technical level, but managerially challenging	Managerially challenging
Orientation?	Police administrative units	Neighbourhoods	Problems	Police administrative units	Criminal groups, prolific and serious offenders
Hierarchical focus?	Top down	Bottom-up	As appropriate for the problem	Top down	Top down
Who determines priorities?	Police management	Community concerns/demands	Sometimes crime analysis, but varies from problem to problem	Police management from crime analysis	Police management from crime intelligence analysis

	<i>Standard model of policing</i>	<i>Community policing</i>	<i>Problem-oriented policing</i>	<i>Compstat</i>	<i>Intelligence-led policing</i>
Target?	Offence detection	Unclear	Crime and disorder problems, and other areas of concern for police	Crime and disorder hot spots	Prolific offenders and crime problems, and other areas of concern for police
Criteria for success?	Increased detections and arrests	Satisfied community	Reduction of problem	Lower crime rates	Detection, reduction or disruption of criminal activity or problem
Expected benefit?	Increased efficiency	Increased police legitimacy	Reduced crime and other problems	Reduced crime (sometimes other problems)	Reduced crime and other problems

Figura n.º 6 – Características de diferentes modelos de policiamento

Fonte: Ratcliffe (2008)

ANEXO C – Ciclo de Produção de Informações



Figura 11. Ciclo de produção de inteligência

Figura n.º 7 - Ciclo de Produção de Inteligência

Fonte: Fernandes (2014)

ANEXO D – Organograma da GNR

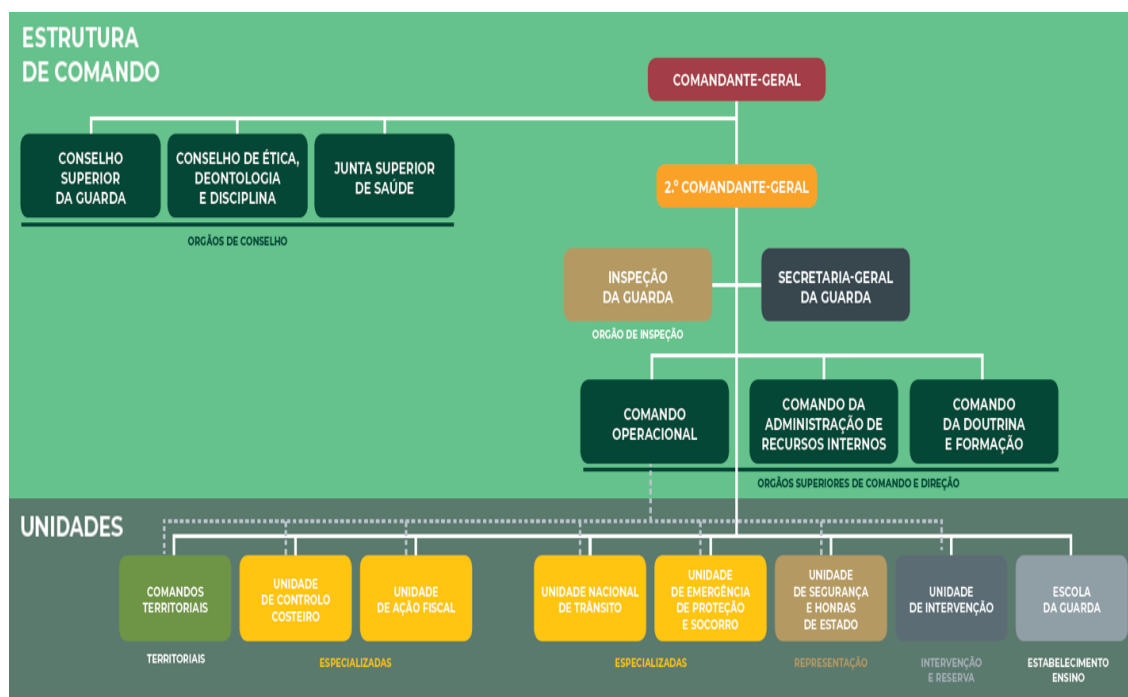


Figura n.º 12– Organograma da GNR

Fonte: GNR (2020)

